



Universidade de Brasília

Alana Souza Luz

**A CAIXA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO NAS PÁGINAS DO
CORREIO BRAZILIENSE (BRASÍLIA, 1960-1971)**

Brasília – DF

2022

ALANA SOUZA LUZ

A CAIXA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO NAS PÁGINAS DO CORREIO BRAZILIENSE (BRASÍLIA, 1960-1971)

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

Banca examinadora:

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos
Presidente (PPGE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Dra. Gizele de Souza
Membro Externo (PPGE/UFPR)

Prof.^a Dr.^a Etienne Baldez Louzada Barbosa
Membro Interno (PPGE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Liège Gemelli Kuchembecker
Suplente (/UnB)

Brasília – DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LL979c Luz , Alana Souza
A CAIXA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO NAS PÁGINAS DO
CORREIO BRAZILIENSE (BRASÍLIA, 1960-1971) / Alana Souza Luz
; orientador Juarez José Tuchinski dos Anjos. -- Brasília,
2022.
148 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Caixa Escolar . 2. Correio Braziliense. 3. Distrito
Federal . 4. Ensino Primário . 5. Cultura Material Escolar
. I. José Tuchinski dos Anjos, Juarez, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da vida e das experiências tão engrandecedoras que já vivenciei ao longa da minha jornada até aqui. Agradeço ao nosso mestre Jesus Cristo pelo exemplo de amor.

A minha mãe, Iza de Souza Pinto, por todo amor a mim dispensado, pela dedicação, carinho e entendimento dos quais eu tenho o privilégio de usufruir até hoje.

Ao meu pai, Roberto Lino Nascimento da Luz, por todo o amor, atenção e dedicação, por sempre se fazer presente em todos os momentos da minha vida, em especial com sua dedicação para com minha vida escolar.

À minha irmã de sangue e de coração, Isabelle Souza Luz, por ser minha parceira de vida para tudo, meu exemplo de dedicação e responsabilidade. Aquela pessoa que faz tudo melhor do que qualquer expectativa criada.

Ao meu marido, Antônio Marcos Santos de Pádua, companheiro de todas as horas, que com paciência, muito amor e dedicação me ofereceu todo o suporte para ingressar e permanecer em busca do meu aperfeiçoamento acadêmico, profissional e pessoal.

Aos meus filhos: Maria Clara, Manuela Luz e Saulo Luz, por me escolherem como mãe, por me apresentarem um mundo tão colorido, alegre, barulhento, amoroso, e tantas outras características difíceis de descrever em palavras.

Aos meus amigos/irmãos de caminhada que ingressaram comigo na Secretaria de Educação do DF, e posteriormente ingressaram ao mesmo tempo que eu também no mestrado. Mirian e Diego, obrigada por serem tão presentes e por terem feito esse processo de mestrado a distância menos solitário ouvindo minhas angústias e celebrando minhas conquistas.

Às minhas amigas/irmãs pelo total apoio, Hellen e Lorrana, que não me deixaram só e vibraram comigo por cada pequena conquista.

Ao meu orientador, Professor Juarez José Tuchinski dos Anjos, por toda empatia, compreensão, paciência, por me conduzir e me apresentar à investigação histórica com tanta maestria.

Às professoras Etienne Baldez Louzada Barbosa e Gizele de Souza, pela disponibilidade em participar das bancas de qualificação e de defesa da dissertação e também por toda as contribuições apresentadas que engradeceram a pesquisa.

RESUMO

Considerando as novas tendências historiográficas e a utilização do jornal diário Correio Braziliense, como uma importante fonte histórica para a educação do Distrito Federal, é que emerge o seguinte objeto de pesquisa: a configuração da caixa escolar do ensino primário no recém-criado sistema de ensino do Distrito Federal entre os anos de 1960 a 1971. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o funcionamento (contexto de emergência, financiamento e usos) da caixa escolar em Brasília, entre os anos de 1960 a 1971, isto é, da inauguração do sistema educacional até a promulgação da reforma de ensino por meio da Lei nº 5692, no ensino primário da nova capital. A pesquisa historiográfica foi desenvolvida a partir da busca de palavras chaves no jornal diário para a identificação e posterior classificação das notícias que abordaram de alguma forma as caixas escolares no sistema de ensino brasileiro. A metodologia compreendeu o acesso aos exemplares no Correio Braziliense através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A investigação demonstrou que a caixa escolar foi naturalizada no cotidiano das escolas do ensino primário de Brasília. Através das notícias pode-se traçar a emergência, diversos tipos de financiamento e usos que foram feitos através dessa prática escolar. A conclusão indica que a caixa escolar foi utilizada para auxiliar os órgãos públicos responsáveis no custeio dos alunos pobres dentro do novo sistema de ensino da capital. Mas não só eles, os prédios também foram beneficiados pela caixa, assim como a compra de diversos materiais e o oferecimento de lanche para todo o alunado, nesse contexto emerge o conceito de materialidade que será empregado nessa dissertação como uma ferramenta analítica. Será apresentado, como produto técnico da pesquisa, um minicurso sobre a caixa escolar direcionado as professoras e professores da rede pública do DF, com o objetivo de difundir as descobertas sobre a historiografia da educação local. Dois conceitos são fundamentais para as discussões que seguirão: o de representação e o de práticas, ambos de Roger Chartier (2002).

Palavras-chave: Caixa escolar. Correio Braziliense. Distrito Federal. Ensino Primário. Cultura Material Escolar.

ABSTRACT

Considering the historiographical trends and the daily newspaper *Correio Braziliense* as an important historical source for education in the Federal District, the following research object emerges: the 1960 to 1971 configuration of the school fund *Caixa Escolar* in the then-existing newly created elementary teaching system of the Distrito Federal. The aim of this work is to analyze the functioning (emergency context, financing and uses) of the *Caixa Escolar* in Brasília, between 1960 and 1971, that is, from the inauguration of the educational system to the enactment of the education reform through of Law nº 5692, in elementary education in the new capital. The historiographical research was developed from the keywords search in the daily newspaper for identification and further classification of the news that somehow approached the school fund in the elementary education system of Distrito Federal. The methodology included the access of copies in the *Correio Braziliense* through the Digital Newspaper Library of the National Library of Rio de Janeiro. The investigation showed that the *Caixa Escolar* was naturalized in the daily life of primary schools in Brasília. Through the news it is possible to trace the emergency, different types of funding and uses that were made through this school practice. The conclusion indicates that the school fund was used to help public agencies responsible for funding poor students within the new education system in the capital. But not only, but the buildings were also benefited by the *Caixa Escolar*, as well as the purchase of many materials and the offer of snacks for all the students, in this context emerges the concept of materiality that will be used in this dissertation as an analytical tool. As a technical product of the research, a mini course on the *Caixa Escolar* is presented, directed towards teachers of the public education network of Distrito Federal, to disseminate the findings on the historiography of local education. Two concepts are fundamental for the following discussions: that of collective representation and social practices, by Roger Chartier (2002).

Keywords: Caixa Escola; *Correio Braziliense*; Distrito Federal; Elementary Education; Materiality.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Escola Júlia Kubitschek em 1959	36
Imagem 2- Construção da Escola Classe 308 Sul no ano de 1959.....	37
Imagem 3 - Escola Parque 308 Sul no ano 1960	38
Imagem 4 - Evento de Inauguração de escola na vila IAPI, no Núcleo Bandeirante, Brasília, DF	45
Imagem 5 – Convite para o Baile das Rosas	83/84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPÍTULO 1 – A CAIXA ESCOLAR EM CENA NO RECÉM-CRIADO SISTEMA EDUCACIONAL DE BRASÍLIA	30
1.1 Planejamento e concretização do plano de ensino em Brasília	31
1.2 Representações sobre as necessidades que originaram o surgimento da Caixa Escolar	40
2 CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS QUE PROPORCIONAVAM O FINANCIAMENTO DA CAIXA ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO DE BRASÍLIA	60
2.1 A Caixa Escolar mantida pelas contribuições ordinárias	63
2.2 Festas e eventos destinados ao financiamento da Caixa Escolar	73
2.3 Práticas distintas que subsidiavam a Caixa Escolar em Brasília.....	85
3 CAPÍTULO 3 – USOS DA CAIXA ESCOLAR	94
3.1 O uso da Caixa Escolar para a manutenção dos espaços e aquisição de utensílios escolares.....	99
3.2 Caixa escolar aplicada para proporcionar a merenda escolar.....	106
3.3 Aquisição de materiais didáticos e uniformes por intermédio da caixa escolar.....	113
4 CAPÍTULO 4 – A CAIXA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO EM BRÁSILIA SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA – UM MINICURSO	125
5 CONCLUSÃO	133
6 FONTES	138
7 REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

De acordo com Galvão e Lopes (2010) na história da educação, as novas tendências historiográficas – história cultural, história social e a micro história – provocaram mudanças em relação a seleção dos objetos de pesquisa, assim como também na forma de abordá-los.

A cultura e o cotidiano escolares, a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais (professores e professoras, mas também alunos e alunas), a imprensa pedagógica, os livros didáticos, a infância, a educação rural, a educação anarquista etc. têm sido estudados e valorizados. Os pesquisadores deslocam seu interesse das ideias políticas educacionais para as práticas, os usos e as apropriações dos diferentes objetos. (GALVÃO; LOPES, 2010, p.35)

É à luz desse movimento de deslocamento de interesses no interior da História da Educação, que emerge o objeto de pesquisa desta dissertação: a configuração da caixa escolar do ensino primário no recém-criado sistema de ensino do Distrito Federal entre os anos de 1960 a 1971.

A caixa escolar é um aparato criado para, principalmente, subvencionar a permanência de estudantes pobres dentro da escola e sua configuração se adapta a diferentes espaços e a diferentes períodos. É um dispositivo que surgiu ainda no Império e utilizou-se de modelos europeus; foi resgatado no início da República como ferramenta inovadora para garantir o projeto de educação e de nação do Estado (BAHIENSE, 2014). O funcionamento das caixas ocorria da seguinte maneira: geralmente regulamentada pelos estados e a partir da comoção da sociedade em prol da universalização da educação primária no País, doações e mensalidades seriam pagas às escolas que constituindo a caixa escolar garantiriam vestuário, materiais e em alguns casos merenda, entre outras necessidades das instituições. De acordo com a historiografia recente, as caixas escolares são comumente caracterizadas como uma associação escolar e a despeito das modificações sofridas até mesmo em torno da nomenclatura usada, persistem no tempo e no espaço até os dias atuais.

A investigação histórica da caixa escolar pode ser situada dentro da categoria de análise da cultura escolar, que é delineada por Julia (2001) como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p.10). De acordo com Faria Filho *et al.* (2004), Julia, ao elaborar este conceito, incluía a atenção às práticas, convidando os historiadores da educação a se questionarem e investigarem sobre as práticas cotidianas – o funcionamento interno das escolas.

Sobre a chegada e circulação deste conceito no Brasil, Gizele de Souza (2022) relata em seu memorial descritivo para Professora Titular que no início dos anos 2000 as disciplinas de “Forma e Cultura Escolar” e “Escola como Objeto Historiográfico”, ambas ministradas no âmbito da Pós-Graduação em educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pela professora Marta Maria Chagas de Carvalho, já discutiam o tema da cultura escolar (SOUZA, 2022). Tal relato aponta a professora Marta Carvalho como uma das precursoras e também responsável pela discussão e difusão da temática, além de contribuir para a formação de pesquisadores da história da educação (SOUZA, 2022).

Faria Filho *et al.* (2004), por sua vez, relatam como a cultura escolar foi assumindo visibilidade nos eventos e periódicos histórico-educacionais. Um primeiro momento de evidência deu-se na Conferência de encerramento do XV ISCHE (International Standing Conference for History of Education), que ocorreu em Lisboa, em 1993, realizado por Julia e que tinha por título “A cultura escolar como objeto histórico”. Citam também o III Congresso Luso-Brasileiro, em Coimbra, no ano 2000, o qual contou com uma mesa-redonda sobre “Culturas escolares”. Outro exemplo é o periódico *Cadernos Cedes* n.52, que também em 2000 foi todo dedicado à temática “Cultura escolar: história, práticas e representações”. Na XII Jornadas Argentinas de História da Educação, que aconteceu em Rosário no ano de 2001, havia um painel dedicado a “Perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa sobre cultura escolar”. Também relatam que o II Congresso Brasileiro de História da Educação organizou a mesa-redonda intitulada “Cultura escolar: questões de historiografia” e por último, apontam que em 2003 aconteceu o I Seminário sobre cultura escolar.

A sondagem realizada por Galvão *et al.* (2008) na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) que, de acordo com as autoras e o autor, é um lugar de

visibilidade da produção no campo de história e historiografia da educação realizadas pelos pesquisadores da área corrobora com a relevância que o campo da história das culturas escolares foi alcançando no Brasil. Na primeira edição da RBHE - especial de lançamento em 2001, a publicação inicial da revista foi uma tradução, por Gizele de Souza, do artigo-conferência de Julia que toma como objeto histórico a cultura escolar. É importante ressaltar que nessa edição a Comissão Editorial “procurou privilegiar temas e questões teórico-metodológicas que estavam emergindo e circulando no campo da história da educação brasileira” (GALVÃO *et al.* 2008, p.184). Fato esse que permite apontar a cultura escolar como um desses temas emergentes e que vinham ganhando atenção da comunidade nacional dos historiadores da educação.

Conforme o levantamento feito por Buffa (2016) das produções do Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação, grupo criado em 1984 em Brasília, no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o GT se constitui como locus de debate sobre as pesquisas, estudos e trabalhos realizados. O balanço feito pela autora, dos trabalhos, compreende o recorte temporal de 2005 a 2013 e revela que das nove reuniões realizadas pelos GT – da 28ª reunião até a 36ª - em quatro foram apresentados trabalhos com o tema cultura escolar, e na 34ª reunião em que esse tema não surgiu, um trabalho com o tema práticas culturais foi apresentado.

Por fim, Bastos (2016) em uma busca nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa no Brasil em 2015, ao utilizar o descritor ‘história da educação’ constatou um total de 461 grupos e por ‘cultura escolar’ encontrou 183. Já na apuração de Catani e Silva (2014), é evidenciado que em balanço realizado sobre a produção de História da Educação em Minas Gerais no período de 1985 a 2001, a temática ‘cultura escolar’ representa uma das mais investigadas ao lado da ‘escolarização’ e seguida de ‘política educacional’.

A recorrência do tema demonstra sua visibilidade e consolidação dentro da História da Educação, apresentando-se como elemento importante para a construção historiográfica da educação. Apesar da utilização da cultura escolar como categoria de análise, é imprescindível compreendê-la tanto em sua amplitude como em suas especificidades, logo, uma categoria que abarca diversos e diferentes objetos.

Seguimos então para as especificidades do objeto em questão desta pesquisa: a caixa escolar em Brasília.

A Editora da Universidade de Brasília publicou dois livros, um em 2011¹ e outro em 2018², resultantes de pesquisas promovidas pela equipe do Museu da Educação do DF que buscaram contribuir para a historiografia da educação do Distrito Federal.

A primeira pesquisa é intitulada “Educação Básica pública do Distrito Federal (1964-1971)” e foi acompanhada de três seminários temáticos precedentes ao livro. O primeiro, em 2007, teve como uns dos principais temas abordados a cultura e práticas escolares. O segundo em 2008 teve como tema a preservação da memória da educação do Distrito Federal e o terceiro, em 2009, tratou sobre o Museu da Educação do Distrito Federal. O livro aborda o sistema educativo do Distrito Federal, os ideais e a implementação, muitos depoimentos da realidade vivenciada, de práticas e da cultura escolar desenvolvida à época, porém nenhuma menção a caixa escolar é feita.

O segundo livro também é resultante da primeira pesquisa, mas agora somado a uma segunda investigação intitulada “Educação Básica do Distrito Federal (1964 – 1971) desmonte de um projeto inovador”. Neste segundo livro, em seu capítulo 4, denominado: “A formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964) memórias de uma utopia possível”, Amaral (2018) faz menção a algumas associações criadas, entre elas a associação de pais e mestres de alunos da escola normal – Apman, que oferecia lanche e uniformes às alunas que não podiam pagar. No mesmo capítulo a autora também faz menção a associação de pais e mestres criada na escola de aplicação do curso normal. Essas são as únicas referências a uma associação que guarda alguma semelhança com o caixa escolar neste livro e na historiografia da educação recente sobre o Distrito Federal.

¹ PEREIRA, Eva Waisros *et al.* **Nas asas de Brasília – memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Universidade de Brasília. 2011.

² PEREIRA, Eva Waisros *et al.* **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal – história e memória**. Brasília: Universidade de Brasília. 2018.

Em consequência dos poucos dados obtidos sobre a caixa escolar em Brasília, torna-se premente sua busca em níveis mais abrangentes, isto é, na historiografia da educação brasileira. Para tanto, foram empreendidas pesquisas em periódicos nacionais da área de história da educação, no Google Scholar e no banco de teses e dissertações da CAPES no arco temporal de 2011 a 2021.

Nos periódicos nacionais da área, consultaram-se todos os números disponíveis *online*, utilizando-se os seguintes descritores: “caixa escolar”, “caixas escolares”, “estudante pobre”, “estudantes pobres” e “assistência estudantil”. Optou-se por utilizar descritores mais amplos nessa primeira base consultada, uma vez que, nas revistas especializadas, entendeu-se que a caixa escolar poderia aparecer diluída em pesquisas ligadas às questões envolvendo a escolarização da população pobre. As revistas consultadas foram: Revista Brasileira de História da Educação; Revista de História e Historiografia da Educação; Revista Histerdbr *online*; Revista História da Educação; Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo; Revista Latino-Americana de História da Educação e Cadernos de História da Educação. Nessas bases consultadas foram encontrados apenas dois trabalhos versando sobre a caixa escolar.

No *Google Scholar*, uma base mais ampla, a pesquisa foi restringida ao descritor “caixa escolar”, já que as outras palavras chave utilizadas anteriormente não retornaram ocorrências significativas nas revistas em história da educação. Nessa base mais ampla, que abarca artigos, comunicações em eventos científicos e, eventualmente, teses e dissertações (que não foram consideradas nesta etapa da pesquisa), localizaram-se apenas três artigos em periódicos dentro do arco temporal empregado³ e um trabalho apresentado em evento.

Por fim, na terceira etapa, recorreu-se ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando novamente o descritor ‘caixa escolar’. A pesquisa retornou vinte e uma ocorrências. Após a leitura dos títulos e resumos, verificou-se que apenas sete dissertações e uma tese tratavam direta ou indiretamente da caixa escolar como objeto de estudo em história da educação. As demais ou tratavam da caixa escolar no

³ Houve um quarto artigo localizado intitulado “O Grêmio dos professores primários de Pernambuco fabricando bons hábitos: ‘a caixa escolar’” (LIMA e SILVA, 2021). Porém, após sua leitura, constatou-se tratar ali da Caixa Econômica Escolar, que é uma iniciativa diversa da caixa escolar que interessa a esta pesquisa.

presente ou apenas a mencionavam, sem demonstrarem que ela era abordada como objeto histórico no decorrer da investigação.

Passemos agora a transitar entre as pesquisas descobertas. A análise feita a seguir reuniu os trabalhos em torno de questões centrais abordadas sobre a caixa escolar para além da mera descrição do dispositivo, em diferentes períodos e lugares sempre identificados.

Há uma concordância entre os artigos e dissertações/tese que as caixas escolares não são uma ferramenta originária da República, mas são utilizadas por ela como elemento inovador e meio para garantir a educação primária obrigatória. No levantamento efetuado foi possível identificar a caixa como um dispositivo criado com objetivo precípua de dirimir as insuficiências materiais dos mais necessitados, em relação a entrada e permanência na instituição escolar. Em segundo plano, socorriam outras demandas. Foram comumente mantidas, principalmente, por mensalidade dos sócios, doações e o que fosse arrecado em eventos festivos.

Em análise das caixas escolares no século XX, em Minas Gerais, Bahiense (2013b) em sua dissertação de mestrado aponta que as caixas tinham o “objetivo inicial de prestar auxílios aos indigentes e pobres, além de contribuir para a aquisição da mobília necessária às escolas(..)” (BAHIENSE, 2013b, p. 22). No artigo também de Bahiense (2014), oriundo de sua dissertação mencionada anteriormente, a autora, que fez o estudo dos sete primeiros grupos escolares de Minas Gerais, também analisa os balancetes gerados pelas caixas escolares e identifica que “as doações geralmente contam com o nome do doador e a quantia, e com o auxílio do relatório da diretora do grupo, é possível verificar que os nomes que constam neles, geralmente, se referem a professoras do Grupo Escolar” (BAHIENSE, 2014, p.52).

Durante a Era Vargas, no Ceará, segundo Vasconcelos (2013) “o objetivo da caixa era facilitar a instrução no seio das camadas pobres, proporcionando-a as crianças, reconhecidamente necessitadas (...)” (VASCONCELOS, 2013, p.83). Já em Santa Catarina, a caixa escolar teve seus objetivos regulamentados em decreto no ano de 1964, de acordo com Zonin, Silva e Petry (2018), quais sejam: “I– fornecer merenda e uniforme aos alunos necessitados; II – distribuir livros e material escolar aos alunos necessitados; e III – conferir prêmios aos que se distinguirem nas classes” (ZONIN; SILVA; PETRY, 2018, p.16).

Alves (2015), em seu estudo sobre a história da biblioteca das Escolas Reunidas Sant'Anna do Parahyba entre 1936 e 1945, aborda a caixa escolar porque este foi o dispositivo que financiou a implementação da biblioteca. Sua pesquisa aponta a criação dessa caixa em 1936 com o objetivo de amparar as necessidades dos alunos pobres. Ressalta que, no Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, o estado contribuiria com a caixa na forma de doação de material escolar, porém no Livro Caixa Escolar das Escolas Reunidas Sant'Anna não há registros sobre tal receita. Alves (2015), então, faz alguns apontamentos:

As fontes documentais em relação à caixa escolar indicam que havia uma carência de recursos para o provimento de materiais, manutenção de alunos pobres e ainda que a Caixa foi a precursora da biblioteca escolar fundada nessa escola, sendo os primeiros recursos advindos dessa instituição que propiciou um espaço físico destinado aos livros. Desse modo, a caixa escolar foi uma instituição implementada nas Escolas Reunidas Sant'Anna do Parahyba, composta por professores, funcionários, autoridades e outros membros da sociedade, tendo em vista o funcionamento da escola, como uma maneira de garantir a frequência de alunos pobres, ou seja, uma mantenedora, uma vez que os recursos do estado de Mato Grosso à época eram escassos para a escola. (ALVES, 2015, p. 54-55).

A autora ainda afirma que o dispositivo se tornou essencial visto que o estado faltava com o interesse para com a escola primária de Paranaíba.

Thomé (2017), que disserta sobre o exercício da função de professor no Grupo Escolar de Diamantina entre 1907 e 1909, obteve em sua pesquisa informações sobre as receitas e despesas das caixas escolares. As receitas eram resultado de eventos festivos, doações e contribuições da câmara municipal, e as despesas eram feitas com uniforme de alunos pobres e materiais para as aulas. Também relata que em decorrência das dificuldades do fornecimento de materiais aos alunos pobres, que eram muitos, a Câmara Municipal de Diamantina começou a colaborar com uma quantia mensal que também era empregada no objetivo de obter uniformes e materiais aos alunos pobres. Mesmo com essa contribuição o grupo continua com muitas necessidades e então propõem a contribuição mensal por parte do diretor e professores, essa condição contribuiu para o melhor atendimento da demanda de uniformes para os alunos sem recursos (THOMÉ, 2017).

Bahiense (2013b) aponta que a partir da regulamentação da instrução pública primária de Minas Gerais, através do decreto 3.191 de 1911, as caixas escolares

foram organizadas por estatutos próprios, em que cada diretoria seria responsável por adaptar e definir suas próprias demandas prioritárias de acordo com o público atendido (BAHIENSE, 2013b). Sobre o mesmo regulamento, Bernardo (2020) ressalta que foi sob essa circunstância que as caixas escolares se tornaram obrigatórias e que “diferentemente dos anos anteriores, seus recursos não poderiam ser direcionados para a manutenção estrutural da escola ou para aspectos que não se relacionassem à assiduidade escolar” (BERNARDO, 2020, p.15).

Para além das especificidades de cada regulamento, o intuito de subsidiar necessidades escolares de alunos pobres é o que todas as experiências de caixas escolares possuem em comum, sobretudo, como mecanismo para garantir a frequência escolar dessa parcela da população (BERNARDO, 2020). Fica, então, evidente a relação entre caixa escolar e pobreza, que a primeira foi implementada em relação a segunda e indica que a situação de pobreza, de várias formas, interferia no processo de escolarização a ponto de fomentar iniciativas. Também faz emergir reflexões sobre as representações de pobreza à época.

Outro aspecto relevante dentro dessa análise é o fato de que a maioria dos sócios da caixa eram funcionários da escola, evidenciando a realidade de que para além de suas obrigações profissionais, professores e diretores punham-se a prover recursos necessários tanto para a escola, quanto para as crianças atendidas por ela. Em parte, eles eram responsáveis por contribuir e também por promover arrecadações que fizessem possível o seu próprio exercício profissional.

Por último, se destaca o fato de que os estados se apresentam em muitos casos como responsáveis pela regulamentação das caixas escolares, mas não se comprometem em assisti-las, descarregando-se da responsabilidade de provedor de auxílio direto aos estudantes pobres. As discussões a seguir abordam um pouco mais sobre essa vinculação entre caixa escolar e o estado.

No trabalho intitulado “Crianças Pobres como Grupo Outsider e a Participação da Escola” de Cyntia Greive Veiga é ressaltado que “apesar da institucionalização da escola elementar pública desde o início do século XIX, ela se estabeleceu de modo mundo precário, uma vez que não foi plenamente assumida pelos governos provinciais havendo vários problemas (...)” (VEIGA, 2017b, p.1246), o que originou

ações por parte do governo como parcerias público- privadas que viabilizasse a manutenção das escolas, entre elas a autora cita a criação da caixa escolar (VEIGA, 2017b).

A partir dos diversos tempos e lugares, a caixa escolar estabelece diferentes relações com o poder público. Mileide Mateus dos Santos, analisando o grupo escolar Bueno Brandão em Uberabinha (MG), entre 1911 e 1930, observa que “a caixa escolar representava a via de transferência de responsabilidades do estado para a sociedade civil no que se referia a manter crianças ‘pobres’ nas escolas públicas” (SANTOS, 2019, p. 58). Da mesma forma, de acordo com o artigo de Fonseca e Almeida (2016), em 1940, as caixas escolares em São Paulo “foram normalizadas no cotidiano administrativo escolar e ainda recomendadas como necessárias à permanência dos pobres na escola” (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p.134) e que

Para cuidar do fornecimento ou suplementação das refeições e da distribuição de livros, cadernos e apetrechos de escola, os integrantes da comunidade escolar angariavam parte dos fundos constituintes das caixas e, a partir desse acumulado, faziam frente aos custos desse modo de solidariedade induzida, porém, nominada e operada como assistência. (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p.134)

Apesar de possuir características de política pública, de acordo com os autores, não é possível afirmar que as caixas escolares o eram, pois elas não garantiam direitos e sim concessões, uma vez que a criança pobre era percebida mais como assistida do que como cidadão fruído de direitos sociais além de que “a rigor a sopa e a caixa escolar não teriam como fim precípua assegurar benefícios como garantias institucional-estatais que pudessem fortalecer a representação da criança como sujeito de direito(...)” (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p.136)

Fato semelhante é apresentado por Zonin, Silva e Petry (2018), as quais ressaltam que em Santa Catarina, no século XX, os registros sobre as caixas escolares por elas estudados “fornecem indícios de que sua principal função era complementar ou substituir a assistência que o Estado não incluía em suas políticas”. Em sua dissertação Zonin (2017) discorre que “embora esta tarefa fosse do Estado, que deveria ser o provedor da educação primária, obrigatória e gratuita, ele foi negligente na oferta e garantia dos direitos educacionais” sendo assim “a caixa escolar

foi primordial na escolarização das crianças pobres, minimizando, através dos seus auxílios, as condições de desigualdade entre elas” (ZONIN, 2017, p.86-87).

Bahiense (2013b) revela característica das caixas escolares na educação primária também em Minas Gerais no início do século XX: “com contornos de uma instituição filantrópica, embora idealizada, organizada e fiscalizada pelo Estado, seu funcionamento era alicerçado em doações de particulares (sócios), entre outros” (BAHIENSE, 2013b, p.97). Logo que a manutenção das caixas era feita pela população e não pelo poder público. A pesquisadora também revela que o regulamento geral do estado de Minas Gerais “define que a sociedade deveria contribuir por meio de doações, para a permanência dos alunos indigentes e minimamente pobres, assim como para impulsionar a frequência escolar, também, por meio de premiações aos alunos mais assíduos” (BAHIENSE,2013b, p.122).

Vasconcelos (2013), quando traz o assunto das caixas escolares no Ceará, entre 1930 e 1945, destaca que “a sociedade da época participou ativamente, através de contribuições filantrópicas, em conjunto com os órgãos do governo, que juntos financiavam a educação dos mais pobres, oportunizando sua ida às escolas” (VASCONCELOS, 2013, p.57), fazendo-nos concluir que qualquer que fosse a engenhosidade que os governos estariam utilizando para sensibilizar a população para a causa estava dando certo.

Bernardo (2014), na análise das representações feitas à caixa escolar em Minas Gerais (1911-1914), concluiu que o “Estado afirmava e divulgava que, ao elaborar as diretrizes da caixa escolar, esperava que a sociedade se interessasse pela propagação da instrução” (BERNARDO, 2014, p.112). Assim, a sociedade acabava se tornando responsável pela educação pública, e como consequência cumpria-se a obrigatoriedade da educação primária. A autora também faz menção ao contexto em que o estado promovia as caixas escolares, não fazendo qualquer referência a dificuldades que esse poderia ter em fornecer recursos para os estudantes pobres frequentarem e se manterem nas escolas, longe disso, deslocava a responsabilidade de acesso e frequências aos pais dos alunos, que por falta de recursos não permitia a eles condições básicas de enviar seus próprios filhos à escola (BERNARDO, 2014). Em análise dos jornais da época, é possível identificar relatos que tem o objetivo de estabelecer a ideia de que a pobreza dos alunos não era de responsabilidade do

estado e sim uma causalidade e que o governo local, por sua vez, apesar de não ser o responsável por cuidar dessa circunstância, criava instrumentos para que a sociedade agisse sobre essa realidade (BERNARDO, 2014).

Essa condição também notabiliza a relevância da relação entre quem é assistido por tais ações e quem é solidário a elas. De acordo com Vasconcelos (2013), a existência de subvenções para com a caixa escolar de particulares e doações “(...) revelam relações de poder configurado como um status para os que estudam nestas instituições, dos que a financiam, dos que a apropriam perpassando pela questão da tênue linha do que é público e privado” (VASCONCELOS, 2013, p.60).

O exposto anteriormente desvela as estratégias empreendidas pelos estados no enfrentamento das necessidades que os alunos pobres possuíam em cada contexto social e histórico. Em alguns casos o estado desobrigava-se totalmente, deslocando a responsabilidade para os particulares, e em outros também colaborava como um sócio da caixa escolar. Esse fato demonstra a existência das necessidades que de alguma forma precisavam ser supridas, assim sendo, os estados, então, desenvolvem medidas para que elas fossem atendidas de maneira que não onerasse, ou pouco onerasse, o aparelho estatal, valendo-se mais da boa vontade e do espírito de solidariedade da população.

É também necessário avaliar com quais finalidades o estado valia-se no enfrentamento dessas necessidades advindas da pobreza, desvelando seus objetivos e interesse. Na abordagem das pesquisas a seguir é possível identificar alguns dos interesses, por parte do governo, na utilização da caixa escolar.

A caixa escolar, além de meio utilizado para o acesso e permanência de alunos na escola, pode e deve ser considerada como estratégia de difusão de cultura. Conforme Bernardo (2014), as caixas escolares no início do século XX, em Minas Gerais, foram empregadas para a consolidação da educação primária e validação de um novo regime que naquele momento era imposto à sociedade. Para a autora a escola ocupava o lugar de redentora das mazelas deixadas pelo Império e tinha a difícil incumbência de conduzir a construção da identidade do país. Além disso “havia um grande temor às massas e ao que elas poderiam realizar caso não fossem contidas” (BERNARDO, 2014, p.65). Dessa forma, “a preocupação acerca da educação de crianças pobres está diretamente vinculada à manutenção da ordem pública pelo Estado em Minas Gerais. A criança, nesse contexto, era vista como

investimento para o futuro” (BERNARDO, 2014, p.65). É possível perceber que a caixa escolar tinha objetivo de incluir determinados sujeitos ao sistema de ensino com finalidades determinadas pelo contexto educacional, social e político vigente.

Carvalho e Bernardo (2012) também entendem a caixa escolar como um dispositivo que junto a outros proporcionaria as transformações almeçadas pelo projeto de nação no início do século XX e que tinham objetivos “quais sejam o de produzir uma cultura política a partir das práticas e saberes disseminados pela escola” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p.153.). Com a frequência garantida pela caixa escolar, os alunos teriam total acesso ao que era disseminado na escola.

Mudando a perspectiva de análise pode-se afirmar, finalmente, que a caixa escolar se tornou, em certa medida, parte da cultura escolar, pois possibilitava o próprio fazer educativo. Na dissertação de Bahiense (2013b) a caixa escolar é estudada como um dispositivo de implementação, legitimação e ampliação dos grupos escolares em Minas Gerais no início do século XX. Sua hipótese é apoiada na função da caixa escolar – obrigatória nos grupos escolares – de favorecer e estimular a frequência nas escolas. E apesar de ter sido imposta como obrigatória por decretos locais, seus estatutos ficavam a cargo de cada grupo escolar, que decidiam como melhor empregar os recursos de acordo com suas necessidades. Alguns exemplos são expostos pela autora como no caso de pagamento de reparos nos sanitários, compra de vassourinhas, sabão, espanadores etc (BAHIENSE, 2013b). A dissertação também esclarece que tanto a receita como despesas deveriam ser enviadas à órgãos superiores - secretaria do interior - que controlariam as caixas escolares, porém “ao final do parecer, encontra-se registrada a observação de que, se essas despesas não pudessem ser pagas pela secretaria, o parecer deveria ser aprovado, sem a observação à diretora” (BAHIENSE, 2013b, p.93).

Também Alves (2015) faz menção ao fato de a caixa escolar ser empregada com objetivos diversos, quando afirma que “os recursos para a fundação da biblioteca vieram da caixa escolar que tinha como primeira preocupação o auxílio aos alunos pobres, mas que também se atentou em melhorar a instrução dos alunos oferecendo-lhes uma biblioteca escolar” (ALVES, 2015, p.64). A caixa também custeava outras atividades tais quais: piqueniques, brinquedos, doces, bolacha, livros para a biblioteca e outros.

Bernardo (2014) que aborda a caixa escolar de Minas Gerais, entre 1911 e 1914, como um mecanismo filantrópico que aliou o estado e sociedade no intuito de manter a ordem e legitimar o regime republicano, reafirma a situação apresentada acima:

Assim, podemos verificar que os recursos da caixa no início do século XX estavam destinados à manutenção de crianças pobres, mas também para auxílio do museu escolar e biblioteca, tão importantes para a execução de diversas disciplinas do programa que, como vasta bibliografia aponta, muitas vezes não eram oferecidas em virtude da falta de condições materiais nas escolas. Além das disciplinas, o método de ensino também ficava comprometido, devido, muitas vezes, à falta de objetos no Museu Escolar e livros na biblioteca.

Ao permitir pequenos reparos no prédio e jardim, nota-se a previsão de uma parceria criada entre Estado e sociedade com vistas à manutenção da escola. (BERNARDO, 2014, p.49).

Zonin (2017) revela a atuação das caixas escolares no processo de escolarização da infância em Santa Catarina entre 1938 e 1945 e corrobora com o descrito acima de que a caixa escolar atendia as demandas de natureza variadas como “vassoura e balde, maleta e bandeira para o Pelotão de Saúde, gastos com Festa da Pátria e da Semana da Criança, conserto de escada, bandeira nacional, mastro para bandeira, pagamento pelo feitiço de chapéus de enfermeira, balas e doces (...)” (ZONIN, 2017, p.71). Conforme essas pesquisas apontam, a caixa escolar não se limitava a financiar a permanência de alunos pobres na escola, mas a própria cultura escolar que tinha como seu vetor determinadas práticas escolares ancoradas em alguns artefatos materiais que a caixa tornava possíveis.

Diante do levantamento feito é possível constatar um crescente interesse da historiografia sobre o tema das caixas escolares, mas em um número ainda reduzido de pesquisas, o que torna oportuna a dissertação ora apresentada para a historiografia brasileira. Ao mesmo tempo que evidencia a necessidade do estudo da caixa escolar para o aprofundamento da historiografia sobre a educação no Distrito Federal.

A partir da sondagem realizada, que demonstrou como a caixa escolar se configurou em determinados períodos e espaços, sua importância dentro do sistema educativo e também na conjuntura social, é que se pretende responder ao seguinte problema histórico: como se deu o funcionamento (contexto de emergência,

financiamento e usos) da caixa escolar em Brasília entre os anos de 1960 a 1971, no ensino primário da nova capital?

O objetivo geral consiste em analisar o funcionamento (contexto de emergência, financiamento e usos) da caixa escolar em Brasília, entre os anos de 1960 a 1971, isto é, da inauguração do sistema de ensino até a promulgação da reforma de ensino por meio da Lei nº 5692, no ensino primário da nova capital.

Os objetivos específicos são quatro: 1) Delinear o contexto de emergência da caixa escolar em Brasília e as representações sobre as necessidades educacionais que deram ensejo ao seu surgimento; 2) Examinar as práticas de financiamento da caixa escolar no ensino primário de Brasília; 3) Investigar as práticas de uso da caixa escolar no ensino primário de Brasília; 4) Apresentar, como produto técnico desta pesquisa, um minicurso sobre a história da caixa escolar em Brasília.

Para o desvelamento do objeto de pesquisa eleito é fundamental a definição dos conceitos que ajudarão a ler as experiências que queremos interrogar, no caso, os conceitos de representações e práticas.

“A história cultural” – escreve Roger Chartier (2002) –, “tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHATIER, 2002, p.16-17). Isso quer dizer que a partir dos grupos sociais, representações são feitas e partilhadas. Dessa forma, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHATIER, 2002, p.17). Consequentemente o posicionamento e discurso de um indivíduo está intrinsecamente relacionado ao grupo social a que pertence, às suas representações sociais que acabam por traduzir-se em posicionamentos e interesses, expondo a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 2002). Assim, assume-se como hipótese central dessa pesquisa, que em Brasília, nos anos 1960, um conjunto de representações foi produzida pelos grupos sociais ligados à escola – autoridades, professores, gestores, famílias – acerca da pobreza dos estudantes e da necessidade de se encontrar para ela uma solução, como forma de possibilitar a instrução da clientela atendida pelo sistema escolar da recém-

inaugurada capital federal. Tais representações, por sua vez, se traduziram em múltiplas práticas de financiamento e usos da caixa escolar no ensino primário local.

As práticas, de fato, são entendidas aqui como a concretização das representações e segundo Chartier (1995) “qualificam, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras” (CHARTIER, 1995, p.184). Essencialmente, as práticas são a capacidade criativa de sentido determinadas por questões sociais, religiosas, institucionais, entre outras, e que apontam comportamentos legítimos e as normas agregadas (CHARTIER, 1995). É importante salientar que apesar das práticas não poderem ser concebidas desarticuladas das representações, elas também se traduzem de maneira plural. Sendo assim, dentro da história cultural é necessário que haja a investigação do sistema de representação e dos consequentes atos gerados por ele (CHARTIER, 2004). Podemos então entender que as práticas envolvendo a caixa escolar serão diversas, a depender do grupo social que a percebe e que se traduz de forma não-homogênea pelas comunidades escolares.

Apresentados os protocolos iniciais desta pesquisa cabe ainda indagar sobre quais fontes serão interrogadas no encaço dos objetivos anteriormente indicados. De fato, para que um entendimento contextualizado e mais próximo da realidade possível seja expresso é indispensável que a documentação utilizada seja investigada, no sentido de entendermos qual o grupo social era produtor das representações e práticas analisadas, pois “todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

No desenvolvimento da pesquisa sobre a caixa escolar em Brasília houve uma dificuldade na localização de fontes no Arquivo Público do DF, que possui pouca documentação educacional sobre a década de 1960 e nenhuma sobre o tema da caixa escolar. Somou-se a isso o fato de estarmos sob impacto de uma pandemia causada pelo novo coronavírus, que impôs restrições à circulação de pessoas, afastamento social e por algum tempo até mesmo o confinamento, o que impediu uma ida e pesquisa minuciosa nos arquivos das instituições escolares do Distrito Federal, nas quais, possivelmente, haja vestígios documentais da existência e funcionamento das

caixas escolares. Posto isto, a alternativa que se apresentou foi a transformação do jornal Correio Braziliense em fonte de pesquisa. Campos (2012) apresenta uma boa noção do que um jornal pode representar na labuta do historiador:

Bem sabemos que os jornais são antes de tudo ambientes de sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados para a constituição de distinções simbólicas e para construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades. Mas eles são veículos peculiares, porque também se constituem como suportes de diferentes temporalidades e de falas que emanam tanto do tempo presente, do acontecimento ou da opinião imediata, da notícia dada em primeira mão – matéria-prima por excelência do jornalismo- quanto de um passado às vezes imemorial. (CAMPOS, 2012, p.64).

Não foi sempre que os jornais entre outros documentos eram aceitos nas pesquisas historiográficas, isso só aconteceu com a chamada “Escola dos Annales”, movimento que começou a questionar o uso exclusivo dos documentos oficiais. Na verdade, os documentos oficiais não passaram a ser ignorados, mas foram incluídos diversos tipos de outras fontes, agora encarados não mais como documentos falsos e sim como documentos históricos (CAPELATO, 2015). Dessa forma:

As pesquisas sobre a imprensa começaram a ter destaque na historiografia brasileira a partir das décadas de 1970 e 1980, também como fruto das revisões historiográficas em curso. Desde então, os jornais passaram a integrar o corpus documental considerado apropriado para o ofício do historiador. (CAPELATO, 2015, p.115).

A imprensa aqui será considerada em sua historicidade, atentando para suas inter-relações mais abrangentes com a história, tomando-a como agente ativo na história do capitalismo e não apenas como suporte de acontecimentos (CRUZ; PEIXOTO, 2007)

De acordo com Anjos (2016) a fonte é a conexão entre o presente e o passado, de como hoje percebemos o mundo e de como antes ele era percebido. A imprensa é uma dessas fontes, que pode-nos apresentar elementos sobre as práticas de educação realizadas na década de 1960 em Brasília. Vale-se destacar que é uma fonte produzida fora da escola, mas que colabora no entendimento e explicação sobre esta nos diferentes tempos históricos (ANJOS, 2016). Como afirma Dario Ragazzini:

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Dentro da história da educação o uso da imprensa como fonte já é bastante recorrente, sendo o jornal diário um dos mais utilizados e inquirido pelos historiadores da educação (ANJOS, 2022), isso porque:

O jornal diário, assim, constitui-se numa das formas por meio das quais as sociedades modernas registram e dão visibilidade, para o historiador, dos contextos sociais, políticos, econômicos e intelectuais em que seus redatores e leitores estavam imersos, fornecendo, com isso, vasto material empírico para a oficina da história. (ANJOS, 2022, p.38-39).

Consoante Ragazzini (2001), uma fonte apresenta níveis quais sejam: as relações nas quais o documento é criado e produzido, as relações que selecionam o documento e depois que o conservam, e por último as relações do leitor/ intérprete. Sendo assim, é importante conhecer os discursos e o posicionamento social dos sujeitos que produziram o jornal e também levar em conta que a leitura que fazemos deles, por ora, é diferente daquela feita pelo leitor à época (CAMPOS, 2012). Quais seriam, então, as características do Correio Braziliense, a fonte eleita para este estudo?

As definições pertinentes à pesquisa sobre o jornal Correio Braziliense serão feitas a partir da pesquisa empreendida por Morelli (2002). Segundo a pesquisadora o jornal que ainda atualmente faz parte do cotidiano do brasileiro, nasceu juntamente com Brasília em 1960 e tem como criador Assis Chateaubriand, dono da cadeia de comunicação: os Diários Associados, que por sua vez foi criado com o objetivo de intercomunicar as capitais e fortalecer o Brasil como nação independente (MORELLI, 2002). “O atual Correio Braziliense nasceu de uma aposta entre Assis Chateaubriand, empresário de comunicação e dono dos Diários Associados, e o então presidente Juscelino Kubitschek” (MORELLI, 2002, p.47). O jornal não teve origem de causa política e nem motivação comercial, e sua linha editorial oscilou durante o tempo entre estar em acordo com o governo local e em outros momentos entrar em desavença com esse mesmo governo (MORELLI, 2002).

Logo de início, Assis Chateaubriand designou o jornalista Ari Cunha com o objetivo de coordenar o estabelecimento da redação do Correio em Brasília; como diretores na década de 60, o jornal teve: Gilberto Chateaubriand, José Maria Alkmim e Edilson Cid Varela; o primeiro secretário de redação foi José Queiroz Campos em 1961 e no ano seguinte o jornal ganhou um diretor de redação: Adirson Vasconcelos, a partir de 1965 o jornal também passa a contar com o cargo de diretor-chefe, ocupado por Ari Cunha até 1970 (MORELLI, 2002). A linha editorial do jornal Correio Brasiliense nasce com um caráter informativo voltado ao desenvolvimento e necessidade de Brasília, que ainda estava em processo de construção e estabelecimento:

A cobertura nos anos 60 era basicamente voltada, no âmbito local, para a fixação de Brasília no Planalto Central e regularmente os editoriais do jornal tratavam de assuntos referentes às necessidades da cidade. Havia um grande destaque para os assuntos relacionados ao funcionalismo público: moradia, transporte, educação, lazer e salário. (MORELLI, 2002, p.51).

A maior parte das notícias sobre a educação em Brasília que tratam sobre a caixa escolar, objeto desta pesquisa, compunham o caderno 2 e se localizavam nas colunas de Ari Cunha intitulada “Visto, Lido e Ouvido” - que perdurou por quarenta anos e funcionava como um espaço destinado a dar voz aos habitantes da cidade -, também na coluna “Sociais de Brasília” de Katucha – que perdurou por vinte anos e trazia notas sobre os personagens célebres de Brasília, e principalmente na coluna “Ensino dia a dia” de Yvonne Jean, que tratava sobre a qualidade do ensino público em Brasília. (MORELLI, 2002).

Importante ressaltar que o Correio nasce com o traço de ser governista, até porque, em decorrência da fraca economia local, o jornal acabava por se manter basicamente da publicidade oficial – federal e local; seus funcionários muitas vezes eram funcionários públicos de outros órgãos que faziam “bico” como jornalistas e essa dupla função, querendo ou não, influenciava suas produções. (MORELLI, 2002).

A metodologia de pesquisa se deu a partir da busca de palavras-chaves nas edições do Correio Braziliense disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1960 a 1971. A oportunidade de localização por pesquisa nominativa permitiu intensificar o foco de atenção em relação aos temas e assuntos da pesquisa (BRASIL; NASCIMENTO, 2020). A utilização do fio do nome

como forma de investigação histórica não se constitui em algo novo, e através do emprego desse método onomástico, conforme proposto por Ginzburg e Poni (1989), é possível obter diversos dados com os quais se pode reconstruir algumas circunstâncias e contextos dos fenômenos a que se chega pelo nome ou palavras-chave pesquisadas (GINZBURG; PONI, 1989).

As palavras-chaves utilizadas foram: caixa escolar, caixas escolares, círculo de pais, aluno pobre, estudantes pobres, estudante pobre, pais e mestres, assistência estudantil, atestado de pobreza e pobreza. Com base em tais palavras-chave, construiu-se um banco de dados contendo cerca de duzentos e cinco ocorrências, sendo posteriormente selecionadas cento e vinte matérias relativas a evidências documentais do ensino primário, nas quais foi possível a análise da emergência, financiamento e usos do caixa escolar no ensino primário de Brasília.

Com a finalidade de esclarecer os leitores acerca da diferenciação entre fontes e referências bibliográficas, é importante salientar que as citações feitas estão de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 2002. Na norma mencionada o nome do autor deve servir à referência ou citação, quando conhecido, ou então menciona-se o nome da matéria, quando o autor é desconhecido. Os autores que assinaram as colunas, as quais foram utilizadas nesta pesquisa como fonte, referem-se à Yvonne Jean, Ari Cunha, Katucha e Leal.

Outro recurso utilizado foi a fotografia como forma de ilustrar determinados fatos históricos. Mas não será usada somente com essa finalidade, logo ela também ocupará o lugar de declarante, pois quando questionada, observada e analisada poderá oferecer seu testemunho como evidência histórica, uma vez que “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida” (BURKE, 2017, p.24). As fotografias utilizadas nessa pesquisa foram encontradas no site do Museu da Educação do Distrito Federal, que as têm catalogadas.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo busca compreender a necessidade e o contexto em que surgiu a caixa escolar em Brasília. O segundo aborda as práticas e analisa criticamente o financiamento das caixas escolares. O terceiro capítulo tem por objetivo revelar como se dava o funcionamento

das caixas escolares. No quarto e último capítulo será apresentado o produto técnico desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - A CAIXA ESCOLAR EM CENA NO RECÉM-CRIADO SISTEMA EDUCACIONAL DE BRASÍLIA

A história de Brasília contada a partir de seus prédios majestosos, sua organização impecável, suas tesourinhas desenhadas e seu moderno sistema de ensino não é nenhuma novidade. Muito já se disse a respeito dessas características, porém as especificidades e minuciosidades muitas vezes ficam de fora dos relatos. Essa situação não se dá por deliberada vontade dos historiadores e sim por um conjunto de fatores que complexifica o trabalho, tais como: a raridade das fontes, a falta de preservação destas e até mesmo a só recente emergência da história cultural no tratamento de objetos ligados à história da capital federal.

Dentro da narrativa da criação, funcionamento e até mesmo do desmantelamento do sistema educacional de Brasília, um elemento em particular é objeto deste trabalho: a caixa escolar. O delineamento de seu contexto de emergência juntamente com as representações sobre as necessidades educacionais que deram ensejo ao seu surgimento é o objetivo específico que este capítulo pretende alcançar.

É inegável que a criação de Brasília foi um marco na história do Brasil e sua construção carregou a esperança de um país mais moderno, menos injusto e que com oportunidades iguais. Com esse espírito democrático também foi pensado por Anísio Teixeira o Plano de Construções Escolares, idealizado para que todos sem distinção pudessem dele fazer parte e ter uma formação voltada “(...) para atividades práticas, relacionadas ao estudo, à recreação, à arte e ao trabalho (...)” (ROCHA; ANTONIAZZI, 2011, p.88) Porém, nem tudo o que foi pensando e planejado pôde ser realizado, necessidades de um povo que formava sua identidade vieram à tona, desafiando de diversas maneiras a escola, seus professores e governantes.

Com o fim do governo de Juscelino Kubitschek, aquele que liderou com grande entusiasmo e inegável envolvimento a transferência da capital, as forças contrárias a permanência desta no planalto central viram-se ganhando força e espaço no governo de Jânio Quadros, em que as obras, antes em ritmo acelerado, quase que cessaram (CHAHIN, 2018). Em seguida, após um golpe civil-militar, Brasília sofreu com duras

atitudes a respeito da sua organização escolar, descaracterizando seu projeto inicial (VASCONCELOS, 2018).

É nesse contexto que vemos a caixa escolar entrar em cena, mas como? E por quê? São algumas das perguntas que ao longo do capítulo procuraremos responder.

Com a finalidade de deixar o leitor a par da conjuntura histórica primeiro será feita uma breve apresentação do sistema de ensino de Brasília, seus princípios e como ele se relacionou com o nascimento da cidade. Após passaremos a conversar diretamente com outras fontes, confrontando-as com o levantamento historiográfico feito a respeito do assunto, para enfim alcançarmos o objetivo traçado para o capítulo.

1.1. Planejamento e concretização do sistema de ensino em Brasília

A construção de Brasília, como nova capital do país, integrava as metas de uma política nacional-desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. A cidade nasceu com uma expressão modernista e carregava transformações educacionais que possibilitassem um sistema educacional pertinente ao estado democrático moderno (PEREIRA; ROCHA, 2011). O contexto de deslocamento da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em que se deu o planejamento do sistema educativo, consistia em priorizar ações que conciliassem forças em direção ao desenvolvimento nacional e que levassem o país a fazer parte das políticas internacionais (CHAHIN, 2018). Dessa forma, a união de três personagens que carregavam consigo uma poderosa habilidade de elaboração mental e de planejamento: JK, Lucio Costa e Anísio Teixeira, possibilitou a reformulação da imagem internacional do Brasil (VASCONCELOS, 2011). O primeiro, JK:

Entende a necessidade de afastar o poder do cesto das laranjas podres, da corrupção litorânea herdada desde os tempos das capitâneas hereditárias e da face eurocentrista de além-mar para dar luz a uma nova identidade ao povo brasileiro. A construção de uma cidade planejada para ser moderna e ousada nos fins do milênio passado remete à intenção do então presidente da República de articular a semente de uma nova autoimagem ao povo brasileiro, alheada da memória colonialista de subcultura da coroa portuguesa. (VASCONCELOS, 2011, p.123).

Lúcio Costa, por sua vez, urbanista responsável pelo projeto da cidade que venceu o concurso para o Plano Piloto de Brasília, buscou em seu projeto equilibrar humanismo e modernidade, buscando a integração do espaço físico e da população (VASCONCELOS, 2011). Por último: Anísio Teixeira, intelectual responsável pelo projeto educacional da metrópole, diretor, à época, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos -INEP, visionário de sua área, foi quem impulsionou a discussão entre a arquitetura e o espaço escolar em prol de uma “racionalidade arquitetônica coerente com os novos horizontes pedagógicos que se postulavam em prol de um ensino laico e comprometido com a democratização do acesso à escolarização básica” (CHAHIN, 2018, p.25).

Anísio Teixeira foi um dos pioneiros da educação nova, a partir de uma perspectiva da tradição liberal democrática, com pensamento pragmatista fortemente influenciado por John Dewey (PEREIRA, 2011). Quando pensou o Plano de Construções Escolares, Anísio quis fazer dele uma síntese de suas ideias e idealizou uma escola progressiva com novos objetivos e novas responsabilidades em prol da formação de um sujeito que estivesse preparado para questionar e solucionar seus problemas (PEREIRA, 2011). Assim, todas suas experiências de vida e bagagem teórica serviram como suporte e referência para a idealização do plano que seria adotado em Brasília para a construção e implementação do sistema educacional.

Para a viabilização da construção da cidade, em 1956, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, responsável pelo estabelecimento do Departamento de Educação e Saúde, que mais tarde passou a se chamar Departamento de Educação e Difusão Cultural (PEREIRA; ROCHA, 2011). Já em 1959 foi criada a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB, da qual Anísio Teixeira fez parte como colegiado e então responsabilizou-se pela elaboração do “Plano de Construções Escolares”, publicado em 1961 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, pretendendo “estruturar um sistema de educação único, democrático, acessível a todos, independentemente da classe social, centrado no indivíduo e no desenvolvimento de suas potencialidades(...)” (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.35).

O Plano de Construções Escolares foi concebido em um contexto de consonância entre planejamentos urbanos, arquitetônicos, educacionais e

pedagógicos, pensados e executados de forma concomitante, porém sem deixar de lado as disputas que aconteciam no campo político e social marcado pela heterogeneidade ideológica em que aconteciam os debates sobre Brasília (CHAHIN, 2018).

Anísio Teixeira tinha o objetivo “de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país” (TEIXEIRA, 1961). O idealizador pretendia fazer com que Brasília fosse vitrine de ideais e propostas pedagógicas inovadoras, modernas e democráticas, comprometidas com a formação integral do indivíduo e que muito se assemelhava às propostas expressas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual Teixeira era signatário e em que são “apontados desafios e prioridades ante as demandas desenvolvimentistas, sociais e econômicas que se impunham à época” (MARTINS, 2011, p. 232). O Plano Educacional também se apoiava na experiência de implementação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, conhecido como Escola Parque de Salvador (MARTINS, 2011) (CHAHIN, 2018).

Em um país marcado pela desigualdade, a ideia era de que o novo e moderno sistema educacional de Brasília não fosse mais um dentre tantas outras inovações, e sim um sistema capaz de promover a igualdade de oportunidade, promovendo uma real democracia (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.41). O projeto educacional, possibilitado pela criação da nova cidade tinha como um dos seus pilares o acesso irrestrito à educação pública de qualidade – desde a educação infantil até a universidade, e proporcionaria a concretização de uma utopia educativa (PINTO; MULLER; ANJOS, 2020). A intenção era de que as escolas reunissem alunos de todos os níveis sociais e provenientes das mais diferentes culturas, e que juntos realizassem atividades em tempo integral (AMARAL, 2018).

A concretização do planejamento deveria ser feita da seguinte maneira: o sistema de educação de Brasília constituir-se-ia por Centros de Educação Elementar, por Centros de Educação Média e pela Universidade de Brasília, os primeiros seriam compostos por Jardins de Infância, Escolas Classes e Escolas Parque; o segundo seria destinado à Escola Secundária Compreensiva e ao Parque de Educação Média,

e por fim o último seria instituído por institutos e faculdades (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.37).

Todo o projeto foi ajustado ao desenho da arquitetura de Brasília, estabelecendo relações estreitas entre as quadras, as escolas primárias e os lugares de convivência (MARTINS, 2011; CHAHIN, 2018). Então, a partir do Plano de Construções Escolares (TEIXEIRA, 1961) a cada quadra, que estava prevista para abrigar entre 2500 e 3000 pessoas, haveria um Jardim de Infância – composto por quatro salas, atendendo em dois turnos a 160 crianças, cada sala comportaria 20 crianças (TEIXEIRA, 1961). Haveria também uma Escola Classe formada por oito salas, que atenderiam em dois turnos a 480 crianças, divididos em 16 turmas de 30 alunos (TEIXEIRA, 1961). A cada quatro quadras haveria uma Escola Parque, que atenderia aos 2 mil alunos provenientes das quatro escolas classes (TEIXEIRA, 1961).

A Escola Parque receberia crianças de 7 a 14 anos em atividade de iniciação para o trabalho nas pequenas oficinas de artes industriais – que incluíam tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, entre outros; e o atendimento em atividades artísticas, sociais e de recreação – formada por aulas de música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios e educação física (TEIXEIRA, 1961). Também era constituída por pavilhões, salas-ambientes, refeitório, administração e de pequenos conjuntos residenciais para jovens de 7 a 14 anos, sem família, para que desenvolvessem as mesmas atividades que os alunos externos (TEIXEIRA, 1961).

Toda a proposta comporia o que Anísio Teixeira chamou de Centro de Educação Elementar e foi concebido como uma Universidade Infantil, que superaria a ideia de unidades escolares isoladas e sem relação umas com as outras (TEIXEIRA, 1961). Os alunos frequentariam todos os dias a Escola Parque e a Escola Classe por 4 horas em cada uma, em turnos diferentes com intervalo para o almoço (TEIXEIRA, 1961).

O Centro de Educação Média - CEM, por sua vez, estava as margens externas das áreas de vizinhança, isso porque se supunha que atingida certa idade os alunos já poderiam percorrer um trajeto maior; o CEM era formado por escolas secundárias

reestruturadas em um modelo mais complexo (CHAHIN, 2018). Apresentava o propósito de oferecer aos adolescentes oportunidade para cultivar o seu talento e também preparar-se para o trabalho ou seguir os estudos em nível superior. O conjunto de edifícios destinados para isso compreendiam: Escola Secundária Compreensiva (que incluía cursos de humanidades, técnicos e comerciais e também científicos), Parque de Educação Média (compreendendo quadras de voleibol, basquete, piscina, campo de futebol, etc.) e o núcleo cultural (teatro, exposições, clubes), biblioteca, museu, administração e restaurante (TEIXEIRA, 1961).

Um dos pilares do plano educacional estruturado para Brasília, por Teixeira, era a ideia de educação integral que buscava o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, necessitava-se, assim, de uma jornada escolar de no mínimo oito horas que possibilitassem aos alunos diferentes experiências educativas, transformando a escola em um local que se promoveria igualdade de oportunidades (PEREIRA; ROCHA, 2011).

Brasília se levantou entre 1956 e 1960 e com ela seu sistema educacional. Antes mesmo da inauguração da capital, a primeira escola pública do Distrito Federal era inaugurada em 1957, localizada na Candangolândia e denominada Grupo Escolar 1, que posteriormente passou a se chamar Escola Júlia Kubistschek (PEREIRA; HENRIQUES, 2011). Teve seu projeto arquitetônico desenvolvido por Oscar Niemeyer e professores engajados no projeto educacional considerado inovador que ali nascia (PEREIRA; HENRIQUES, 2011).

Imagem 1 - Escola Júlia Kubitschek em 1959



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.09 Nº 902
CONTEÚDO: ESCOLA JÚLIA KUBITSCHKE
LOCAL: NÚCLEO BANDEIRANTE - DF DATA: SETEMBRO/1959
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

Fonte: site do Museu da Educação do Distrito Federal.

A imagem acima (Figura 1) concretiza as noções que possam surgir em nosso imaginário ao tentar representar uma escola com traços modernistas e pertencente a um sistema de ensino progressista na década de 50/60. Anteriormente a inauguração de Brasília, a arquitetura inovadora das escolas se anunciava. A fotografia registra o prédio de dois pavimentos, e que, pelo menos da forma com que foi tirada, entrega um lugar harmonioso e amplo. Ao que nos parece, os cuidados com o espaço eram muitos, pois é possível identificar a limpeza e asseio com que a escola se encontrava e também a harmonia e zelo que os jardins se expunham.

Em 1959 foi inaugurada a primeira Escola Classe na superquadra 308 sul, no mesmo ano já havia 4682 crianças matriculadas no recente sistema educacional (PEREIRA; ROCHA, 2011) (VASCONCELOS, 2011). No ano de 1960 foi realizado o concurso nacional para professores, que vieram de diferentes partes do Brasil para um estágio no novo modelo proposto para a educação de Brasília (VASCONCELOS, 2011). Em 21 de abril de 1960 as atividades eram iniciadas na Escola Parque da 307/308 Sul, que se tornou forte referência na comunidade, uma vez que a cidade recém-inaugurada carecia de opções de lazer, era no auditório da Escola Parque que aconteciam shows, teatros, cinemas e palestras (PEREIRA; ROCHA. 2011).

Imagem 2 - Construção da Escola Classe 308 Sul no ano de 195



Fonte: site do Museu da Educação do Distrito Federal.

Como objeto cultural, a fotografia representa parte de uma realidade vivenciada no passado e assiste o historiador como vestígio dessa dada realidade que ele tentar alcançar (ANJOS, 2015). Dentro desse contexto, a fotografia acima inserida (Figura 2) nos leva a conjecturar a importância dada ao que estava sendo construído, uma vez que se quis registrar uma placa em um canteiro de obras que continham ao que parece um barracão, areia e brita para construção, cercados por arame farpado e sem aparentes outras edificações ao redor. Na placa, com letras garrafais, são três os elementos que desejaram memorizar: nome da escola, o órgão responsável pela obra e mais especificamente quem a estava realizando-a. Ao fundo, uma grande área verde se apresenta indicando que essa poderia ser umas das primeiras grandes obras do local e também por isso prestigiada e registrada antes mesmo de existir.

Imagem 3 Escola Parque 308 Sul no ano 1960



Fonte: site Museu da Educação do Distrito Federal.

A Escola Parque da 308 sul (Figura 3), por sua vez, elemento de destaque no sistema educacional de Brasília até os dias atuais, registrada em seu primeiro ano de funcionamento, é um recurso importante. De acordo com Burke (2017) as “imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras” (BURKE, 2017, p.51) e “são feitas para comunicar. Em outro sentido elas nada nos revelam. Imagens são irremediavelmente mudas” (BURKE, 2017, p.55). Em um primeiro momento a imagem da escola apenas nos remete a um prédio ainda vazio e com grande imponência. No entanto, sabendo o contexto no qual ela está inserida – construída na nova capital e sendo eixo central de todo um sistema de ensino – é possível ir além do que está exibido e alcançar inferências do que a imagem pode sugerir.

A escolha dessa imagem não foi por acaso, tem a finalidade de materializar aquilo que estava no figurado: o canteiro de obras arrojadas descritas desde o primeiro momento e que a foto é capaz de representar. O registro feito do prédio ainda vazio, aparentemente sem vida, realça ainda mais as linhas que compõe a Escola Parque, coração de todo um sistema educacional e que também foi, por bastante tempo, o lugar de reunião e de encontro da vizinhança. A imagem, até mesmo da forma com que foi tirada, parece querer nos transparecer a importância da construção e do que seria feito ali.

Assim, aquilo que outrora foi planejado começa a se concretizar, as escolas entram em funcionamento, a cidade cresce cada vez mais com a vinda dos funcionários públicos para a capital, além de suas famílias e das famílias dos pioneiros que aqui já se encontravam para a construção da cidade. O projeto educacional é colocado em funcionamento e o sistema começa a apresentar demandas relacionadas às necessidades educacionais plurais de uma população recém-formada.

O plano tinha sido bem delineado, bem pensado e elaborado, no entanto para a execução de um projeto são necessários recursos que o sustentem em sua realização, e ao que parece o Plano de Construções Escolares nunca teve uma garantia de meios que realmente certificariam que o planejado fosse executado. Era claro que aqueles que idealizaram o sistema de educação de Brasília queriam que fosse o melhor do país e idealizaram um novo homem/nova mulher para uma nova sociedade. Todavia, o projeto só poderia ser colocado em execução da maneira como foi escrito, se o pretendido também fosse abraçado por aqueles que detinham o poder de decisão sobre as verbas que garantiriam ou não a execução da proposta.

Como dito anteriormente, o sistema educacional foi colocado em funcionamento antes mesmo da inauguração de Brasília, para isso escolas provisórias tiveram de ser construídas, principalmente nos núcleos habitacionais que se constituíam ao redor do plano piloto e onde viviam os trabalhadores da construção da capital; em 1959 já eram doze escolas primárias e dois jardins de infância que atendiam a mais de dois mil alunos, porém das 14 instituições construídas, somente três eram feitas de alvenaria (CHAHIN, 2018).

Embora a mesma rede de escolarização concebida para o Plano Piloto tenha sido anunciada como modelo a ser utilizado no planejamento escolar das Cidades Satélites, sabe-se que a realidade nessas aglomerações foi ainda mais dura e a discrepância entre idealizações e concretizações ainda mais evidente que no Plano Piloto. Em 1960, a maior parte das unidades escolares das Cidades Satélites seguiam com suas instalações provisórias. Ao lembrar do contexto otimista de formulação do Plano Educacional de Brasília, Darcy Ribeiro conta que eles, os técnicos do INEP envolvidos na tarefa, já suspeitavam de que, “na realidade, tratava-se apenas da tarefa insólita de criar a educação perfeita para o plano-piloto”. Suspeitavam de que se tratava apenas “de dar àquela gente bonita e superprivilegiada que viveria nas superquadras de Brasília serviços educacionais também privilegiados”. Na verdade, sequer isso foi viabilizado. (CHAHIN, 2018, p. 182-183).

As suspeitas levantadas apontam que desde a implantação já era percebido que a democracia e igualdade almejadas para as escolas de Brasília não seriam facilmente ou mesmo alcançadas. A diferenciação entre as escolas planejadas para aqueles que residiriam no centro de Brasília, as quais eram minuciosamente desenhadas, e aquelas construídas às pressas para atender os filhos e filhas dos operários, já sinalizavam as rupturas com o plano idealizado. As circunstâncias não previstas cada vez mais provocavam exigências impreteríveis.

1.2. Representações sobre as necessidades que originaram o surgimento da caixa escolar

Alicerçada dentro da história cultural, partiremos agora para uma análise em que se busca entender quais foram as motivações que fomentaram a adoção da caixa escolar, a partir de registros da época. É essencial destacar que as representações aqui presentes, em forma de discursos ou entrevistas dentro das matérias do jornal, são intrinsicamente dependentes da condição social de quem os utiliza (CHARTIER, 2002). Assim sendo, as representações que ora se seguirão devem ser entendidas dentro de um contexto que identifica as nuances dos discursos apresentados, pois:

A noção de representação coletiva, tomada de empréstimo de Mauss e Durkheim, nos faculta pensar de maneira mais complexa e dinâmica as relações entre os sistemas de percepção e de juízo e as fronteiras que atravessam o mundo social. Incorporando as divisões da sociedade (que não são de maneira alguma redutíveis a um princípio único), os esquemas que geram as representações devem ser considerados, ao mesmo tempo, como produtores do social, posto que eles enunciam as divisões e classificações posteriores. (CHARTIER, 1992, p. 4).

A caixa escolar não deixou de ser uma ação em resposta a uma situação de necessidades materiais que estavam postas, neste caso foram as representações sobre as situações vividas que levaram a sua criação, reforçando a afirmação de Chartier (2002) quando enuncia que: “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos, que tem por objetivo a construção do mundo social” (CHARTIER, 2002, p. 18). Isto posto, seguiremos percorrendo a história de Brasília

com o propósito de reunir vestígios que corroboraram para o entendimento do surgimento da caixa escolar na nova capital.

Anísio Teixeira concebeu uma educação para Brasília com a ambição de servir como modelo ao restante do país, focou no indivíduo como protagonista do projeto educativo e como ser integral e participante na sociedade. Acreditou plenamente na educação como meio do desenvolvimento social e em uma escola que prepararia indivíduos pensantes e autônomos que seriam capazes de resolver problemas e executar projetos (RICARDO, 2018). Porém, assim que o sistema educativo da nova capital começa a dar seus primeiros passos, rupturas entre o projeto e a concretização revelam-se, lançando inúmeros desafios nos anos que estavam por vir.

Mesmo após inaugurada, a cidade ainda muito se assemelhava a um canteiro de obras, cercada por acampamentos daqueles que foram os construtores da capital e que viviam em condições precárias, mas que erguiam edifícios majestosos (RODRIGUES, 2018). Um dos lugares habitados por essas famílias ficou conhecido como Vila IAPI, ocupação próxima a Candangolândia e que não apresentava condições básicas para atender a população que ali vivia. Em edição de 25 de abril de 1961, o Jornal Correio Braziliense noticia as condições de vida no local: “na vila falta de tudo. Não há luz, não há esgotos, nem assistência médica, nem escola para mais de trezentas crianças, e para outro tanto, ou mais, de lactantes, não existe um único Posto de Puericultura” (VILA DO IAPI: mundo de misérias esquecido pelos poderes públicos, 1961, p.8). A matéria é relativamente extensa e descreve a pobreza e simplicidade das habitações, assim como das estimadas três mil pessoas que ali residiam. Fome, desemprego, moradia precária, derrubada de casas são alguns dentre muitos outros problemas pelos quais passavam as famílias que vieram à Brasília buscando melhores condições de vida.

Depreende-se desse contexto que a quantidade de pessoas residentes no local – aproximadamente 3 mil, relaciona-se diretamente com a quantidade de pessoas esperadas para a ocupação das superquadras em Brasília – entre 2500 e 3000. Para esse quantitativo de pessoas, o Plano de Construções Escolares destinava um Jardim de Infância e uma Escola Classe. Apesar do projeto também se estender as cidades satélites, a concretização deste estava longe ou melhor: nem chegou a ser realizada. A realidade então começa a se delinear e é bem diferente da utopia desejada de que

tantos os filhos dos construtores de Brasília, como os filhos dos funcionários públicos frequentariam as mesmas escolas, uma vez que para uma cidade ainda em construção já se ilhavam os primeiros habitantes da capital em tais situações.

Desde o início o plano já fortificava a marginalização de famílias pobres, dando alguns sinais de que estes não teriam acesso ao sistema educacional planejado de maneira a inter-relacionar-se com as edificações que seriam construídas e a todo planejamento pedagógico baseado em um ensino integral e emancipador que seriam o Centros de Educação Elementar e que contavam com um complexo sistema de Jardins de Infância, Escolas Classe e Escolas Parque.

Paralelamente ao sistema educacional que se erguia em Brasília, o movimento em nível nacional de educação no século XX adotava a premissa de que a educação seria a redentora de todas as mazelas, no entanto o projeto de educação não tinha bases sólidas e não resistiria a avidez que o sistema capitalista e conseqüentemente as desigualdades por ele geradas suscitariam, tal situação resultou em uma gigantesca marginalização de pessoas (DARIUS; DARIUS, 2018). O que aconteceu no cenário nacional foi repetido na experiência dita inovadora que seria o sistema educacional de Brasília, pois desde o início a exclusão das classes sociais desprestigiadas esteve em evidência nas representações feitas pelo próprio jornal diário da cidade, reverberando, “aliás, um traço recorrente das políticas educacionais brasileiras: incorporação de princípios democráticos que não chegam a ser postos em prática” (BITTAR, BITTAR, 2012, p.160).

Anísio Teixeira, ao formular o projeto educacional de Brasília, em 1957, previu uma população de 500 mil habitantes, em que todos residissem dentro das superquadras do Plano Piloto independentemente do nível socioeconômico – seja deputado, funcionário público ou operário (PEREIRA; ROCHA, 2011). O que acabou não acontecendo, posto que:

A maioria da população, constituída de trabalhadores que vieram ao Planalto Central em busca de trabalho e melhores condições de vida, foi colocada à margem do desenvolvimento urbano e passou a residir em cidades-satélites, especialmente criadas para esse fim. Essas cidades periféricas, também chamadas de “cidades-dormitório”, acabaram por formar um cinturão de pobreza ao redor do Plano Piloto (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.167).

A situação da ocupação na Vila IAPI volta a aparecer na entrevista da Professora Ivonilde de Faria Morrone que integra o acervo do Museu da Educação do DF, em que ela faz menção à escola posteriormente construída na Vila, por volta de 1961, e comenta: “havia a invasão do IAPI, sabe? Você se lembra da invasão do IAPI? Infinitamente pobre, mas assim e as escolas infinitamente sem pedagogia e as professoras assim tão... a escola era escura e as professoras estavam sem luz também (...)” (MORRONE, 1990, p. 10).

A fala da professora, moradora do centro de Brasília, compõe-se de representações intrínsecas ao grupo social a que pertencia. Interpreta a situação de pobreza a que a invasão estava sujeita como fator que conseqüentemente levaria a escola a apresentar diversas carências materiais, fato esse que fica implícito em sua fala quando diz “(...)as escolas infinitamente sem pedagogia(..)” (MORRONE, 1990, p. 10) e também no trecho “(..)a escola era escura e as professoras estavam sem luz também(...)” (MORRONE, 1990, p. 10), como se um acontecimento obrigatoriamente desse origem ao outro, de modo que por causa da escuridão a que o prédio estava fadado, em virtude do desacertado planejamento arquitetônico ali empregado, o desempenho das professoras fosse comprometido.

A entrevistada reproduz um velado preconceito em relação aos profissionais que ali desempenhavam suas atividades e passaram por um seletivo processo para compor o recente sistema educacional, mas por estarem em lugar de grande pobreza e de excessivo desprovimento estariam supostamente “sem luz” (MORRONE, 1990, p. 10).

A entrevista continua com os seguintes relatos:

Não que elas fossem desinteressadas, não que elas não desejassem fazer com que as crianças aprendessem, elas simplesmente não sabiam o que fazer, sabe? Então, quando eu comecei a entrar naquelas salas, sempre visitando, aí nós já éramos uma equipe, era a equipe de comunicação e expressão e de linguagem criada, não é? E nós saíamos e sempre nos nossos carros, no meu carro, não é? Não havia, geralmente não havia condução, mas ninguém nunca questionava isso; eu tinha, nessa época, eu tinha um fusquinha verde e nós andávamos nesse fusquinha pelo Distrito Federal. (MORRONE, 1990, p. 10-11).

Nesse trecho já é explícito a diferenciação que a própria professora enquanto supervisora, à época, fazia entre o seu grupo de trabalho e as professoras da invasão. Evidencia sua posição privilegiada quando afirma possuir um objeto de alto valor e que, na ocasião, poucos possuíam: um carro. Os relatos trazidos aqui exemplificam as divisões do mundo social: aqueles que possuíam um carro *versus* aqueles que não possuíam, as professoras que tinham o conhecimento *versus* aquelas que precisavam ser ensinadas; clareando os objetos das representações do mundo social em que os sujeitos estavam inseridos e que “à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002).

Na sequência, após a professora Ivonilde Morrone relatar o método do qual foi criadora em prol da alfabetização e instruir as professoras da invasão, continua a entrevista dizendo:

Elas aprenderam logo aplicar a metodologia e os resultados começaram a aparecer, os meninos começaram a se alfabetizar. Tanto assim que, na área de comunicação e expressão, como um todo, as crianças começaram a descobrir que elas eram capazes de escrever; e isso nas outras séries também, não é? Então, elas usavam as poças de lama da invasão do IAPI se transformarem em poemas, na visão da criança, não é? Porque um dia elas saíram e quando foram passar pela poça d'água, elas viram uma borboleta amarela. Então, elas converteram aquilo num poema. E desde o momento que a professora conseguiu captar aquele momento poético, então as crianças se despertaram e começaram a ver poesia, ainda na invasão do IAPI. (MORRONE, 1990, p. 10-11).

Mais uma vez, a professora que participara do início da implantação do sistema de educação em Brasília manifesta suas representações carregadas de preconceito e moralização dos sujeitos pobres. Comemora os resultados que a escola marginalizada teve em decorrência de sua intervenção e reforça a todo momento o fato de a escola ser pobre e frequentada por crianças pobres, enfatizando a questão da poça de lama como elemento central dentro de umas das experiências de aprendizagem. Como se por causa da falta de recurso das crianças e da escola, elas fossem incapazes de determinadas habilidades.

Talvez em decorrência da Associação de Defesa dos Moradores da Vila do IAPI, formada ainda em 1961 no intuito de reivindicar serviços essenciais (VILA DO IAPI: mundo de misérias esquecido pelos poderes públicos, 1961, p.8), a escola foi construída. Construída com madeira e comendo-se de salas de aula sem iluminação apropriada (RODRIGUES, 2018), a escola parece distante dos padrões de arquitetura e destacada dos anseios pedagógicos vislumbrados para a capital. O levantamento do imóvel provavelmente foi uma conquista da comunidade, porém construída as margens dos referenciais de educação para Brasília, o que também suscita especulações sobre os materiais disponibilizados para o desenvolvimento das aulas e condições necessárias a permanência das crianças na escola, como por exemplo o lanche diário.

Imagem 4 - Evento de Inauguração de escola na vila IAPI, no Núcleo Bandeirante, Brasília, DF.



Fonte: site Museu da Educação do Distrito Federal.

Mais uma vez um registro fotográfico vem acrescentar a narrativa trazendo elementos não descritos na história, isso “porque uma imagem é necessariamente explícita em questões que podem ser mais facilmente evitadas em textos” (BURKE, 2017, p.50-51). E são essas questões que buscamos compreender. Alguns recortes da imagem chamam atenção: como a pobreza das habitações que aparecem ao fundo e das crianças descalças no chão de terra batida contrastadas com as vestimentas daqueles que parecem não pertencer ao lugar. Ao contrário da cena principal que se pretendeu captar: duas pessoas distintas desamarrando o laço que simbolicamente

significaria a inauguração da escola recém-construída. O olhar aqui é direcionado para as posições em que os atores da foto estão dispostos. Quase que como separados por categoria: aqueles que pertencem ao lugar – dispostos mais atrás e com roupas parecidas - e alguns forasteiros - em primeiro plano que são registrados como ativos, pois são eles quem estão com a autoridade sobre o acontecimento.

Uma última percepção sobre a foto nos conduz a comparação com as duas outras imagens apresentadas das edificações que comporiam o sistema educacional da capital. A primeira desenhada por Oscar Niemeyer –Escola Júlia Kubistschek, foi retratada vazia de forma com que sua amplitude e dimensão fossem valorizadas, assim como sua estrutura. O mesmo aconteceu com a Escola Parque da 308 sul, fotografada sem público, dando a entender que o mais importante do registro que ora se faria era realmente o prédio que se apresentava. Porém, desta vez o que parece interessar não é o prédio, que mal pode ser visto, a não ser por um telhado a amostra, parte da lateral que aparenta ser de madeira e umas janelinhas abertas no alto. O que realmente parece importar são os sujeitos que fazem parte do momento histórico de entrega de uma escola a comunidade.

Tanto na leitura particular das ideias resgatadas na entrevista da professora Ivonilde Morrone, quanto na análise feita da foto da inauguração da escola da invasão do IAPI o propósito foi o de dar importância as representações não somente como “reflexos verdadeiros ou falsos de realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHATIER, 2009, p.7). Partindo de tais perspectivas é que vamos buscando elucidar o emaranhado de pormenores que perpassam os fatos e acontecimentos, certos de que todos são interligados às divisões dos grupos sociais, divisões essas que estamos desvelando aos poucos apoiados nos vestígios encontrados.

Passados oito anos, o Correio Braziliense retorna a noticiar que a escola da Vila IAPI ainda é marcada pela pobreza e que em uma das instituições da região havia 1200 crianças distribuídas em 34 salas precárias, em um espaço cedido por uma associação espírita que prestava serviços beneficentes. A reportagem traz ainda relatos da diretora da escola dizendo que: “no começo – disse a diretora – contávamos com 15 classes e poucos alunos, mas esse número vai crescendo assustadoramente,

e devido a isso é que enfrentamos essas terríveis dificuldades para atender todos” (NATAL INSPIRA CAMPANHA, 1969, p.11).

Ao que parece, a questão que no começo implicava a falta de assistência escolar a uma comunidade que abrigava em torno de 300 crianças, agora atende a 1200 crianças em apenas uma das escolas, em que a falta ou pelo menos a precariedade no acompanhamento junto a essas famílias permaneceu. A narrativa da diretora ressalta um dos fatos que corroborou para o comprometimento do planejamento educacional para Brasília: a explosão demográfica. Nos primeiros anos, o crescimento da população não se fez acompanhar, com a mesma rapidez, de escolas e de professores, o que resultou na desordem entre a concretização do plano e as demandas educacionais resultados no aumento demográfico (PEREIRA; CARVALHO, 2011). No caso específico da Vila IAPI, o crescimento populacional foi acompanhado pelo crescimento da pobreza, e a notícia veiculada salienta uma campanha em andamento para arrecadação de roupas, mantimentos e brinquedos que iriam ser distribuídos para as crianças necessitadas da Vila, com o auxílio das escolas 305, 106 e 315 do Plano Piloto (NATAL INSPIRA CAMPANHA. 1969, p.11).

Podemos inferir que em nenhum momento foi oferecido às famílias marginalizadas oportunidade para adentrarem ao centro de Brasília, e que com o crescimento populacional que continuou acontecendo nos arredores da capital a situação só piorou. Logo, às crianças que ali moravam, era dispensada uma educação precária como o próprio local, construído sem qualquer organização ou elaboração. Nesse interim testemunhamos mais uma dualidade nascer, definida por aqueles que assistem e aqueles que são assistidos. É o que mostra a campanha anunciada pelo jornal, deixando claro de um lado quem são e onde estão localizados geograficamente aqueles que detém condições de ajudar, e por outro lado quem são os que precisam da ajuda.

Existia, à época, no jornal, a coluna ‘O ensino dia a dia’ sob responsabilidade da jornalista Yvonne Jean, que conferiu grande visibilidade ao projeto educacional da capital. A jornalista escreveu diversas matérias relacionadas ao ensino inovador e:

Compartilhava a ideia de que a nova capital poderia ser um novo modelo de cidade, impulsionada pela modernidade, pelo empreendimento arquitetônico e urbanístico sem precedentes, e sobretudo, pelo pensamento humanístico e

cosmopolita de seus diversos intelectuais fundadores. (PEREIRA; CARVALHO, 2011, p.112).

Seu entusiasmo e olhar interessado lançado as escolas públicas do sistema educacional de Brasília revelam muitos dos contrastes que ocorreram entre o plano e realização e torna possível a análise das necessidades suscitadas em alguns contextos.

As notícias de Yvonne Jean, sobre a sistema educacional em Brasília, proporcionam uma aproximação das práticas e representações, à época, da educação. Permitindo uma articulação com o mundo social e o entendimento sobre as existências de grupos e classes que compunham a comunidade brasiliense. Pois, segundo Chartier (2002) é graças a alguns representantes – que podem ser instâncias coletivas ou pessoas singulares- que nos é permitido associar as formas institucionalizadas e objetivadas das representações (CHARTIER, 2002). A jornalista ainda guardava conhecimentos sobre as questões relacionadas à infância e sobre a educação de crianças (BARBOSA, 2021). Muitas de suas produções delataram os limites que marcaram o processo de implantação do sistema de ensino da capital.

Em uma das matérias escritas por Yvonne Jean fica evidente que outra recém-construída escola passa por problemas parecidos aos já elencados na Vila IAPI. Dessa vez trata-se do grupo de famílias do Vila Operária Teixeira. A colunista relata os pedidos das famílias ao Secretário de Educação, para que envie professores primários para a escola ali construída, mencionada como “grande barraco”. (JEAN, 1965, p. 8). Os professores são enviados e em visita da jornalista ao local aproveitam a oportunidade para fazerem solicitações endereçadas à ação social do planalto (instituição de caridade) e à secretaria de educação, entre eles: sapatos e roupas para os 60 alunos ali atendidos, um grande armário – visto que os materiais são guardados nas casas dos professores ou mesmo no chão e uma cantina, uma vez que o preparo do lanche só é possível graças a uma moradora que o cozinha em sua residência (JEAN, 1965a, p. 8).

Na sequência é publicada outra notícia sobre a mesma escola: o barraco de madeira, que serve de escola, teria sido pintado em decorrência dos apelos feitos pela comunidade à NOVACAP; com a escola em funcionamento, a primeira festa aconteceria com grande entusiasmo e com a finalidade de arrecadar fundos para a

construção da cantina, já solicitada aos órgãos públicos responsáveis, mas sem retorno por parte destes (JEAN, 1965b, p.10). Continua, porém, reforçando o pedido de envio dos armários, necessários a acomodação dos materiais utilizados na escola, acrescido de outro mais: uma escola permanente, porquanto a atual instalação é, como já descrita, um grande barracão de madeira. (JEAN, 1965b, p.10).

Ao visitarmos tais notícias entrevemos a difícil situação a que as escolas estavam expostas: falta de professores, grande insuficiência material das crianças, carência de mobília essencial ao funcionamento, são algumas delas. E como não é natural a passividade diante de uma conjuntura como essa, a comunidade soma esforços no sentido de tentar superá-las, apela através dos veículos de informação às autoridades e também promove eventos na tentativa de subsidiarem a escassez que as escolas viviam.

De 1962 em diante, alguns aspectos do sistema educacional implantado já demonstravam a descaracterização do projeto inicial, entre eles:

1) Redução do período de permanência dos alunos na escola para duas horas, 2) diminuição da jornada de trabalho dos professores para seis horas, incorporando, assim, mais uma escola classe sem aumento do número de professores, 3) ampliação do número de matrículas, com atendimento em dias alternados. (RICARDO, 2018, p. 220).

As dificuldades encontradas incluíam necessidades básicas, como pode-se perceber nas notícias abordadas. Estruturas precárias de escolas, falta de lanche, de vestuário, materiais, mobília, entre outros, são algumas das insuficiências que despontaram dentro do sistema educacional de Brasília.

As notícias a respeito das escolas no Correio Braziliense não param e com elas fica evidente o desprovimento material que o sistema não conseguia suprir. Brasília crescia em grande velocidade, as escolas a todo momento recebiam alunos e precisavam criar novas turmas, o que resultava no aumento de trabalho dos professores e também no surgimento de diversas dificuldades, tanto pedagógicas como também materiais, que não eram regularmente resolvidas pelas autoridades locais (SOUZA, 2011) e acabavam de certa forma comprometendo a qualidade do trabalho desenvolvido. Por conseguinte, prejudicava sobremaneira principalmente

aquelas crianças sem maiores condições, que esperavam da escola o oferecimento das circunstâncias adequadas ao desenvolvimento do seu processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, as autoridades locais não ofereciam soluções às escolas e situações que as colocavam em grande risco continuavam acontecendo. Dessa vez, na coluna Correio Estudantil, um caso que representa o ápice de toda privação a que se pode submeter uma criança é denunciado nas páginas no jornal, que traz a seguinte notícia:

Anteontem uma criança desmaiou na Escola Classe 106. Estava, aparentemente, muito doente. Diretora, professoras, secretária, naturalmente, muito aflitas. Os telefones não atendiam ou estavam ocupados. O próprio telefone de auxílio não funcionou. A menina foi muito bem atendida ao chegar no Hospital. A diretora até pede que se agradeça a dra. Maria Aída. Porém, não era possível deixar de chamar atenção sobre o longo período de tempo decorrido entre o momento do incidente e a chegada da ambulância. Poderia ter sido fatal. Urge tomar providências, aumentando o número de linhas. O Pronto Socorro deve atender na hora. O incidente ainda dá lugar a outros reparos, muito mais graves. Sabem qual foi a doença de Luvinete Alvares Duarte? Fome. Só! A menina vive num barraco do IAPM, nas piores condições. O pai sofreu um acidente há tempos e não pode trabalhar. A mãe sustenta a família, fornecendo marmita aos candangos. Luvinete tem dois irmãos. As crianças vivem na maior pobreza, num barraco anti-higiênico e são subalimentadas. O tratamento no hospital distrital consistiu simplesmente em ministrar glicose e vitaminas e receitar alimentação! A menina estava em jejum. Suas condições de vida também criaram, evidentemente, problemas psicológicos e mentais. É um caso entre mil. (JEAN, 1962, p.5).

A fome também atingira em cheio o âmago do inovador sistema de ensino de Brasília e estava deixando rastros devastadores. O texto retrata muitas faltas: de moradia, de emprego, de higiene e de alimentos; e todas essas ausências culminaram no desmaio de uma criança dentro do espaço escolar e alcançaram o jornal que circulava (e que ainda circula) diariamente na cidade. Através do olhar atento da jornalista Yvonne Jean, os habitantes da capital poderiam compreender um pouco do que acontecia intramuros das escolas e conseqüentemente, como num evento cascata, saberiam da realidade que muitas famílias viviam dentro da cidade-sonho.

Seguramente que as representações feitas através do importante veículo de informações, o jornal, foram determinantes para as práticas que se seguiriam no propósito de remediar situações como a acima descrita, uma vez que

Os mecanismos que regulam o funcionamento social, as estruturas que determinam as relações entre os indivíduos devem ser compreendidas como o resultado, sempre instável, sempre conflituoso, das relações instauradas entre as percepções do mundo social. Não se podem, portanto, restringir apenas à sua finalidade material ou a seus efeitos sociais as práticas que organizam as atividades econômicas e tecem os vínculos entre os indivíduos: todas são aos mesmo tempo 'culturais', já que traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu. (CHARTIER, 2004, p.18).

Temos posto, então, as representações de situações particulares e delicadas geradas pela pobreza dentro das escolas e com elas uma cobrança para o estabelecimento de ações que, no mínimo, amenizem tais circunstâncias e que podem ser observadas na forma com que a matéria se encerra, confrontando os princípios da capital: “chamamos atenção sobre ele como um símbolo do que acontece, diariamente, em nossa moderna e bela cidade de Brasília. Esperamos que se planeje uma ação que dê, pelo menos às crianças, o mínimo necessário para viver e estudar” (JEAN, 1962a, p.5).

O registo da pobreza não mais se mantém nos arredores da cidade e começa a incidir no centro do elaborado projeto de educação. As relações instauradas irão gerar resultados que buscam aliviar as situações levantadas. Pois nem mesmo a alimentação dentro das recém-inauguradas escolas da capital parece uma questão bem resolvida, visto que mais de uma vez foi alvo de exposição pelo jornal local.

Mesmo no seio do Plano Piloto, as escolas apresentavam diversas insuficiências. Como na Escola Classe provisória nº 2 da Asa Norte que teve que suplicar que mantimentos fossem enviados a fim de atender às crianças que caminham entre 5 e 6 horas diárias no trajeto de seus barracões – onde residem - e as escolas (JEAN, 1962h, p.9). Um novo conflito entre o planejado e o concretizado desponta e nos surpreendemos com o episódio de crianças terem que caminhar por horas para chegarem ao seu local de estudo, uma vez que cidade foi projetada para que as escolas se localizassem próximas as moradias e nem ruas os alunos de pouca idade teriam que atravessar para alcançá-las, o que poderia estar ocorrendo? Ao que parece crianças que moravam distantes, pertencentes às famílias desprovidas de recursos, talvez nas invasões que circundavam o centro bem planejado, só assim conseguiriam ter acesso às escolas.

Uma vez inseridas dentro do sistema educacional vigente, as crianças pobres, mas não somente elas, levavam demandas e necessidades urgentes, como por exemplo a fome. Famílias pobres chegavam a todo momento à nova capital, e não só se instalavam às margens destas, mas também sob o viaduto central da cidade: o Eixo Monumental, e com elas crianças sem qualquer assistência e fora das escolas (MORANDO NA RODOVIÁRIA TRÊS FAMÍLIAS NA MISÉRIA, 1963, p.8)

Pobreza, necessidades e falta de assistência eram problemas existentes à época e que diretamente relacionavam-se com os casos de crianças abandonadas, ou então em tal condição de miséria que não tinham a oportunidade de frequentar a escola, pois eram submetidas a situação de mendicância ou de trabalho, independentemente da idade. Fato esse que ganhou espaço nas páginas do Correio Braziliense e críticas por parte dos jornalistas: “Enquanto houver tantas crianças em condições similares, dificilmente poderemos nos ufanar, com honestidade, desta nossa bela cidade tão ‘moderna’, tão ‘adiantada’, e tão ‘esperançosa’” (JEAN, 1968, p. 14).

Ibratinga é mais um desses exemplos, situava-se a doze quilômetros de Taguatinga, uma favela com barracos inconcebíveis como moradia de seres humanos e sem luz. O lugar abriga crianças “barrigudas e pálidas” (AS MIL FACES DA MISÉRIA, 1969, p.9) sem direito a água – a não ser das cisternas, a luz, a uma moradia digna, o que dizer do acesso ao sistema de ensino democrático e inovador? Pouco provável que dele essas crianças fizessem parte, uma vez que em reportagem um morador menciona que o maior problema do lugar é a falta de escolas e que há na vila 1500 crianças sem estudar (AS MIL FACES DA MISÉRIA, 1969, p.9). Retornemos ao plano de construções escolares, quando define que deveria haver:

Para cada quadra:

- a) 1 jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças);
- b) 1 escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 meninos (16 turmas de 30 alunos).

2. Para cada grupo de 4 quadras:

a) 1 "escola-parque" - destinada a atender, em 2 turnos, a cêrca de 2 mil alunos (TEIXEIRA, 1961)

O plano destoa, mais uma vez, sobremodo, com a realidade das crianças que viviam em Ibratinga, as quais para estudarem deveriam tomar uma condução até Taguatinga que ficava a não menos de 12 quilômetros de distância (AS MIL FACES DA MISÉRIA, 1969, p.9).

Mas as necessidades não se expressavam somente através da falta de escolas e de materiais para elas, mas também nas impossibilidades de famílias enviarem seus filhos vestidos com o uniforme adequado, simplesmente por não terem condições de adquiri-lo. O uso do uniforme, muitas vezes, serve para a identificação dos alunos que pertencem à escola e também servem como uma padronização de vestimentas, visando a não diferenciação das crianças em decorrência das roupas. Mas não deveriam servir jamais para discriminação daqueles que não podem obtê-lo, porém foi o que acabou ocorrendo em uma escola do Gama, denominada grupo escolar 4. O caso foi que mães, com pouco estudo, relataram a jornalista Yvonne Jean, que teriam fixado um prazo determinado para enviarem seus filhos devidamente uniformizados, até mesmo com sapatos que deveriam ser da cor preta (situação que nos aprofundaremos no terceiro capítulo); porém a jornalista destaca que muitas ou quase todas as crianças que ali frequentam só possuíam um par de sapatos, pela pouca condição, e que tal exigência estava causando constrangimento às mães de origem humilde e que não poderiam atender a essa exigência (JEAN, 1965a, p.10).

Ao que parece este não foi um fato isolado em que a instituição exigia condições que as famílias não tinham como oferecer. Dessa vez um caso em particular nos salta aos olhos: uma criança de 11 anos, que cuida da limpeza da moradia extremamente humilde, e que ainda engraxa sapatos para poder arcar com custos requeridos pela escola, e não só a dele como a da irmã também; foi encontrado aos prantos e quando questionado o que acontecera, relatou que a professora havia dito à irmã que caso não fosse de uniforme no próximo dia letivo, a ela não seria permitido adentrar a escola (JEAN, 1968a, p.6). Uma criança com tão pouca idade e com tantas responsabilidades ainda teria que se preocupar com algo mais: a compra de uniforme como condição de poder assistir às aulas. Esse tipo de situação requer

ações rápidas e práticas, uma vez que não seria aceitável que as crianças deixassem de estudar, ou que as escolas parassem de funcionar por carências materiais.

A conjuntura deixa claro, mais uma vez, que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelo quais um grupo impõe ou tentar impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio” (CHATIER, 2002, p.17). A professora utiliza da sua posição de detentora de autoridade para reivindicar o uso obrigatório do uniforme, que podemos supor que para ela represente um elemento indispensável do processo de educação que conduzia. Contudo, em contrapartida à situação estava uma criança que não tinha condições materiais de possuir o solicitado pela detentora da autoridade e com grande vontade de frequentar a escola reage com grande pesar à situação, que é descrita na matéria jornalística:

O menino estava chorando amargamente. Não é um menino que costuma chorar. Aliás raramente age como menino, pois aceitou encargos de gente grande que cumpre com seriedade e alegria. Basta dizer que este menino de onze anos toma conta da irmã de sete anos e da casa, como verdadeiro chefe de família (JEAN, 1968a, p.6).

O jornal em várias oportunidades denuncia a cobrança indevida de uniformes. Indevida justamente por exigirem algo que não estava ao alcance das inúmeras crianças vindas de famílias carentes até mesmo do que comer. A situação revela uma batalha travada entre aqueles que impõe as regras e aqueles que têm de segui-las, apesar de não apresentarem recursos suficientes para as cumprirem. Um confronto que acaba revelando a dominação de determinados grupos sobre outros.

As circunstâncias não são recebidas com passividade pela jornalista Yvonne Jean que mais uma vez conclui o tópico lançando críticas e cobrando condutas mais adequadas as situações:

De que adianta lançar, diariamente, na Rádio Educadora, ‘slogans’ sobre a necessidade de aprender a ler e sair da era do analfabetismo, sem ajudar quem quer frequentar a escola neste Distrito federal, onde, infelizmente, e apesar de todas as leis de compulsoriedade do ensino básico, imenso número de crianças não frequentam a escola classe nem curso algum?

Esperamos que a professora de um bairro ao qual voltaremos, mude sua atitude, talvez de momento, e que ajude a menina em questão, em vez de matar seus impulsos positivos e obrigá-la a ir engrossar a fileira dos futuros analfabetos que as circunstâncias continuam gerando (JEAN, 1968a, p.6).

A situação apresentada demanda uma análise sobre a própria condição de pobreza. Através do conceito tratado por Chartier (2002), das lutas travadas entre as representações e a imposição de um grupo sobre outro, podemos aqui abordar a questão da pobreza e as representações que ela acarreta. De acordo com Veiga (2017b):

Foi a partir do século XVI que Igreja e Estado realizaram de modo cada vez mais sistemático várias iniciativas na intenção de amenizar a condição de pobreza da infância, o que contribuiu para a atribuição de estigmas de inferioridade ou mesmo de conotação moral, tais como, desvalida, vadia, delinquente. Destaca-se, ainda, a institucionalização da escola pública e obrigatória para todas as crianças desde o século XIX, e as dificuldades enfrentadas pelas famílias pobres para enviar seus filhos, em geral, devido à necessidade de seu trabalho. Nesse contexto a qualificação de criança sem escola ou analfabeta passou a compor o espectro de estigmas de inferioridade desse grupo social. (VEIGA, 2017b, p.1240)

Os séculos diferem, porém, a criança evidenciada pela matéria jornalística, em condição de dificuldade, ainda é submetida ao trabalho precoce. Apesar de conseguir se manter dentro do sistema de educação, pois parece interessada no que ele pode oferecer, não dispõe de qualquer tipo de auxílio. A postura da professora em questão nos encaminha para o entendimento de que sua visão a respeito da criança, sem o uniforme, era mesmo a de que ela poderia carregar alguma conotação de delinquência ou outra representação próxima que a incomodava pela falta do uniforme. Dessa forma, como na luta de tentar impor valores que são seus, a docente, determina a aquisição das vestimentas sem considerar as condições materiais mínimas da família em questão.

A indigência dentro de Brasília e ao redor dela, não era algo desconhecido pelos órgãos responsáveis. Para tanto, algumas atitudes foram tomadas no intuito de corrigir as insuficiências manifestadas em relação ao sistema educacional. Entre elas houve um convênio firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e o clube Cota Mil,

no intuito de instalação de algumas salas de aula, dentro do clube, para atender a grande quantidade de crianças pobres que ali perto moravam, num local que não possuía escola (ESCOLA COTA MIL, 1963, p. 9). Outra ação realizada foi o lançamento de uma campanha em benefício do estudante pobre para que este não ficasse sem vaga nas escolas da Fundação Educacional e a arrecadação de certa quantia em dinheiro para a permanência do estudante na escola (AJUDA AO ESTUDANTE DE BRASÍLIA, 1961, p.7). O dinheiro seria destinado a compra de livros, roupas e calçados (CAMPANHA AJUDE UM ESTUDANTE, 1961, p.9)

Dentro das escolas, uma das primeiras atitudes tomadas para atender as necessidades apresentadas, de forma que alcançassem resultados imediatos e sem burocracia, foram as reuniões dos círculos de pais. Foram elas que propiciaram a conjunção de esforços no sentido de arrecadação de materiais, inclusive de um fogão para a cantina da escola 114 (JEAN, 1964, p.7), além da doação ou compra de geladeira, louça, entre outros materiais escolares em prol da maioria das escolas primárias de Brasília (JEAN, 1965c, p.10).

A Escola Classe 114 sul é um caso emblemático. Projetada pelo arquiteto Wilson Reis, com uma arquitetura modernista⁴ e inovadora, foi entregue simplesmente vazia ao ser inaugurada em 1962, período em que embates políticos aconteciam, as construções escolares quase que estavam estagnadas e os recursos destinados aos materiais escolares ficaram comprometidos, situação que obrigou pais e professores a se empenharem para a escola fosse mobiliada (CHAHIN, 2018). Para o próprio funcionamento da escola não havia verbas, provavelmente que não havia também para o lanche escolar, para os livros, para os uniformes e nem para qualquer outro material que se pudesse precisar no desenvolvimento das aulas. Envolvidas diretamente com a comunidade escolar, os professores e também pais se viram obrigados a tomarem iniciativas que preenchessem as lacunas que se apresentavam dia a dia.

⁴ De acordo com Chahin (2018), as construções escolares de Brasília eram modernas não somente em virtude dos edifícios, mas também pela correlação lógicas entre a arquitetura e os novos parâmetros pedagógicos, os quais requeriam um ensino laico e comprometido com a democratização do acesso às escolas públicas (CHAHIN, 2019).

É nesse cenário de representações sociais aqui descrito, de faltas e demandas, que então se delineia a emergência da adoção da prática da caixa escolar, porquanto ela conseguia conciliar que os pais atuassem através de doações e que estas fossem administradas pela escola, alocando os recursos nas necessidades mais prementes. Para sua criação foi realizada reunião com os professores da rede pública de educação no Departamento de Educação Elementar para a organização da caixa, que iria ser criada em todas as escolas do ensino elementar em Brasília (PREFEITURA E NOVACAP: ESTABILIDADE DE SERVIDOR DA NOVACAP, 1961, p.8).

A caixa escolar também preenchia lacunas deixadas pelo poder público para com as escolas, que decerto não estava desempenhando satisfatoriamente seus deveres, uma vez que tantas insuficiências foram assinaladas em tão pouco tempo. Uma exemplificação dessa situação foi a reunião de Pais e Mestres que acontecera na Escola Classe 106, em que se decidiu pela reativação da caixa escolar como objetivo de também prover recursos para a conservação da instituição, dever do governo local, porém que não estava sendo cumprido e já apresentava aspecto de abandonada em decorrência das cortinas caindo, vidros quebrados, goteiras e carteiras estragadas (CUNHA, 1964a, p.3).

Certa feita, a caixa escola serviu até para a construção de uma escola, criada pelas Pioneiras Sociais, essa caixa especificamente teria como finalidade o estabelecimento de uma instituição pública que atendesse crianças com deficiências, uma demanda muito possivelmente não atendida pelo governo local (FESTIVAL DE ASSISTÊNCIA À CAIXA ESCOLAR, 1963, p.12).

Com as necessidades apresentadas e expostas de maneira tão clara, na forma de insuficiências tão básicas tanto das instituições, como de professores e principalmente dos alunos, a prática da caixa escolar, antiga conhecida dentro do sistema educacional brasileiro, começou a também integrar a educação pública de Brasília.

As condições materiais das escolas do novo sistema de ensino de Brasília não eram as melhores, uma vez que até mesmo o quadro-negro faltava às salas de aula (BATISTA; COSTA; SOUZA; CARVALHO, 2018). Além da falta das próprias escolas, de lanches, de uniformes, e inclusive a falta de professores, que eram poucos para

atender o vertiginoso aumento de matrículas (PEREIRA; CARVALHO, 2011). Pinto, Muller e Anjos (2018) descrevem bem o que acabou se verificando na recente capital:

A demanda por instituições educacionais foi aumentando à medida que o fluxo migratório também se ampliava. Nesse contexto, de pressão cada vez maior provocada pelo crescimento populacional, a efetivação do Plano Educacional começou a apresentar lacunas. Houve, por exemplo, a implantação de sistemas parciais de ensino, ao invés de período integral, ideia presente no projeto original. A esse problema, aliaram-se os obstáculos financeiros diante da alegação dos altos custos envolvidos para o desenvolvimento da proposta idealizada por Anísio Teixeira. (PINTO; MULLER; ANJOS, 2018, p.7)

Foram inúmeros os problemas que começaram a surgir desde que o sistema de ensino de Brasília começou a funcionar, as faltas foram fatores que certamente determinaram os rumos que as escolas e a sociedade tomaram dali em diante.

Consideramos que a realidade transcorreu de forma muito mais dura do que aquela escrita e por ora lida nas páginas dos jornais. E que a pobreza e situações de vulnerabilidade atingiram de forma muito profunda um sistema educacional recém-criado e que não as tinha considerado. A comunidade escolar então, formada por pais, professores e até mesmo moradores das imediações das escolas se viram impelidos a empregarem a caixa escolar em prol do atendimento às crianças e do bom funcionamento das escolas. Em alguns casos, foram utilizadas em necessidades mais básicas como a compra de alimentos, roupas e calçados; em outros na preservação dos prédios que abrigavam as crianças e compra de mobília. Em geral conseguiam empregá-la como atenuante das situações que se apresentavam dia após dia, e que são desafiadoras para qualquer contexto, ainda mais naquele em que uma nova cidade se solidificava.

Dessa forma é possível considerarmos que a partir da análise das fontes foi exequível o delineamento do contexto de emergência, juntamente com as representações sobre as necessidades educacionais que deram ensejo ao surgimento da caixa escolar no recém-criado sistema educacional do Distrito Federal.

Após o delineamento do contexto e das demandas que culminaram na adoção da caixa escolar e a fim de prosseguir com as investigações, é relevante que se inventarie e que se analise as práticas de financiamento das caixas escolares, para assim contribuir com a constituição de sua trajetória. A categorização de tais práticas será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS QUE PROPORCIONAVAM O FINANCIAMENTO DA CAIXA ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO DE BRASÍLIA

O objetivo deste capítulo se constitui em examinar criticamente as práticas de financiamento da caixa escolar no ensino primário de Brasília. Para isso voltaremos a inquirir as páginas do jornal Correio Braziliense, explorando as informações encontradas a respeito do contexto, locais, atores entre outros elementos determinantes para a escrita da história da caixa escolar em Brasília.

Como vimos no capítulo anterior, diversas situações de pobreza dos estudantes do ensino primário do Distrito Federal foram expostas em variadas situações e por diferentes sujeitos: dentro da escola pelas crianças e suas respectivas famílias, fora da escola através de professores e outros atores do dia a dia das instituições e até mesmo por jornalistas que fizeram saber as necessidades postas à população brasiliense. Essa conjuntura constituiu percepções sociais sobre as situações que foram fortalecidas e geraram práticas a respeito do que era exposto. Tais práticas se configuraram de modo que resultaram na adoção da caixa escolar como principal mecanismo utilizado para remediar as limitações que as crianças pobres viviam e também a falta de recursos que a escola encerrava.

Vale pôr em evidência que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros (...)” (CHARTIER, 2002, p.17).

Servindo-se de tal compreensão, neste capítulo, partimos da premissa de que a prática da caixa escolar foi o resultado de percepções sociais a respeito das insuficiências manifestadas dentro da escola, tanto dos alunos como do próprio sistema de ensino. Assim sendo, são carregadas de convicções que vez por outra entram em conflito a depender do entendimento que seus partícipes possuem. As concordâncias e contradições que compreendem a prática da caixa escolar também serão discutidas a fim de desvelar interesses que possam estar ocultos à primeira vista.

No levantamento realizado foram identificados aproximadamente noventa artigos inseridos no jornal que tratavam das práticas que subsidiavam as caixas escolares de 1960 a 1971. Dentre elas a maior parte das matérias se constitui dos anúncios de festas e eventos, em que os recursos arrecadados eram destinados à caixa. Além desses, outros artifícios também foram encontrados como, por exemplo, a contribuição que todos deveriam conceder periodicamente em nome da causa. Outras formas utilizadas para a manutenção da caixa escolar também serão apresentadas no intuito de entender os diversos contextos em que se apresentavam e como se configuravam.

Como já apresentado na introdução da presente pesquisa, a caixa escolar não foi nenhuma inovação do sistema educacional brasileiro e sim uma tomada de empréstimo adaptada à realidade local de um mecanismo que já estava em cena desde o período imperial.

Apesar de haver evidências que tratem sobre um possível estatuto da caixa escolar do ensino primário em Brasília, esse documento não foi localizado. Sua existência comprovaria, de forma mais objetiva, de onde os recursos utilizados pela caixa escolar seriam obtidos, semelhantemente aos identificados em outros estados, em que este registro já se encontra nas mãos de historiadores da educação. Na capital Federal, em virtude de sua ausência, foi por meios dos vestígios encontrados no jornal que elencamos as práticas exercidas para seu financiamento, afinal, o historiador, como ensina Julia (2001), aprende a fazer flecha com qualquer madeira disponível.

Não obstante do gênero único ao qual Brasília nasceu pertencente é provável que as práticas de financiamento da caixa escolar se assemelhem a outras empregadas antes mesmo de sua existência, criadas ainda no começo do século nos chamados grupos escolares. Assim sendo, interpelaremos pesquisas a respeito das caixas escolares em outras regiões brasileiras, que apresentam como se deu seu financiamento, interessados na busca de relações que podem ser estabelecidas com a caixa escolar ora investigada.

No grupo escolar de Mariana, Minas Gerais, início do século XX, “os recursos da caixa escolar vinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos

professores e funcionários da escola, de algumas atividades culturais desenvolvidas na escola (...)” (CARVALHO; VIEIRA, 2008, p. 5).

Já no grupo escolar Carlos Dayrell Junior, a caixa escolar que foi criada em 1916 dispunha de um Livro de Ouro, em que doadores assinavam seus nomes e punham ali mesmo o valor que iriam doar à caixa (BRISKIEVICZ, 2020).

Os grupos escolares, resultantes das reformas da educação primária ainda no final do século XIX, deram início a uma nova forma de educação fortemente fortalecida na República (VEIGA, 2017b). Porém, foi nessa mesma República que contraditoriamente as desigualdades escolares foram ampliadas e resultaram em grande visibilidade das crianças pobres. (VEIGA, 2017b). Nesse contexto, a caixa escolar se destaca por ter, no período republicano, exposto

(...) de modo mais concreto as tensões do estabelecimento das sociedades de direito, tendo em vista duas situações recém- instituídas (ainda que no final do período imperial), mas com larga repercussão na organização da República, quais sejam: exigência de saber ler e escrever para votar e ser votado (1881), abolição da escravidão (1888). (VEIGA, 2017b, p. 1249).

Para além da assistência oferecida, a caixa escolar evidenciava a pobreza existente dentro da escola e fora dela. Conforme seu financiamento era obtido, contradições eram expostas que conduziam a criança pobre cada vez mais a uma condição de fragilidade.

A legislação da caixa escolar em 1907, outra vez em Minas Gerais, aponta de onde os recursos partiriam. De acordo com Veiga (2017b), tinham como fonte de renda donativos, arrecadações em festas, também gratificações não pagas aos professores ou outros funcionários faltosos, além de doações feitas de forma espontânea por moradores (VEIGA, 2017b).

Em função das necessidades apresentadas, já na década de 60, a caixa escolar permanecia em funcionamento na escola primária em Santa Teresa (ES) e

eram subsidiadas por meio do capital arrecadado através da promoção de eventos, doações de pais de alunos e professores (VAGO; SCHWARTZ, 2014).

Pode-se concluir, então, que o financiamento da caixa escolar contava na maioria das vezes com recursos particulares. As doações aparecem em todas as caixas identificadas, assim como também foi bem usual a promoção de eventos e festas para a arrecadação de capital.

Em Brasília as formas encontradas para a subsistência da caixa escolar foram bem parecidas com as caixas mencionadas, mas com suas próprias particularidades. Dessa forma o corrente capítulo será dividido de acordo com o tipo de práticas descobertas. Primeiramente iremos interrogar o financiamento através das contribuições ordinárias, aquelas que compunham em maior parte a renda da caixa escolar. Na sequência transitaremos entre os eventos e festas que aconteciam em prol do sustento da caixa. E por fim chegaremos àquelas práticas diversas excepcionais que aconteciam em circunstâncias específicas.

2.1 – A Caixa Escolar mantida pelas contribuições ordinárias

Desde o início da República é que a manutenção da caixa escolar sob práticas que lhe proporcionassem algum tipo de estabilidade, sendo reclamada periodicamente, já ocorria. Rodrigues (2019), em investigação das caixas escolares do Paraná, revela que desde a Reforma do Ensino Popular do Estado de 1982 a legislação prevê não apenas as doações voluntárias, mas também os recursos fixos, os quais se reuniam com o objetivo de garantir a manutenção contínua das caixas escolares (RODRIGUES, 2019).

Em Brasília, já na década de 60, inaugurada a nova capital, o sistema de educação nasce com convicção de seus objetivos. “Relaciona-se com a ideia de uma cidade que possibilite todas as oportunidades de uma sociedade idílica” (CARVALHO, 2011, p.316), baseado no tratamento democrático e igualitário que as crianças receberiam, independentemente de suas origens, sejam elas de camadas sociais

abastadas ou indigentes. No entanto, apesar dos ideais precisos, as caixas escolares se instauraram nas escolas de ensino primário e precisavam ser abastecidas a fim de fornecer recursos que garantissem a qualidade do serviço oferecido, que auxiliassem aos que precisassem e em alguns casos mantivessem o funcionamento das instituições escolares.

Com pouco tempo de funcionamento, o Correio Braziliense começa a denunciar o estado que algumas escolas se encontram e a importância que o financiamento da caixa escolar adquiria gradativamente. Em matéria relativamente extensa, é descrita a situação da Escola Classe 304:

Vem funcionando em condições precárias a Escola Classe da Superquadra 304. Falta tudo e, se não fosse o esforço pessoal das professoras e da diretora, há muito estaria com suas portas fechadas, impossibilitada de funcionar, pois, os mestres estariam sem meios de ministrar as aulas. Também a coletividade, na pessoa dos pais dos alunos para isso tem concorrido, ajudando no possível, para que seus filhos continuem a receber aulas diárias. A Fundação Educacional, este ano, ainda não mandou o material escolar e, até giz é comprado com o dinheiro das professoras. (FUNCIONANDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS A ESCOLA CLASSE DA SUPERQUADRA 304, 1964, p.8).

A matéria deixa claro o descaso com que as escolas públicas do recém-inaugurado sistema de ensino brasileiro estavam sendo tratadas. Os recursos mais básicos estavam em falta e o único motivo de as aulas não terem sido suspensas era a existência da caixa escolar subvencionada por mensalidades provenientes dos pais dos alunos. Os compromissos vinculados à caixa são descritos, os quais incluem merenda e limpeza. Mais adiante a matéria cita que até mesmo o gás, arroz, leite e açúcar faltam à escola e que é preciso novo saque da caixa para que não permaneçam sem os insumos (FUNCIONANDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS A ESCOLA CLASSE DA SUPERQUADRA 304, 1964, p.8).

São muitos os elementos que a matéria aborda sobre a realidade, podemos identificar até como forma de denúncia as questões por ela abordadas. Mas, por ora, nos atentaremos à contribuição ordinária à caixa escolar. Como é exposto no texto, esse pagamento ordinário é feito mensalmente pelos alunos, ou seja, suas famílias são responsáveis pelo envio de determinada quantia previamente determinada todo o mês para a escola. Tal mensalidade, em que pese o pouco tempo de existência da

escola, acabou se tornando indispensável à sobrevivência da instituição nos levando a constatar que esta era a fonte de renda mais sólida da caixa escolar.

Interessante notar a palavra 'mensalidade' utilizada na matéria. Nos registros historiográficos que revelam as formas de subvenção da caixa em diversos grupos escolares, as palavras mais comuns são 'doação' e/ou 'contribuição'. Enquanto o termo 'doação' e também 'contribuição' se apresentam mais no campo da escolha entre querer fazer ou não querer fazer, o termo escolhido para compor o artigo transmite uma ideia de obrigação, que nos conduz a conclusão de que a contribuição ordinária paga mensalmente não vinha de uma escolha e sim de uma determinação. Determinação essa, que por sua vez pode ter sido feita em comum acordo pela própria comunidade (o que é possível notar em algumas passagens do jornal, que serão apresentadas), pela própria direção da escola, ou mesmo por órgãos superiores (como em nota emitida pelo secretário de educação e que ainda será tratada).

Mas também é possível que, seguindo o modelo das outras caixas escolas Brasil afora, aqueles que não tinham condições efetuavam o pagamento dessa mensalidade em quantia menores, proporcional ao que podiam contribuir. Porém, a partir da investigação das notícias, ficou perceptível que era bem improvável a não contribuição para com a caixa escolar, pois elas, em muitos casos, consistiam em percentual proporcional com a renda de cada família (SECRETARIO ESCLARECE TAXA ESCOLAR, 1965, p.1).

De acordo com o passar dos anos, as instituições escolares passaram a precisar cada vez mais da caixa escolar, conseqüentemente das contribuições habituais dos pais. Tornou-se parte da cultura escolar no ensino primário, porém, quando começou também a ser cobrada no ensino médio provocou algumas manifestações que resultaram em declaração do Secretário de Educação e Cultura, que é o que aqui nos interessa. A autoridade emitiu uma nota oficial reproduzida pelo Correio Braziliense dizendo que:

'A instituição da Caixa Escolar existe em todas as escolas públicas do país. Em Brasília já funciona há vários anos nas escolas primárias. No ensino médio já estava organizada no Ginásio do Plano Piloto e no Elefante Branco. Nas escolas primárias, geralmente, estabelece-se contribuição mínima proporcional ao salário do pai'. (SECRETARIO ESCLARECE TAXA ESCOLAR, 1965, p.1)

É presumível que existisse alguma regulamentação sobre a prática, tão presente na cultura escolar do ensino primário. Apesar de tal documentação ainda não ter vindo à tona, mediante a nota do secretário fica claro que a prática da caixa escolar era realmente financiada por recursos particulares, quais sejam a contribuição mínima adequada ao salário dos pais no caso do ensino primário. A nota da autoridade local também ratifica o fato de que todos contribuía, mesmo aqueles em condições desfavoráveis financeiramente.

Na Escola Classe 106, essa contribuição mínima foi acordada entre os próprios pais no valor de meio por cento de seus vencimentos para cada filho que frequentasse o estabelecimento (CUNHA, 1964b, p. 3).

Conforme fica cada vez mais claro que as contribuições mensais são fixas e determinadas, a dependência para com elas das instituições escolares parece crescer. Inversamente a essa equação, o direito de pleitear uma educação pública de qualidade aparenta diminuir, uma vez que as manifestas contrariedades em relação a existência da caixa escolar e a defesa da capital como local em que todos os níveis sociais encontravam abrigo dentro dos novos horizontes traçados pelas escolas, dava lugar agora a uma dura crítica aos pais que reclamavam o pagamento à caixa ou de outros custos eventuais. Fato que fica evidente no objeto da matéria a seguir:

O exemplo da Associação de Pais e Mestres dos Maristas é assunto para meditações dos pais que têm filhos em colégios público, onde até a merenda é de graça, e se queixam das contribuições para a caixa escolar e de eventuais pagamentos de apostilhas e outros imprevistos” (CUNHA, 1969, p.3).

Ao que parece, o jornal agora dava um puxão de orelha nos pais que reclamassem de ter que contribuir com a escola, visto que nas escolas particulares o custo era bem maior. Lado a lado da utopia que alguns viam dentro do espaço escolar havia a necessidade posta, que fez com que se criasse a exigência de uma contribuição mensal por parte dos pais para remediar situações fora do ideal.

Acertadamente que o financiamento da caixa escolar, dentro do estudo da história da educação, decorre, na maioria das vezes, da contribuição de particulares. Porém, tal prática da forma em que é feita gera contradições não previstas para o

novo modelo educacional ou mesmo que deveriam ser superadas no que fora planejado por Anísio Teixeira.

Da forma como foi adotada no início da República, em muitas localidades do Brasil, a caixa escolar resultou na concepção de que “a existência dessa instituição expõe a incompetência do Estado em financiar a educação pública” (VEIGA, 2017b, p.1251) e também acabou por favorecer “o tensionamento entre as crianças contempladas pela caixa escolar e crianças que não necessitavam” (VEIGA, 2017b, p.1251).

No caso de Brasília, especificamente, ao menos a questão da incapacidade do governo em custear o sistema de ensino outrora planejado já estava posta de maneira patente. Fato que será cada vez mais confirmado a partir das práticas criadas para a arrecadação de dinheiro que pagasse serviços ou materiais essenciais ao funcionamento da escola. E pode ser encontrada explicitamente em algumas matérias que compunham o jornal, como quando relatam que:

Os pais dos alunos da escola classe da superquadra 106, que fazem parte do conselho de Pais e Mestres, resolveram se reunir e ativar a Caixa Escolar, que agora terá outras funções. Cuidará da conservação da Escola, também. Naturalmente que isto é função do governo, mas como ele deixa ao abandono a escola, e as persianas estão caindo, vidros quebrados, goteiras, carteiras estragadas, e tudo mais (...) (CUNHA, 1964a, p.3).

O impresso em si já menciona o fato da conservação do prédio escolar, que agora passará a ser responsabilidade dos pais, constituir-se em atribuição do governo que obviamente não está sendo cumprida. Isso sem levar em consideração que o lanche diário, muitas vezes, só era possível em decorrência também da caixa escolar.

O tensionamento entre as crianças que por ventura recebessem alguma ajuda da caixa escolar e aqueles que dela não necessitavam é uma questão mais delicada de compreender. Pois se remete a uma questão vivida dia a dia daqueles que pagavam a caixa e daqueles que dela precisavam ou dependiam e somente em algumas situações essas representações eram registradas no papel. No impresso, sempre que têm voz os diretores afirmam não haver discriminação para com aquelas famílias que não possuem condições de arcar com o pagamento da caixa escolar. No

entanto, a caixa escolar era tratada como um dever dos pais e qual não seria o sentimento e a representação daqueles que não poderiam cumprir esse dever?

Certa feita, a jornalista Yvonne Jean, retratando uma celeuma criada em torno de uma taxa de matrícula criada para o Ensino Médio, utilizou-se do tema para abordar a caixa escolar como um todo no sistema de educação brasileiro, em que diversas vezes citou como exemplo o funcionamento desta dentro do ensino primário finalizando o artigo da seguinte maneira:

A ESCOLA PÚBLICA É PARA TODOS

Só lembramos que as caixas de algumas escolas do Plano Piloto eram riquíssimas, no ano passado porque os círculos de pais e mestres fizeram excelente trabalho e se interessaram profundamente pela sua escola. Publicamos agradecimentos comovidos a pais que ofereceram vultosas importâncias, ou material, ou ajuda de todos os tipos. Quanto à declaração de que ninguém deixa de ser matriculado por não poder pagar, não sentem tudo que isto representa, dividir os alunos em suas categorias desde o ato da inscrição, pois não é por ser a condição de pobreza feita entre quatro paredes que diminuirá a humilhação de não poder tirar do bolso 4200 cruzeiros, despreocupadamente, na secretaria, com os outros! E a escola pública é para todos. (JEAN, 1965a, p. 9)

Claramente que as caixas escolares as quais a jornalista se referiu são do ensino primário, as quais conseguimos acompanhar as situações de emergência, a organização e a frequente preocupação que os pais do ensino primário dispunham, no capítulo passado. O que se sobressai no artigo para o tema que estamos tratando é a questão do pagamento ou não da taxa de matrícula. Já fora revelado que além do pagamento da mensalidade à caixa escolar, os pais também pagavam uma taxa no começo do ano, no ensino primário, destinada à caixa. A jornalista, então, diante do exposto aproveita o ensejo para ratificar os princípios basilares no quais o sistema de ensino foi assentado, afirmando que:

(...) Antes de mais nada porque não se tem o direito de exigir pagamento compulsório algum numa escola pública. Fere-se o princípio básico da escola pública, como também fere este ao acrescentar que 'nada se exige do aluno que não possa pagar'. (JEAN, 1965a, p. 9)

Sua análise está muito relacionada à posição por ela ocupada na estrutura social vigente. Yvonne Jean teve “uma vida intelectual intensa” (ARQUIVO público do

Distrito Federal, 2017) e “destacou-se como escritora, jornalista, tradutora, intérprete e professora” (ARQUIVO público do Distrito Federal, 2017). Como titular de tal posição social, intelectual de sua época, criticava abertamente a declaração de pobreza como condição para a dispensa do pagamento à caixa escolar e vislumbrava que a própria declaração de pobreza predisponha a um tensionamento entre os envolvidos. A jornalista também rejeita o discurso que muitas diretoras e diretores de escolas proferiam no sentido de que não havia discriminação ou diferenciação para com aqueles que não podiam pagar, porque via que este posicionamento por si só enfraquecia ainda mais a condição de ser pobre dentro do sistema educativo.

Assim sendo, se depreende do contexto apresentado que as contribuições ordinárias apesar de se instituírem, aparentemente, em comum acordo de toda a comunidade escolar trazia à tona as velhas contradições do século anterior, no qual “a escola também buscava excluir, criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas pertencentes à ‘boa sociedade’” (SCHUELER, 1999, p.6).

A caixa escolar situada na conjuntura nacional, quando fora obrigatória pela Constituição de 1937, não era concebida como financiamento, uma vez que era destinada apenas a compra de lanche aos alunos pobres enquanto o restante das crianças levava sua própria merenda, o que leva a crer que seu funcionamento estava relacionado aos ideais humanitários em voga na época (CARVALHO; VIEIRA, 2008) (MARCANTONIO; FONSECA, 2017).

Já na constituição de 1946, a caixa escolar não é incluída no texto oficial e a educação primária é pautada como obrigatória e gratuita. No sistema de ensino de Brasília acreditamos que a partir da pesquisa empreendida a maioria senão todos os pais concediam sua contribuição para a caixa escola, e não só aqueles que possuíam mais recursos, ou que compunham a classe mais abastada da sociedade. Também diferentemente do que acontecia outrora, o lanche, materiais e outros insumos subsidiados pela caixa escolar eram destinados a todas as crianças, e não somente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Tal condição foi atestada pela jornalista Yvonne Jean em matéria sobre o pagamento da caixa escolar em que escreveu: “As caixas escolares de todas as escolas primárias tem dado imensa ajuda não somente aos alunos necessitados, mas também ao próprio ensino, ao próprio prédio, oferecendo até moveis, fogão, louça, material de toda ordem” (JEAN, 1965a, p.9).

No Rio Grande do Sul, onde a regulamentação das caixas escolares foi estabelecida em 1927, a contribuição era feita de acordo com os recursos de cada aluno e a reclamação para tal doação se apoiava no objetivo de desenvolver o sentimento altruísta e dar-lhe a educação cívica (GIL, 2021). A pesquisa por Gil (2021) desenvolvida também destaca a questão do financiamento da caixa escolar atrelado aos interesses por detrás da prática:

A instituição da caixa escolar no Rio Grande do Sul permite observar a permanência da estrutura de sentimentos anterior ao período republicano e sua acomodação às prerrogativas de uma sociedade que passava a pensar a questão social cada vez mais como concernente aos direitos de cidadania. Assim, a caixa escolar é prevista e regulamentada em lei, instituída e organizada pelo Estado, mas seu funcionamento opera na lógica caritativa. (GIL, 2021, p. 5-6).

Em Brasília, a lógica caritativa parece ter sido substituída, transformando a contribuição ou mensalidade paga à caixa escolar das escolas primárias do sistema de ensino em um dever. Não dizemos isso em vão, mas sim apoiados nas representações articuladas dentro da fonte a qual recorreremos em que se pode encontrar o seguinte trecho: “é evidente que a caixa escolar é útil e que é o dever de cada um contribuir a esta caixa na medida de suas possibilidades” (JEAN, 1965a, p.9).

Apesar da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário que regiam o período investigado dentro do sistema de educação de Brasília, a caixa escolar até o momento não era o alvo central das reclamações. As matérias apontam que os pais desaprovavam quando outros custos eram requeridos e se utilizavam do argumento que já contribuía com a taxa mensal, justificando não ser fundamentado outros tipos de cobranças e deixavam transparecer a prioridade que davam para o pagamento à caixa escolar. Outra matéria que atesta a afirmação feita e que corrobora no sentido de que a contribuição ordinária já se instaurara no sistema de ensino de Brasília para além do centro do Plano Piloto apresenta a seguinte situação:

Há um fato que tem causado muita insatisfação aos pais de alunos de Sobradinho. Os professores e diretores das escolas primárias convocaram os pais de alunos mensalidades destinadas a manutenção dos estabelecimentos de ensino primário. Os professores alegam que as escolas vivem sujas, quadros quebrados e sanitários sem condições de higiene. Um grupo de pais procurou a reportagem do CORREIO BRAZILIENSE, naquela cidade-satélite, para dizer que isso não é possível, pois já pagam caixa

escolar, e ainda vão arcar com despesas que não lhes dizem respeito e sim à Fundação Educacional. (MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS, 1967, p. 10).

Mais uma vez testemunhamos a lista de obrigações dos pais para com a escola aumentar. Da mesma forma que outrora vimos a caixa escolar se tornar responsável pela manutenção da estrutura física da Escola Classe 106, agora uma escola em Sobradinho quer estipular outra taxa destinada a essa função. Tais evidências corroboram com a conjectura de incapacidade do governo em financiar suas próprias escolas sem a ajuda da caixa escolar.

Existem algumas contradições a respeito do sistema educativo e que envolvem o financiamento da caixa escolar, a primeira delas que queremos ressaltar é o fato de a própria prática ter aparecido e continuar aparecendo em situações de protesto por parte dos pais.

Acontece que o planejamento das escolas, dos espaços, da pedagogia, da formação de professores no campo teórico deslumbrou o restante do país, porém na prática faltavam recursos para o seu funcionamento. Isso fez com que a contribuição da caixa escolar fosse reativada e que os pais se indispussem com a escola ou governo (em alguns casos contra ambos) a respeito de tantas cobranças para um sistema de ensino que deveria ser, por força de lei, gratuito. Com o passar do tempo e com a expansão do sistema de ensino, mais e mais a caixa escolar é necessária como parte do financiamento para o próprio funcionamento da instituição.

Outra contradição clara pode ser notada quanto ao princípio tão evocado para o sistema de ensino: democracia, mas que se tornava obscuro quando estabelecia uma determinada quantia que deveria ser paga à caixa escolar, dentro de escolas que possuíam um público muito desigual. Nos perguntamos como poderia ser pedido qualquer quantia que fosse para uma criança que precisava engraxar sapatos (caso apresentado no primeiro capítulo) para pagar a caixa escolar dele e da irmã (JEAN, 1968a, p.6). Mesmo que se pudesse comprovar a falta de recurso a fim de se abster da mensalidade, aí mesmo, nessa situação já estava posto o constrangimento e a distinção.

Apesar do financiamento proveniente do aparelho estatal, que ao que parece não fornecia materiais escolares, nem uniforme e em alguns casos nem mesmo o

lanche; havia a dependência da escola para com as contribuições mensais dos pais com a caixa escolar. O que repetidamente retoma a inabilidade do governo de financiar seu sistema de educação.

A despeito das reclamações vistas a respeito dos custos para se manter um filho ou uma filha dentro das escolas de Brasília, os pagamentos em prol da caixa escolar em muitas ocorrências no jornal parecem terem sido feito com orgulho, provavelmente daqueles que tinham condição para tal. Essas representações podem ser identificadas em algumas passagens do jornal, como quando a matéria relata que a caixa tendo sido reorganizada pelos pais foi “aceita num entusiasmo tremendo” (CUNHA, 1964b, p. 3). Ou quando, como um adendo, a jornalista acrescenta: “Tenho a certeza absoluta que todos os pais em condições de fazê-lo dariam de bom grado, pelo menos mil cruzeiros mensais à caixa escolar. Caso puderem revolvê-lo por vontade própria!” (JEAN, 1965a, p.9).

Os contrastes levantados como: quando os pais são reprovados por reclamarem das contribuições requeridas pela escola pública para necessidades básicas e quando os pais se orgulham do pagamento da caixa escolar, mas também utilizam esse argumento para protestarem sobre outras condições postas pelas instituições, sem contar o fato de a cobrança da taxa para matrícula e da mensalidade ferirem indiscutivelmente o princípio de democracia e igualdade, nos quais se assentavam o sistema de ensino de Brasília entre outras situações, se relacionam diretamente com os estudos empreendidos por Chartier (2002) em relação a escrita de uma história cultural, posto que:

Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O Primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras às quais o presente pode adquirir o sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (CHARTIER, 2002, p.17).

São muitas as variáveis que compõem a sociedade de outrora que queremos desvendar, e o fato de pertencerem a essa ou aquela classe social relaciona-se

diretamente com as representações adotadas. O posicionamento do jornalista que critica os pais que querem se negar a algum tipo de contribuição à escola pública diz muito sobre a posição que ocupa e também revela que seu posicionamento não é unânime, uma vez que se viu na obrigação de trazer para um meio de comunicação tão amplo tal crítica. Já a posição dos pais que não aceitam e não querem pagar mais uma taxa destinada a manutenção do prédio em que seus filhos estudam, nos mostra outra posição social atrelada a outra representação, pois é quase certo que a família não criticava a taxa por não querer um prédio melhor e mais adequado ao seus filhos, mais logicamente que se posicionavam contra porque não detinham os meios suficientes para tal e também por entenderem que o governo é o responsável pela manutenção de suas escolas públicas.

Todas essas situações reafirmam que a “cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas” (JULIA; 2001, p.1). No caso, as culturas familiares, dentro das quais as disponibilidades financeiras de cada lar tinham um peso decisivo na posição que os pais assumiam diante do pagamento de uma taxa mensal para a caixa escolar.

O financiamento da caixa escolar a partir das contribuições ordinárias foi um fato na realidade das escolas de Brasília, porém, não se desenrolou longe de divergências e conflitos entre as representações dos diferentes grupos sociais. Também gerou diversas contradições com os novos ideais que se pretendiam para o sistema educativo na capital.

Mas não foi somente por meio do pagamento de taxa de matrículas ou contribuições mensais que a caixa escolar sobrevivia, os eventos promovidos entraram em cena nas escolas públicas para ajudá-la. Passemos agora a conversar com as fontes sobre essas outras formas de financiamento.

2.2 – Festas e eventos destinados ao financiamento da caixa escolar

“As festas escolares impressionaram os que dela participaram, deixaram marcas em suas memórias, constituindo-se em eventos de deslumbramento social (...)” (CÂNDIDO, 2021, p.2).

Sempre que nos recordamos da época de escola, os eventos e festas aparecem como momentos significativos, carregados de emoções e sensações, tornando-se, não raro, momentos agradáveis de relembrar.

Parte da cultura escolar, as festas e os eventos reuniam algumas finalidades dentro da escola e “serviram a diferentes e relevantes propósitos para os projetos políticos e educacionais brasileiros” (CÂNDIDO, 2021, p.14). Assim como também somavam, como cultura da escola, “normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p.10).

De certo que logo no início do sistema educacional de Brasília não aconteceu diferente e como em outras regiões do Brasil “as comemorações escolares passaram a auxiliar no processo de apresentação da escola como um espaço de sociabilidade cidadã” (SANTOS; FERRONATO, 2021, p.3). Porém, aqui nos atentaremos mais particularmente ao propósito que algumas das festas e eventos adquiriram na história das escolas brasilienses de subvencionar as caixas escolares.

Entre o período pesquisado (1960 e 1971) foram dezenas de ocorrências encontradas de notícias que divulgavam festas e eventos, ressaltando a especificidade de que os recursos arrecadados seriam convertidos em benefício da caixa escolar da instituição promotora. O que tornava corriqueiro para o jornal a divulgação desse tipo de comemoração no periódico.

Realizar-se-á hoje, das 20 às 22 horas, na Escola Parque, um show artístico promovido pelas professoras dessa Escola. O show tem a finalidade de angariar fundos para a Caixa Escolar da EP. Os ingressos estão à venda na Escola Parque e nas Escolas Parque das S.Q. 108, 107, 308 e 106 (FESTIVAL DE ASSITÊNCIA À CAIXA ESCOLAR, 1962, p. 7).

Geralmente eram assim que as notícias apareciam, identificando a escola, qual evento ocorreria e enunciando que os recursos obtidos naquela circunstância seriam destinados à caixa escolar da própria instituição.

A notícia acima é a primeira que aparece na história do periódico que relacionou algum tipo de festividade e a caixa escolar. E logo na primeira reunião dos dois elementos o título não foi nada menos do que: 'Festival de Assistência à Caixa Escolar'. Título esse que nos guia no sentido de que ao ler a publicação o elemento principal não seja a divulgação da festa em si, mas sim o fato de que os recursos com ela arrecadados seriam destinados à caixa escolar.

O cenário apresentado nos faz suspeitar de que, carente de recursos, a escola em questão se mobilizou para a realização do show, em que a atração principal seriam as próprias professoras, para angariar dinheiro que muito provavelmente estivesse em escassez nessa caixa escolar. Temos, então, o primeiro indício de que somente o pagamento da mensalidade pelos pais à caixa não era o suficiente para sustentá-la.

Quando outras notícias aparecem com o mesmo conteúdo, como por exemplo informando que Escola Classe 403 está sendo organizada uma quermesse que é destinada a obter dinheiro para o lanche escolar e continua relatando que "é preciso comprar um liquidificador, vasilhames, louça, talheres, etc. tudo isso será comprado depois da quermesse" (JEAN, 1962a, p. 5), fica mais claro que a práxis de levantar recursos para a caixa escolar por meio de eventos e festas tinha se tornado costumeira.

Muitas são as matérias que anunciam as insuficiências apresentadas pelas escolas anunciando a promoção de festas juninas com o objetivo de supri-las. Mais uma vez o impresso exhibe:

Todas as escolas classe que visitamos até agora já receberam açúcar da Fundação Educacional. Todas estão à espera de leite e farinhas diversas. Muitas organizam festas juninas no intuito de arrecadar dinheiro para a Caixa Escolar, para poder comprar estantes, livros e utensílios que lhe faltam e uniformes e material escolar para os alunos menos privilegiados. Infelizmente parte da renda deverá ser empregada na compra de leite caso não o receberam agora. Além do mais, algumas escolas são tão pobres e atendem uma população infantil tão mal-nutrida que não sabem como resolver o problema da merenda desde já. Tratando-se de escolas que não podem ministrar ensino eficiente sem cuidar, antes, de uma alimentação mínima para seus alunos, pedimos que estas, pelo menos, recebam, desde já leite, nutrical, toddy etc. (JEAN, 1962b, p.9)

Nesta ocasião fica evidente a indispensabilidade que as festas tinham dentro do cenário educacional de Brasília. A notícia não mais se relaciona particularmente com casos isolados, mas sim abrange uma quantidade representativa de escolas que não tinham ingredientes essenciais para a produção do lanche diário.

Em toda a conjuntura, o jornal cumpre sua função de veículo de informações, levando um importante apelo às autoridades locais: que forneçam os componentes para o lanche, que é tão caro aos alunos, principalmente àqueles de origem pobre, que muitas vezes só fazem alguma refeição dentro da escola, por isso são tão 'malnutridos'. Essa estratégia é uma peculiaridade de Brasília, que diverge da forma com que o jornal era utilizado em outras localidades. De acordo com Bahiense o jornal, no século XX em Minas Gerais, era empregado como uma forma de dar visibilidade às caixas escolares e assim invocar a iniciativa da população para com as caixas (BAHIENSE, 2013a). Fato corroborado por Bernardo (2020) que aborda a utilização do jornal "como recurso de divulgação da caixa escolar pela Secretaria do Interior" (BERNARDO, 2020, p. 164). O jornal, então, em Minas Gerais era utilizado como uma ferramenta em favor do governo local, que colocava em evidência a caixa escolar, oferecendo a oportunidade de a população em geral agir em seu favor. Em Brasília, o jornal também proporcionava destaque às caixas, divulgando festas e eventos em prol da nobre causa, mas também se valia da oportunidade para cobrar as autoridades sobre as necessidades que as instituições escolares estavam apresentando por negligência do estado.

Diversas outras notícias que se seguem dispõem sobre as necessidades que as escolas possuíam, fazendo uma publicidade das festas que iriam acontecer. Algumas tratam particularmente da benfeitoria que os recursos arrecadados nos eventos irão ocasionar para as crianças carentes, como quando relatam que: "dois bailes que organizaram permitiram comprar uniformes e sapatos para os alunos que deles precisavam (JEAN, 1962c p.9). Outra vez se pode perceber na matéria que expõe que "as festas cujas rendas serão revertidas em benefício da caixa escolar das crianças pobres" (INDÚSTRIAS AMEAÇAM ABANDONAR O GAMA, 1963, p. 8).

O periódico não para por aí e continua dando as razões pelas quais as festas e comemorações dentro da escola aconteceriam. Até mesmo em ocasiões que nada tinham que ver com o calendário acadêmico: "A renda da noite dos namorados

reverterá em benefícios dos pequenos engraxates e dos estudantes pobres de Brasília” (AÇÃO SOCIAL PROMOVE ‘NOITE DOS NAMORADOS’, 1965, p.9). A última ocorrência encontrada no periódico em que se justifica a arrecadação do capital, especificadamente, em razão de alunos sem recursos é quando o jornal encerra o anúncio articulando que a apresentação do espetáculo “será em benefício da caixa escolar do Estudante Pobre de Brasília, e traz em sua montagem a colaboração da fundação cultural do distrito federal” (O ESPETÁCULO CONTINUA... AJUDA AO ESTUDANTE DE BRASÍLIA, 1965, p.5).

Nas enunciações anteriores, o argumento para a prática de festas, eventos exposições, apresentações entre outros se apoiam exclusivamente na caixa escolar, que presta assistência às crianças pobres presentes nas instituições. As representações trazidas pelo jornal e registradas com pouca variedade: ‘crianças sem recursos’, ‘crianças pobres’, ‘estudantes pobres’, dentre outros que evidencia a subordinação dessas crianças às outras, carregando com elas todo o estigma de ser pobre construído séculos antes na sociedade brasileira.

De acordo com Chartier (2002), as percepções sociais ou representações permitem “o trabalho de classificação e delimitação que produz configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos” (CHATIER, 2002, p. 23) e também permitem vincular “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHATIER, 2002, p. 23).

As representações produzidas pelas escolas, nas quais os estudantes pobres estavam inseridos, geraram práticas que ora podemos classificar. Também as representações efetivadas pelo jornal nos fornecem pistas da forma com que a sociedade estava estruturada, deixando transparecer suas marcas em seus discursos.

Desse modo, observamos uma realidade sendo construída: escolas impelidas a execução de práticas (festas e eventos) para remediar as indigências que vivenciavam em virtude de um público característico que recebia (representações), registradas nas páginas do jornal diário da cidade. Com a classificação de tais práticas

e apoiados nos conceitos de Chartier (2002) é que então nos é possível compreender a realidade e a identidade social outrora vivida dentro das escolas de Brasília.

É preciso retroceder um pouco na história para continuarmos avançando no entendimento das representações relacionadas. Ainda no século XIX, a condição de ser brasileiro foi muito marcada por significações que negavam e desqualificavam grande parcela da população brasileira, o contexto imperial não teve nada de emancipador, por diversas vezes ratificando uma inferioridade imaginada (VEIGA, 2017a). “A inferiorização de determinados grupos sociais se tornou explícito e regulamentado, de certo modo naturalizado, no âmbito dos debates sobre os direitos humanos e direitos políticos no contexto dos séculos XVIII e XIX” (VEIGA, p. 770, 2019).

Veiga (2019) ainda destaca que no final do século XIX foi possível identificar diferentes vocabulários para tratar da criança pobre na escola, tais como: alunos pobres, infância desvalida, menores e alunos indigentes o que teria contribuído para a representação de subalternidade, um exemplo que deixa o argumento claro é a relação que a escola traçou entre as crianças pobres e o fato de não terem o hábito de frequentarem a instituição escolar com uma dita inferioridade social (VEIGA, 2019).

Em Brasília, o jornal Correio Braziliense se utilizou de palavras parecidas e acabou contribuindo para a contínua estigmatização da criança pobre, por outro lado também concedeu visibilidade à condição de criança pobre dentro do dito inovador sistema de ensino do Distrito Federal.

Voltando novamente ao século XIX, Veiga (2019) afirma que:

(...)por sua vez, constata-se que, de modo geral, não houve políticas eficazes que tornassem as condições de infância mais igualitárias, pelo contrário, no período estudado – e ainda hoje – as ações governamentais se fizeram no sentido de apenas tornar a subalternidade suportável (VEIGA, 2019, p.772).

O que é bastante palpável ainda nas notícias listadas, mesmo que já tenhamos passado da metade do século XX, pois desprovida de recursos a escola utilizava o jornal para reclamar o mínimo ao seu funcionamento, situação por sua vez que estava sendo atenuada em virtude da existência da caixa escolar.

As combinações das representações que punham as crianças pobres em lugar de inferioridade, exaltando suas necessidades materiais, e a falta de ações que as amparassem de maneira justa e cidadã resultou na promoção e até mesmo propaganda das festas e eventos apoiados na exaltação da condição de ser pobre, como pode-se perceber nas notícias anteriores.

Os eventos foram os mais diversos possíveis, sendo possível identificar: shows artísticos, quermesses, festival de filmes, bailes, teatros, desfile de modas, festas juninas, festas de primavera entre outras festas com os mais diversos nomes e temas. Todas foram retratadas nas páginas do jornal mais de uma vez, sendo alguns mais recorrentes que outras.

Por muitos anos o impresso articulou representações que vinculavam as realizações das festas aos estudantes pobres, até que em dado momento lançou forte crítica para tal publicidade. Acreditamos que a crítica foi uma resposta a dois convites feitos para uma apresentação teatral que aconteceria dentro de pouco dias, os quais diziam:

Mais um espetáculo se aproxima. Com ele virá, em versão brasiliense, 'A MENINA E O VENTO', de maria clara machado, peça infantil a ser levada nos dias 10, 16 e 17 de outubro próximo, na escola parque, sob direção de Donato Donati, com figurinos de Antônio Murilo. Será em benefício da Caixa Escolar do Estudante Pobre de Brasília, e traz em sua montagem a colaboração da fundação cultural do distrito federal. (...) (O ESPETÁCULO CONTINUA... Ajuda ao estudante de Brasília, 1965, p.5)

Dias depois o anúncio se repetiu:

Com estreia marcada para hoje, domingo, às 15 horas, no auditório da Escola Parque, a peça infantil de Maria Clara Machado "A MENINA E O VENTO", sob a direção de Donati, cenário e trajes de Antônio Murilo e música concreta do maestro Reginaldo Carvalho, no Coral de Brasília. O espetáculo será em benefício da Caixa Escolar do Estudante Pobre de Brasília, e mais uma promoção da Fundação Cultural do Distrito Federal (KATUCHA, 1965, p. 11).

A crítica sobre os anúncios veio da colunista Yvonne Jean sob o título de 'UM RÓTULO', a jornalista dissertou:

Um só reparo ao novo grupo cujo nome, aliás, ainda ignoramos pois não constava do recado que nos mandaram: porque anunciar um espetáculo 'em benefício do estudante pobre de Brasília' e não 'em benefício de caixas escolares' ou 'de estudantes' Todo mundo sabe que as escolas e estudantes sempre precisam de recursos e o modico preço da entrada – 300 cruzeiros – será pago por todos com boa vontade. O velho hábito, que lembramos nesta aproximação de fim de ano, do 'Natal da criança pobre' já foi substituído por pedidos para a criança, pois crianças não devem ser rotuladas em categorias, não devemos admitir crianças-párias. Lembramos isto ao grupo teatral. É um pequeno reparo, que tem a sua importância por revelar toda uma atitude perante a vida. Claro que o grupo a tomou por inadvertência e é por isso que lembramos o que consideramos um erro de perspectiva fácil de corrigir (JEAN, 1965d, p.10).

A crítica foi pontual, porém serviria para todas as outras ocasiões em que se recorreu ao auxílio da população brasiliense em prol da caixa escolar fazendo menção ao estudante pobre. O fato é que como demonstrado anteriormente, não foi a primeira vez que o jornal veiculou a publicidade de festas utilizando como estratégia a compaixão para com a caixa escolar dos alunos pobres/estudantes pobres, mas foi a primeira vez em que esse costume foi repreendido. E gerou resultado, pois não voltou a acontecer nas páginas do Correio a publicidade de eventos associados aos auxílio do aluno pobre, que fora substituído pela menção unicamente da caixa escolar em favor das escolas.

Mesmo antes do parecer de Yvonne Jean sobre a rotulação inadequada das crianças, o impresso já teria oferecido publicidade à caixa escolar apoiado em outras justificativas. Diversas outras notícias seguem o padrão de apenas apresentarem amplamente a motivação para promoção do evento:

A caixa escolar do centro da escola parque está promovendo um festival de filmes estrangeiros para angariar fundos. O festival está programado para os dias 14, 15, 16 e 17 deste mês no auditório daquela escola. Os ingressos estão sendo vendidos pelos professores do educandário (FESTIVAL DE CINEMA NA EPB, 1962 p. 7)

E também:

A Fundação Educacional do Distrito Federal tomou uma excelente iniciativa ao organizar um festival de cinema na escola parque, com a finalidade de ajudar as caixas escolares do centro de educação primária. Os 4 filmes escolhidos são de primeira ordem. Vimos, no domingo, o admirável, comovente e clássico libelo contra a guerra. 'Quando voam as cegonhas'.

Após o filme russo de domingo, foi a vez, na noite de ontem, da fita americana 'Cidade nua'. Hoje, o festival apresentara um filme alemão 'Quando sorri a primavera' e amanhã outro filme russo 'Quadragésimo primeiro'. As sessões começam às 20 horas (JEAN, 1962d, p. 9)

As notícias anunciam as festas que não deixam de ser um meio para a arrecadação de dinheiro para a caixa escolar, mas são vagas no sentido do emprego que será feito do capital arrecadado. Outro aspecto que nos chama atenção é o fato de não só as escolas e comunidade preparem eventos para levantar recursos. Na última matéria vimos que até mesmo a Fundação Educacional do Distrito Federal, o próprio órgão responsável por implementar e acompanhar as políticas educacionais, organizou um festival de cinema que favorece as caixas escolares do ensino primário.

Essa prática é significativa, uma vez que reforça a representação da caixa escolar na cidade como uma importante organização dentro da escola. E que deu ensejo a diversas ações que foram realizadas, não somente em âmbito do espaço escolar e sim alcançando todo o sistema de educação, especialmente o ensino primário.

Outra configuração que as escolas tiveram foi a união de duas escolas para promover uma festa em que o que fosse arrecado seria dividido entre as caixas escolares de ambas as escolas, como noticiado pelo jornal:

A escola classe número um e dois do Setor Residencial Econômico realizaram ontem a festinha de coroação da Rainha dos Estudantes, Sônia Maria Ferreira, e da Rainha da Primavera, Eliete S. Nogueira, certamente esse que foi promovido pelas professoras daquelas duas Escolas. Para o brilhantismo e realização da festa em mito se deve à decidida colaboração dos pais dos alunos, tendo a renda obtida com a venda de votos sido revertida em benefício da Caixa Escolar de ambas as Escolas.

O título foi disputado por vinte e uma concorrentes, cada qual representando a sala que pertencia. Na festa de coroação, além dos troféus atribuídos às vencedoras de cada título, foram distribuídos vários outros prêmios à garotada presente, que tomou parte em brincadeiras de auditório especialmente organizada para ocasião. Para a felicidade da petizada presente, foram servidos refrigerante e salgadinhos (ESTUDANTES E PRIMAVERA TÊM RAINHAS. 1963, p. 6)

Pode ser que somente uma das escolas não conseguisse arcar com os custos que uma festa requer e com isso a saída foi a união entre elas, logicamente que a

quantidade de convidados também seria maior, uma estratégia para gastar menos e tentar arrecadar mais.

Ano após ano festas eram promovidas e seus convites estampados nas páginas do Correio regularmente com os dizerem 'em prol da caixa escolar da escola'. Em algumas ocasiões o impresso trazia juntamente com o convite os responsáveis pela organização do evento, que quase sempre eram os professores com ajuda dos pais, tal como:

A direção da escola classe 28 de Taguatinga, oferecerá no dia 5 de outubro próximo, uma suculenta feijoada, em benefício da caixa escolar daquela escola. A promoção é dos professores e convites estão sendo expedidos nesse sentido. (VÁRIAS DE TAGUATINGA, 1969, p. 16)

Os professores participavam ativamente das festas e eventos e que são práticas comuns até os dias atuais. No entanto, na época pesquisada, é bem provávelmente que o empenho que os movia tivessem origem nas dificuldades enfrentadas dentro das salas de aula com a falta de materiais, falta de lanche para as crianças, falta de utensílios básicos, entre outros. Situações essas que os impeliam a sempre estarem reinventando suas ações, no sentido de conseguirem manter a escola funcionando em condições adequadas.

Diversos eventos também fora da escola tiveram sua arrecadação destinadas as caixas escolares de escolas eleitas, como pode-se verificar na matéria seguinte:

Uma promoção das mais bem boladas terá lugar na Associação Cultural Nipo Brasileira de Taguatinga, no dia 9 de novembro próximo. Trata-se de baile intitulado 'Society no Inferno', ocasião em que será eleita a garota mais elegante da cidade. À frente da promoção está a professora Armildes Correa e a renda será revertida em benefício da caixa escolar da escola classe 28 (VÁRIAS DE TAGUATINGA, de 1969, p. 24)

O que também aconteceu na antiga cidade satélite, hoje região administrativa de Planaltina:

A garota da foto é Neusa Rodrigues Machado, que estará sendo apresentada no próximo dia 23, às 22 horas, à sociedade de Planaltina, durante o baile

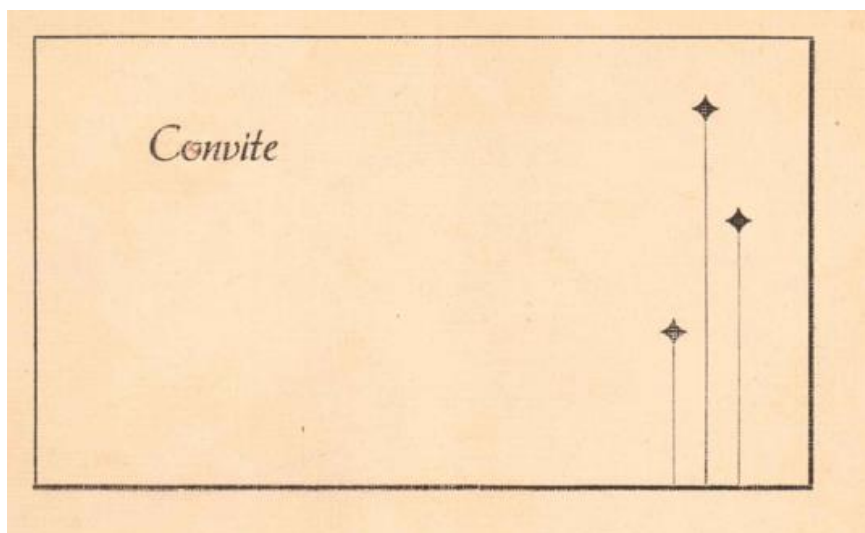
das debutantes, o maior acontecimento social do ano daquela cidade-satélite. Mais outras 19 meninas-moças serão apresentadas na ocasião, nos salões do Planaltina Esporte Clube. O acontecimento é promoção das escolas-classe 01 e 05, que visam obter renda em benefício das caixas escolares dos respectivos estabelecimentos. Reservas de mesas podem ser feitas na secretaria da escola 1, durante todo o dia. Será exigido traje longo para as senhoras e passeio completo para os cavalheiros. A animação estará a cargo da orquestra CIP (DEBUTANTES DE PLANALTINA, 1971, p. 15)

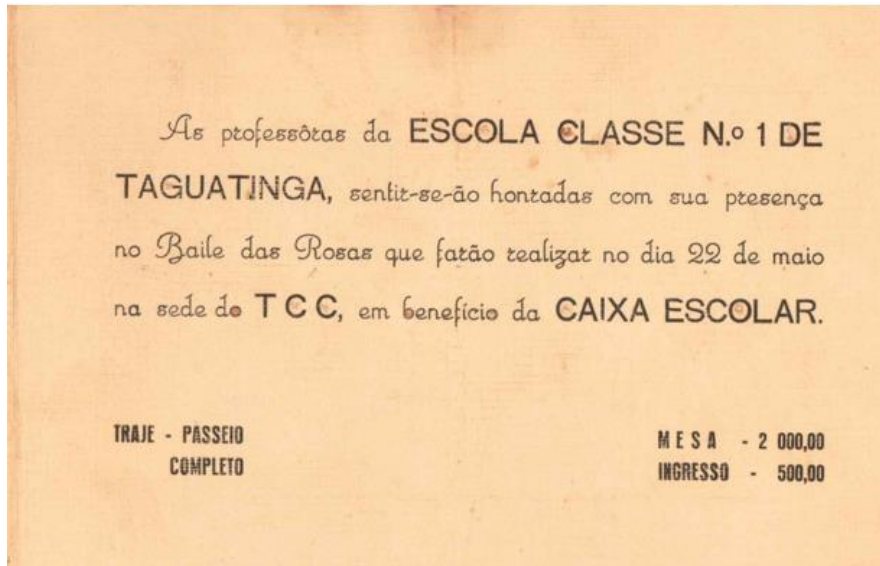
Outra festa fora dos muros escolares, mas que beneficiava caixas escolares, aconteceu novamente em Planaltina e foi divulgada da seguinte maneira: “Professores e alunos das escolas classe 01 e 05 de Planaltina estão organizando festa em benefício da caixa escolar. Será no ‘Planaltina esporte clube’, no dia 23 de corrente, às 22 horas” (ENSINO E CULTURA, 1971, p. 11).

A trajetória das festas no sistema de ensino de Brasília é estruturada fortemente na instituição da caixa escolar. Partindo da premissa de que as escolas precisavam de recursos, pois apresentavam muitas insuficiências no âmbito material, surgiu a contribuição mensal no cenário educacional brasiliense. Porém nem mesmo essa contribuição, que também integraria a caixa escolar, estava sendo o suficiente para mantê-la. É quando, então, as festas e eventos começam a fazer parte do calendário das escolas e suas arrecadações são destinadas à caixa escolar.

Através do Museu de Educação do Distrito Federal conseguimos uma imagem do que outrora representou o convite de um dos bailes promovidos por uma escola primária:

Imagem 5 – Convite para o Baile das Rosas





Fonte: site do Museu da Educação do Distrito Federal.

A imagem ratifica os indícios de que as professoras eram personagens principais na promoção dessas festas e eventos, o que pode ser notado na forma com que o convite se inicia. A fonte escolhida para a grafia da invitation revela um sentido mais formal que por sua vez corrobora com a vestimenta solicitada: passeio completo, o qual se define por um traje mais social. O convite transparece carregar uma importância singular e se encerra sem deixar de mencionar a caixa escolar como beneficiária do evento.

Endereçados a todos aqueles cidadãos do Distrito Federal, os convites deixavam transparecer muitas representações sobre o fato da arrecadação para a caixa escolar ser o objetivo da promoção das festas. Representações que por sua vez, como vimos, não foram lineares e sofreram rupturas. É importante salientar que não foi identificado a utilização das notícias da realização dos diversos eventos como forma de promoção de autoridades. Talvez porque sua presença fosse contraditória, visto que dessa forma se assumiria a ingerência das escolas públicas que estavam dependentes das caixas escolares.

Nos parece que mesmo com as contribuições mensais e arrecadações das festas e eventos para a caixa escolar, ainda assim não estava erradicada as insuficiências. O que fez surgir outras estratégias para completar as desfalcadas

caixas escolares. A essas estratégias daremos o nome de práticas diversas, das quais trataremos a seguir.

2.3 – Práticas distintas que subsidiavam a caixa escolar em Brasília

Para além das contribuições ordinárias pagas com certa frequência pelos pais e dos recursos levantados através da promoção das festas e eventos, outras práticas também surgiram com a finalidade de completar as caixas escolares. Enunciamos com a palavra ‘completar’ porque acreditamos que era exatamente isso que as escolas estavam precisando quando conceberam novos mecanismos no intuito de arrecadar recursos.

As instituições possuíam a difícil tarefa de arrecadar dinheiro para as caixas, assim como de gerenciá-lo. E concluindo que as despesas sobressaiam sobre as receitas, se viram na posição de encontrar outros meios que equilibrassem as contas.

A necessidade de diversificar os meios de captar recursos não se apresentava em escolas específicas, fazendo-nos acreditar que a dificuldade em manter as caixas escolares cheias era um problema intrínseco ao sistema educacional de Brasília. Tal articulação é baseada na primeira notícia classificada como uma prática diferenciada das quais já mencionamos, qual seja:

(...)Por outro lado, ficou também decidido que em caso de empate, os jogos serão decididos na cobrança de penalidades máximas. Na primeira rodada, no campo do Defelê, serão cobrados ingressos de cem cruzeiros, preço único, e na final, os portões serão franqueados ao público, numa homenagem dos clubes aos trabalhadores de Brasília. A renda líquida da primeira rodada será destinada à Caixa Escolar da Fundação Educacional, sendo que as cotas de arbitragem dos prélios do Torneio Relâmpago serão pagas por uma firma interessada em participar desta promoção. (PROVÁVEL ESTE MÊS TORNEIO RELAMPAGO. 1962, p. 12)

A notícia nos informa que os recursos arrecadados em virtude de um campeonato de futebol serão destinados as caixas escolas das escolas de Brasília e que mesmo os gastos com a organização do evento serão custeados por uma firma, que provavelmente logrará alguma vantagem, o mais certo que seja publicidade.

É razoável que se levante a seguinte hipótese dos fatos: com a crescente demanda das escolas públicas, os recursos que não eram abundantes se tornam escassos e as queixas das escolas por fundos cresce, o que pressupõe que a Fundação Educacional (órgão responsável pelo sistema de educação à época) busque meios que solucionem essa demanda. Nesse caso, o meio encontrado foi a doação do dinheiro arrecadado com ingressos em um campeonato de futebol às escolas.

É curioso notar que em notícia seguinte sobre o mesmo campeonato, o jornalista exprime sua opinião sobre a desnecessidade desse tal 'campeonato relâmpago', e que só enxerga seu aproveitamento em função do ato filantrópico de doação dos valores arrecadados com os ingressos para as Fundação Educacional. Segue a matéria:

Segundo estão anunciando, será disputado nos próximos dias, um incompreensível "torneio relâmpago quadrangular" no qual intervirão Rabelo, Defelê, Guará e Grêmio. Até agora não compreendemos como podem os desportistas locais promoverem tal competição, sabendo-se que para tanto terá que ser interrompido o atual Torneio do DF, agora em fase de encerramento, e no clímax da sua decisão. Segundo a tabela do certame ora em disputa. Rabelo e Defelê, os dois líderes invictos, deverão jogar entre si na última rodada, rodada esta que já vem sendo aguardada com desusado interesse por parte do público, que poderá assim reviver a decisão do campeonato do ano passado, quando rubros e alvinegros jogaram 4 partidas para poder ser apontado o campeão.

Com a realização do torneio relâmpago, os dois terão que jogar uma partida sem maiores consequências, que tirará o entusiasmo da torcida, em relação àquela que decidirá o torneio Sette Câmara. Defelê e Rabelo são os que mais tem a perder, o Guará nada poderá aspirar, e o Grêmio Esportivo Brasileiro não se sabe como anda e nem o que poderá fazer. Foi inclusive malfeita a escolha do Grêmio, cuja equipe está parada, em prejuízo das que no momento lutam por um lugar entre os maiores da Capital.

Não compreendemos como os dirigentes do Rabelo aceitaram tal disputa, sabendo-se que o alvinegro será o maior prejudicado, já que sem quadrangular somente iria entrar em ação na peleja final contra o Defelê, para decidir o título, descansado e sem que seus jogadores fiquem expostos a contusões, ao passo que o Defelê terá que expor seus craques a uma dura batalha com o Guará, correndo seu plantel os riscos naturais de uma peleja desta natureza. Este o lado material, sem falarmos no lado psicológico.

A única coisa aproveitável seria a renda líquida da primeira rodada a ser doada à Caixa Escolar da Fundação Educacional que poderia ser feita sem o quadrangular, desde que os clubes procurassem outra fórmula de realizar o ato filantrópico.

Alegam os dirigentes que uma firma interessada no tal torneio daria 50 mil cruzeiros a cada clube. Isso não deveria servir de apoio aos esclarecidos desportistas brasileiros, se os mesmos se lembrassem de que uma única

partida na decisão, o ano passado rendeu 137 mil cruzeiros, e deixou para cada clube disputante, Rabelo e Defelê, uma parcela líquida bem superior àquela oferecida agora, e uma interrupção no Sette Câmara, para que os mesmos times que, provavelmente, decidirão dentro de mais alguns dias o certame ora em disputa, para esta aventura, poderia arrefecer o ânimo da torcida e acarretar uma queda de renda, na decisão deste torneio.

Por outro lado, a F.D.B. tem um calendário aprovado, e não sabemos se o seu presidente está de acordo com isto tudo, o que achamos difícil.

A nossa opinião é esta: não vemos razão nenhuma para que se leve a efeito o tal “torneio relâmpago”, e que esteja à tona. A menos que a razão esteja submersa. (LEAL. 1962, p. 12)

Talvez, até mesmo sem querer, o jornalista nos deixava aqui uma delação que atravessava o sistema de educação. Possivelmente que realmente existiam razões submersas para a promoção do torneio relâmpago, em que não se viu justificativa para acontecer. O fato é que o abastecimento da caixa escolar seria a única coisa que explicaria, sob o olhar do jornalista, o acontecimento do evento.

É possível que mais de um interesse escuso estivesse por detrás do evento, mas um deles é claramente evidente: o deslocamento da responsabilidade pelo financiamento das escolas. Na intenção de se isentar de cobranças ou de ser pressionado ainda mais, o governo transferiu parte de sua responsabilidade em financiar as escolas públicas de Brasília por uma ideia de filantropia, utilizando um dos mais conhecidos entretenimentos do brasileiro: jogos de futebol.

É mais um caso em que a caixa escolar de Brasília parece tomar práticas e discursos de períodos anteriores e podemos aqui aplicar a discussão que Bernardo (2014) travou sobre as caixas escolas de Minas Gerais no início do século XX:

Considerando que era recorrente o discurso de que a caixa escolar era uma instituição benemérita, filantrópica e humanitária, é lícito estender esses adjetivos para seus associados e colaboradores. Os discursos sobre esses sujeitos foram mobilizados de diferentes maneiras – uns privilegiando termos de patriotismo e outros privilegiando termos de humanitarismo – porém, em ambos os casos podemos identificar a intenção do Estado de cooptar outros membros da sociedade a apoiar as caixas escolares. (BERNARDO, 2014, p.114).

Em outro trecho a autora destaca que:

A reflexão sobre o caráter filantrópico da caixa escolar se faz necessária devido à organização, por parte do Estado, de um mecanismo de captação de recursos para a manutenção de crianças pobres no ensino, apesar da premissa da participação social e da própria representação criada na

sociedade a respeito da mesma. Logo, poderíamos considerar que a organização da caixa escolar estivesse presente no que podemos chamar de processo de transição da concepção de caridade para uma concepção de direito que demonstra, já no início do século XX, alguns indícios de sua gestação. (BERNARDO, 2014, p.26).

Apesar do sistema de ensino de Brasília ter sido constituído de forma única e sem precedentes e considerando todas as suas particularidades, mesmo assim os aspectos levantados por Bernardo (2014) são facilmente empregados a situação da educação em Brasília.

Apesar dos discursos e planos para um sistema de ensino igualitário e democrático, do acesso a todos independentemente da classe social, a realidade estava sendo outra. As ações utilizadas seriam velhas conhecidas do início da época republicana em que o financiamento da entrada e permanência das crianças pobres no sistema de ensino dependia da filantropia, o que torna a situação muito diferente da planejada.

As escolas também tinham iniciativas próprias e diversas para contornar a situação de falta de dinheiro na caixa escolar. Uma delas se deu na Escola Classe IAPFESP, a qual criou um bazar administrados pelos próprios alunos, encerrando um viés pedagógico à situação, que vendiam cadernos e livros; o lucro arrecadado era destinado à caixa escolar (JEAN, 1962b, p. 9).

A Escola Classe 304 sul também foi bem-sucedida na adoção da prática de promover bazares e conseguiu arrecadar 98.766,00 cruzeiros em 1(um) semestre, os recursos iam direto para a caixa escolar (JEAN, 1962b, p. 9)

Na Escola Classe 114 aconteceu diferente e um pai e presidente da caixa escolar, interessado em ajudar nas necessidades que a escola vinha apresentando, arrecadou 39000 cruzeiros para a compra de panelas, canecas, loucas, talheres e outras coisas mais necessárias à merenda escolar e que saíam da caixa escolar (JEAN, 1962e, p. 9).

Ao que parece a notícia acima repercutiu e voltou novamente às páginas do Correio como um exemplo do que estava acontecendo nas escolas, acrescida de mais uma novidade:

Agora sabemos que os pais de alunos da escola classe 308, por iniciativa própria, resolveram fazer circular listas entre os amigos e conhecidos para angariar dinheiro cada vez que a Caixa Escolar não consegue atender necessidade repentinas ou que o Círculo de Pais decretou a necessidade de

algumas compras vitais. Além do mais, estes pais reúnem-se regularmente à noite e muito incentivam diretora e professores (JEAN, 1962f, p.9).

Vendo-se na mesma situação da escola 114, isso é: com inúmeras necessidades e sem dinheiro suficiente para supri-las, os pais da Escola Classe 308 também decidiram se reunir e por em prática alguma ideia que trouxesse capital à escola. O resultado foi a criação de uma lista (não sabemos se como os nomes das pessoas que poderiam doar o dinheiro, ou se uma lista das necessidades nas quais o dinheiro seria empregado) para arrecadar os recursos que se faziam indispensáveis.

A forma mais inusitada encontrada para se conseguir subsídios para a caixa escolar foi a organização de uma “biriba beneficente”, algo como um jogo de cartas, que se daria em prol da Escola Rural Nenem Hermes Lima situada no Ipê, organizados pelas próprias professoras da instituição (KATUCHA, 1964, p. 11).

As professoras, e em alguns casos juntamente com os pais, são as maiores responsáveis por ações emergenciais e práticas diversas para que não se deixasse a caixa escola desfalcada. Além da apresentada promoção de eventos, discutida no tópico anterior, “a fim de conseguir dinheiro para comprar material didático e de limpeza, as professoras da escola promovem abnegadamente campanhas, para atender as necessidades mínimas do estabelecimento” (CAMPANHAS MANTÉM ESCOLA CLASSE QUE SE ACHA CAINDO AOS PEDAÇOS, 1966, p. 19)

Algum tempo se passou e a Escola Classe 304 volta as páginas do Correio Braziliense com uma pesarosa prática para tampar os buracos que a caixa escolar possuía, pois estava extremamente sobrecarregada:

Até o conserto do grampeador da escola, que importou em pouco mais de nove mil cruzeiros, foi pago com dinheiro da caixa, como também considerável número de livros didáticos com ordenado de professores. O Superintendente da Educação prometeu dar uma solução ao problema, entretanto, até a presente data nada foi feito, enquanto aquela Escola Classe continua a funcionar em condições de emergência (FUNCIONANDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS A ESCOLA CLASSE DA SUPERQUADRA 304, 1964, p. 8)

Na falta dos itens mais básicos, a forma com que estavam conseguindo manter a escola de portas abertas vinha de uma prática um tanto quanto controversa, retiravam-se parte do vencimento das professoras, que fica explícito no trecho abaixo:

Falta ainda tinta e o estêncil para o mimeógrafo onde as questões são impressas. Para a merenda, há muito a escola não recebe gás, arroz, leite em pó e açúcar e para que tal aconteça é necessário fazer novo saque na caixa, ou retirar dos vencimentos das professoras que se cotizam para que seus alunos não fiquem sem merenda. Os moveis, também estão em precárias condições havendo mesmo alunos que escrevem com o papel sobre a perna. Já foi feita a sugestão de que as carteiras quebradas fossem levadas para um dos ginásios industriais para serem recuperadas, sem nenhum ônus para a Prefeitura. Foi prometido um estudo, mas ficou somente nisso. É de se lamentar que uma escola que funciona com oito turmas matutinas e oito vespertinas continue em tão deploráveis condições, sem que providência nenhuma seja tomada pelas autoridades competentes (FUNCIONANDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS A ESCOLA CLASSE DA SUPERQUADRA 304, 1964, p. 8).

Ações que vinham como uma forma desesperada de manter um sistema de ensino funcionando. Uma responsabilidade que recaia sobre os ombros errados, pois aqueles que detinham a obrigação de o fazer eram negligentes.

Após o fim do governo de Juscelino Kubitschek em 1962, os conflitos políticos se acirraram entre aqueles que apoiavam a transferência da capital para Brasília e daqueles que eram a favor de que a capital permanecesse no Rio de Janeiro (CHAHIN, 2018). Nesse interim as construções escolares estavam quase que paralisadas, realizando-se somente aquelas já licitadas, que não somavam muitas (CHAHIN, 2018). Assim sendo a construção da Escola Classe 114 só foi possível em decorrência da atuação do Banco do Brasil (CHAHIN, 2018) e mesmo assim foi entregue sem qualquer mobília, caso mencionado no capítulo anterior.

A Escola Classe 114 que foi projetada por Wilson Reis Netto (CHAHIN, 2018) é mencionada em entrevista concedida por Alita Vieira. A professora ressalta que o arquiteto, auxiliar de Oscar Niemeyer, tinha o objetivo de tornar a escola 114 numa escola modelo, ainda segundo a professora “a escola era linda, toda ajardinada, com espelho d’água, com mural todo colorido. Os alunos sentem saudade do tempo que a escola era...Marcou porque era muito bonita. Nós recebíamos turistas do mundo inteiro só para ver a escola” (VIERA, 1990, p.5).

Apesar de nascer com um ideal visionário, a Escola Classe 114 enfrentou diversas dificuldades, em virtude das negligências por ela sofridas é que a instituição foi matéria do jornal em diferentes situações. Uma delas se deu em decorrência de uma circunstância inusitada: turistas foram barrados na entrada da escola, impedidos de adentrar no estabelecimento para uma visita, segundo o jornalista que noticiou o acontecido os funcionários cobravam uma taxa para que fosse permitida a entrada na

escola (TURISTAS FORAM BARRADO NA ESCOLA CLASSE: COBRAM TAXA, 1995, p.9).

A matéria censurou a prática e a considerou uma forma de “tolher” o turismo em Brasília (TURISTAS FORAM BARRADO NA ESCOLA CLASSE: COBRAM TAXA, 1995, p.9). Porém, através do contexto histórico que vem se delineando podemos inferir que a instituição não decidiu cobrar para se conhecer suas dependências em vão, nem conseguiria lucrar grandes quantias com essa prática, enxergou apenas uma oportunidade para conseguir recursos que a mantivessem funcionando. Ao se depararem com uma situação tão incomum (cobrar entrada em uma escola) deveriam ter procurado saber o motivo pelos quais os faziam, nessa matéria específica não o fizeram, somente condenaram a ação.

O jornal continuou cobrindo os fatos, o que o fez publicar pouco tempo depois o seguinte tópico:

A propósito de notícia publicada por este matutino, em sua edição de 30 de maio último, sob a epígrafe ‘turistas foram barrados na escola classe: cobram taxa’, o círculo de pais e mestres da escola classe da SQ 114, encaminhou carta à redação apresentando alguns esclarecimentos relativos ao fato.

Inicialmente, com respeito às visitas de turistas àquele estabelecimento de ensino, o sr. Niemeyr Almeida, presidente do círculo, diz que as mesmas se fazem quase diariamente, em grupos de dezenas de pessoas, levados por agências de turismo. E tendo em vista as empresas de turismo explorarem essas visitas com fins unicamente comerciais, o círculo de pais e mestres solicitou às empresas interessadas cooperassem com uma de dois mil cruzeiros mensais, para fazer face às despesas com material de limpeza para a conservação da escola, decorrentes desse movimento constante. Essas despesas, esclarece, vem sendo feitas com os fundos da caixa escolar, uma vez que a escola não dispõe de verba alguma para tal fim.

A taxa, diz o presidente do círculo, foi instituída em novembro de 1963, tendo ficado a Cia, Ciclone encarregada da arrecadação, no entanto, essa empresa jamais voltou a procurar a secretaria da escola.

A propósito do fato de grupos de turistas haverem sido barrados à porta da escola quando procurava visitar as dependências daquele estabelecimento de ensino, o sr. Niemeyer Almeida esclarece que a direção da escola ‘poderia proibir sumariamente tais visitas, que, decorridas em horário de aulas, acarretam sérios transtornos para alunos e professores. No entanto, solidário na divulgação turística e cultural de Brasília solicita, apenas, uma pequena colaboração para que a escola classe da SQ 114 continue a ser, como tem sido até agora, o estabelecimento que todos conhecem’ (TAXA DE TURISMO É PARA LIMPEZA, 1965, p.9).

Felizmente a polêmica foi trazida de volta às páginas do jornal e desta vez conseguiremos entender os motivos pelos quais a Escola Classe 114 começou a cobrar taxa de entrada de turistas: as visitas causaram despesas que estavam sendo

sanadas com dinheiro da caixa escolar, a qual, podemos inferir, não estava preparada para arcar com mais este custo. A cobrança, então, estaria mais que justificada uma vez que as visitas estavam causando transtornos à instituição e desfalcando sua caixa escolar. No entanto, passado algum tempo, o jornal voltou a repreender a cobrança de taxa sem discutir o que estava por detrás dela:

E falando na Escola 114, era hábito nosso, como de todos, mostrá-la com orgulho aos visitantes de fora. No ano passado, observamos, com pesar, um fato que nos pareceu estranho e até absurdo: cobravam 100 cruzeiros a cada visitante. A porta estava fechada e só se podia transpô-la pagando a tómbola que não é muito para o viajante, mas transforma por completo o espírito da casa. Em vez de ter a impressão de se aproximar da vida infantil e pedagógica brasiliense, o visitante compreende que entra numa espécie de exposição museu (e museu bem desleixado, ultimamente!) e, portanto, nada, convincente! Em vez de conhecer a vida de uma cidade sem grades, o visitante encontra uma porta bem fechada, cujo sésamo é uma pobre nota de 100 cruzeiros! Esperemos que este ano a escola se torne, novamente, uma escola que funcione como escola, e nada mais, e não cobre mais “entrada” como num espetáculo! Há outros meios de angariar fundos para a caixa escolar (JEAN, 1967, p. 9)

Dessa vez a jornalista Yvonne Jean – é dela a coluna – já demonstra conhecimento sobre a arrecadação com as taxas de visitação serem incorporadas à caixa escolar, porém manifesta sua contrariedade a respeito da atitude. O ocorrido acaba por evidenciar que as maneiras encontradas para angariar fundos para a caixa escolar não estavam isentas de conflitos: em um mesmo jornal testemunhamos opiniões divergentes sobre a prática excepcional.

Assim como aconteceu com as práticas ordinárias e com a promoção de festas e eventos, as práticas diversas ou emergenciais não foram ressalvas ou mesmo ações isoladas dentro da rede de ensino, mas constituíram-se de condutas amplamente aplicadas por muitas escolas de Brasília. Não foram mecanismos empregados para subvencionar o supérfluo ou fútil e sim o básico e necessário. Muitas vezes foram esses recursos, advindos de iniciativas particulares, que substituíram os recursos públicos, os quais não encontravam caminho para chegarem até as escolas públicas.

A partir do itinerário percorrido por este capítulo é que se atingiu o propósito de examinar as práticas de financiamento da caixa escolar no ensino primário de Brasília. Foi possível listá-las através das notícias publicadas pelo jornal Correio Braziliense, para além de tal levantamento algumas questões puderam ser levantadas ao longo

do capítulo. Entre elas o fato da colaboração para com a caixa escolar através da contribuição ordinária parecer ter sido estabelecida a todos os que eram atendidos pela escola, não excetuando do pagamento aqueles em circunstâncias menos favoráveis, pois a estes restava contribuir com o percentual correspondente aos seus ganhos. Essa situação difere da maioria das caixas escolares do país afora as quais contavam com a contribuição daqueles que pudessem fazê-la para amparar os menos afortunados.

Sobre tal entendimento resta uma interrogação: se a arrecadação da caixa escolar era feita de toda a comunidade, sem grandes exceções, operando mais no campo do dever do que do campo da doação espontânea, conseqüentemente, essas contribuições eram aplicadas para o coletivo? Ou operavam mais individualmente nos casos dos alunos pobres como aponta o levantamento histórico feito do tema? É provável que na discussão do próximo capítulo tenhamos pistas que nos esclareçam essa questão, uma vez que iremos nos direcionar, de forma mais aprofundada, no estudo dos usos que eram feitos após a arrecadação da caixa escolar.

CAPÍTULO 3 – USOS DA CAIXA ESCOLAR

No percurso traçado até o momento foi possível investigar as representações sobre as necessidades educacionais que reclamaram a adoção da caixa escolar, assim como examinar as práticas de financiamento destas caixas. Durante o trajeto percorrido ficou evidente que o emprego desse dispositivo no ensino primário da rede pública do Distrito Federal se deu como uma ação articulada política e socialmente, corroborando com Chartier (2002) quando afirma que:

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. (CHARTIER, 2002, p. 27).

A caixa escolar não é senão um aparato concebido através de representações que resultou em uma prática correspondente. O historiador francês explora os princípios da construção dos sentidos através dos processos, muito discutidos por ele na relação com a leitura, mas que segundo o próprio Chartier operam em muitas outras áreas (CHARTIER, 2002) e alerta:

Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar-, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. (CHARTIER, 2002, p. 27).

Como já registrado nesta pesquisa, as práticas ocupam um lugar de destaque pois são elas que dão materialidade às representações. No corrente capítulo a prática será o principal assunto a ser debatido, pois que a discutiremos na intenção de alcançar o objetivo proposto, qual seja: o de investigar as práticas de uso das caixas escolares no ensino primário da rede pública do Distrito Federal.

No levantamento inicial foram apresentadas diversas pesquisas que abordaram em quais usos as caixas escolares daqueles lugares foram empregadas, a interseção traçada entre elas se deu exatamente no fornecimento da merenda escolar, dos

materiais didáticos e uniformes para as crianças pobres. Para além do que se constatou como comum entre elas, também se apresentavam diversificações no emprego dos recursos da caixa escolar.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Bruno Rossi Rodrigues (2019), a qual tinha o objetivo de investigação a criação e funcionamento das caixas escolares do Paraná, entre 1892 e 1928, as caixas escolares tinham objetivos certos apontados nos relatórios e regulamentos, no entanto também se ocupavam de itens os quais as próprias escolas tinham autonomia para obter. O pesquisador encontrou nos registros por ele examinados a compra de doces, bombons e em outro momento até mesmo a aquisição de “vestuários ao estilo Luís XV” para que as crianças pobres pudessem participar de determinada festa (RODRIGUES, 2019, p.52). A compra de tais artigos revela, o autor da pesquisa, que as caixas escolares do estado pesquisado contavam com boa estabilidade financeira, uma vez que dispunham da possibilidade de empregar seus recursos até mesmo em doces e bombons (RODRIGUES, 2019, p.52).

Pois bem, seguiremos então no intuito de desvelar, como no exemplo acima, o emprego dos recursos da caixa escolar em Brasília juntamente com as peculiaridades que possam acompanhá-la. Toda a argumentação é apoiada na história cultural e é a partir dela que nos dirigimos no sentido de dar significado à caixa escolar como uma prática que se empreendeu dentro da cultura escolar e que possibilitava a aquisição de recursos que viabilizavam o próprio ensino. Os recursos proporcionados através das caixas escolares, por sua vez, integram a cultura material da escola, a qual passaremos a discutir a seguir. O conceito de materialidade será abordada para além dos objetos que a caixa escolar proporcionou, sendo utilizada como ferramenta analítica na abordagem do presente capítulo.

Escolano Benito (2010), pesquisador da cultura material escolar, esclarece um pouco sobre como trabalhar nesse recente campo de estudo:

A nova história cultural, através de suas linhas etnográficas e micro-históricas, principalmente, vem tratando de configurar um novo campo historiográfico em torno do estudo das materialidades da escola, não como um âmbito simplistamente polarizado como fazia a história instrumental, mas sim como uma orientação de pesquisa que pode ser inclusive globalizante na medida em que a partir do material, sempre examinado em seus significados culturais, pode se estruturar toda uma história holística da educação que estuda os usos dos objetos, as vinculações de alguns materiais com outros,

as relações destes com os atores e com as práticas empíricas que põem em ação, sua localização nos espaços. (ESCOLANO BENITO, 2010, p.17)⁵.

Baseado nesses princípios, a caixa escolar aqui será examinada a partir dos recursos que ela disponibilizava, evidenciando assim quais eram as demandas materiais priorizadas e por fim ajudando a estruturar um pouco da história da educação que acontecia em Brasília na década de 60.

Souza (2007) também colabora com a discussão e elucida que a cultura material escolar é bastante influenciada pelas investigações dentro da cultura escolar, campo de estudo proporcionado pela nova historiografia cultural, sendo assim “o mundo dos objetos tem entrado em cena nem sempre como foco principal da análise, mas como um componente da interpretação histórica voltada para o estudo das representações e das práticas escolares” (SOUZA, 2007, p.170). Partindo deste princípio é que os estudos dos objetos facilitados pela caixa escolar se tornarão relevantes elementos para se pensar as práticas e representações da educação primária em Brasília no século XX.

A cultura material alcança a caixa escolar na medida em que a investigação de seus propósitos se entrelaça, resultando na própria articulação do processo de ensino e aprendizagem.

Na investigação dos usos que foram feitos com os recursos angariados pela caixa escolar foi possível reunir algumas matérias que revelavam no que a caixa era empregada, quais sejam: compra de materiais didáticos, de uniformes, de alimentos, de utensílios para o oferecimento da merenda diária, aquisição de materiais utilitários e até mesmo na manutenção dos prédios escolares. Muitas dessas utilizações foram feitas desviando-se de sua finalidade inicial, uma vez que faltava compromisso dos órgãos responsáveis para com o provimento de recursos indispensáveis ao bom funcionamento das escolas.

⁵ La nueva historia cultural, através de sus líneas etnográficas y microhistórica, principalmente, viene tratando de configurar un nuevo campo historiográfico em torno al estudio de las materialidades de la escuela, no como un ámbito polarizado simplistamente hacia la historia instrumental, sino como una orientación investigadora que puede ser incluso globalizante en la medida em que desde lo material, examinado siempre em sus significaciones culturales, se puede estructurar toda una historia holística de la educación que estudie los usos de los objetos, las vinculaciones de unos materiales con otros, las relaciones de estos com los actores y com las prácticas empíricas que ponen em acción, su ubicación em los espacios. (ESCOLANO BENITO, 2010, p.17)

O capítulo, então, se desenvolverá na seguinte ordem: primeiro será abordado o uso das caixas escolares na manutenção dos espaços e aquisição de materiais utilitários da escola, em seguida discutiremos o emprego dos recursos da caixa no lanche escolar e finalmente o uso das caixas na aquisição de uniformes escolares e materiais didáticos.

Apesar da existência provável de um documento que regulamentasse a caixa escolar no DF, este ainda não foi descoberto e as matérias jornalísticas nos auxiliam na identificação de como a caixa funcionava em Brasília, quase como peças soltas de um quebra-cabeça, que quando corretamente encaixados nos permitem enxergar com clareza a imagem antes irreconhecível pela falta de organização dos elementos. No caso das matérias, a partir da sua ordenação e classificação é que aparecem os vestígios de como a realidade de outrora ocorrera. Em uma dessas peças do quebra-cabeça nos é dada uma pista de como se encaminhava a normatização da utilização dos recursos angariados para a caixa escolar do sistema educacional brasiliense:

Das contribuições para a Caixa Escolar 60% são aplicadas em assistência aos alunos necessitados sob a forma de auxílio para transporte, merenda, agasalhos ou uniformes. Os 40% restantes constituem fundo de reserva para atender a alguma emergência que ocorra no estabelecimento, nenhum aluno deixa de ser matriculado por não poder contribuir a Caixa Escolar. (SECRETÁRIO ESCLARECE TAXA ESCOLAR, 1965, p. 1).

Segundo a matéria o uso deveria ser feito em uma proporção de 60% destinados ao amparo direto dos alunos em situação de vulnerabilidade, o que é descrito como “alunos necessitados”, e os outros 40% destinados às necessidades urgentes da instituição. Visto que a notícia tem embasamento em manifestação sobre o assunto em anúncio do Secretário de Educação, podemos inferir que o uso da caixa escolar em Brasília além de amparar os alunos pobres, já considerava seu emprego em situações de “emergência”.

Como um exemplo prático das aplicabilidades que foram feitas com o dinheiro da caixa escolar, o Correio Braziliense noticia como está a organização da caixa da Escola Classe 304 sul, revelando que:

Quem também tem salvo as crianças de ficar sem aula é a caixa escolar, constituída de uma mensalidade paga pelos alunos. Até o mês de agosto eram os seguintes os gastos efetuados, socorridos pela caixa:

merenda: Cr\$55471,00

limpeza: Cr\$8060,00

cantina: Cr\$ 4820,00

caixa: Cr\$116220,00 e secretaria: Cr\$1250,00, perfazendo assim o total de cento e oitenta e cinco mil oitocentos e vinte e um cruzeiros. Até o conserto do grampeador da escola, que importou em pouco mais de nove mil cruzeiros, foi pago com dinheiro da caixa, como também considerável número de livros didáticos com ordenado de professores. O Superintendente da Educação prometeu dar uma solução ao problema, entretanto, até a presente data nada foi feito, enquanto aquela Escola Classe continua a funcionar em condições de emergência. (FUNCIONANDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS A ESCOLA CLASSE DA SUPERQUADRA 304, 1964, p. 8).

De acordo com os gastos contabilizados na reportagem, a caixa escolar foi empregada no subsídio do lanche, da limpeza, da cantina e com material de secretaria. Fica a cargo da interpretação os gastos que foram registrados como “caixa”. Como a notícia segue mencionando a compra de livros didáticos é possível inferir que tais gastos – registrados como “caixa” - dizem respeito à aquisição e utilização em recursos necessários aos alunos. Uma vez que essa despesa é consideravelmente maior que as outras e a matéria apenas menciona “livros didáticos” como uma pista do que seriam esses gastos, é provável que eles tenham sido realizados em prol de todos os alunos. Assim sendo, os usos feitos da caixa escolar na Escola Classe 304 se efetuaram da seguinte maneira: um pouco mais de 60% foi gasto com a caixa, na qual entendemos corresponder às suas finalidades principais – gastos diretos no auxílio do aluno, e um pouco menos de 40% gastos com recursos intrínsecos ao processo de ensino e aprendizagem.

Apesar de atestada correspondência com a distribuição evidenciada pelo secretário de educação, alguma diferença também está patente. Essa diferença pode ser notada quando atestamos que os gastos com a “caixa” correspondem, por exemplo, a compra de materiais didáticos e que pela sugestiva menção feita de “considerável número de livros didáticos” é provável que a compra tenha favorecido a comunidade escolar em geral, e não somente os alunos sem recursos. A segunda diferença fica por conta dos tais gastos emergenciais, que aqui foram feitos com materiais correspondentes a utilidade prática e rotineira da escola, e que só comporiam a categoria de emergenciais se não estivessem sendo providenciados por seus responsáveis.

Para desvendarmos, então, se realmente os usos da caixa escolar se davam da forma descrita pela autoridade em questão, descobriremos quais são as ditas emergências e também por consequência alcançarmos o objetivo do capítulo, precisaremos continuar buscando peças desse quebra-cabeças, montado por meio da interpretação histórica.

3.1. O uso da Caixa Escolar para a manutenção dos espaços e aquisição de utensílios escolares

Os prédios escolares, a partir do século XX, tornaram-se foco de atenção quanto à sua correspondência com o processo de ensino e aprendizagem por parte das autoridades de ensino (ROCHA, 2021, p.87). No processo de planejamento e construção de Brasília não foi diferente e o movimento de harmonização entre o social, cultural e os aspectos urbanísticos foram ainda mais intensos, inclusive nas instituições educativas. Isso porque o Plano Educacional de Brasília foi desenvolvido levando em consideração o contexto desenvolvimentista pelo qual o país passava, dessa forma tal plano foi pensando desde o começo para associar os princípios educacionais ao projeto urbanístico (CHAHIN, 2018), “articulando edifícios escolares e ideais pedagógicos para além de novos métodos escolares no interior de escolas modernistas” (CHAHIN, 2018, p. 13).

Para além da união entre o processo de escolarização e os espaços destinados a ele, Anísio Teixeira somava à equação novas ideias de educação baseados na teoria de John Dewey, fundamentada pela experiência (PEREIRA, 2011). O intelectual ainda conferia um princípio básico ao sistema educativo na nova capital: a educação integral (PEREIRA, 2011).

Assim sendo, Anísio Teixeira agia em prol “de uma certa racionalidade arquitetônica coerente com os novos horizontes pedagógicos que se postulavam em prol de um ensino laico e comprometido com a democratização do acesso à escolarização básica” (CHAHIN, 2018, p. 25). Com a adoção da educação integral, própria para os objetivos que o Plano de Ensino de Brasília queria alcançar, os

estudantes é quem escolheriam as atividades e experiências que seriam desenvolvidos. Uma vez escolhidas as suas áreas de interesse deveriam se dedicar nos trabalhos, atividades sociais, artísticos e de recreação a fim de adquirirem habilidade para conviver em sociedade e trabalhar (PEREIRA, 2011).

Para atender todas as exigências postas do Plano Educacional e seguir os fundamentos pelos quais a educação na nova capital deveria acontecer, os materiais e condições físicas eram questões de significativa relevância, visto que levariam o projeto de educação a se concretizar. Logo que Brasília foi inaugurada, a caixa escolar entra em cena e estabelece uma relação essencial com a manutenção dos espaços escolares e com a aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola.

Imediatamente ao aparecimento da utilização dos recursos da caixa escolar na aquisição de materiais utilitários, emerge também o conflito posto entre as necessidades da escola não contempladas pelo estado:

O material escolar que o ministro da Educação fornece às escolas de Brasília é o pior de qualidade. Para exemplificar, o giz, se a professora usá-lo, terá riscada a lousa. É pedra pura.
Com isto, as professoras são obrigadas a usar o dinheiro da Caixa Escolar para a aquisição de material da escola, inclusive material de secretaria. (CUNHA, 1964b, p.3).

Aqui a questão que se impôs ao gasto com materiais corriqueiros não aconteceu em virtude de sua falta, e sim da sua péssima qualidade. O jornalista ressalta que a utilização do giz, enviado pelas autoridades educacionais, causaria dano aos quadros da escola, sendo assim, a instituição decidiu que melhor faria se empregasse seus próprios recursos – da caixa escolar, para a compra desses materiais necessários.

De acordo com Santos (2019), pesquisadora que investigou o grupo escolar Júlio Bueno Brandão entre 1911 e 1930 e que para isso perpassou a constituição e funcionamento de sua caixa escolar, “a ideia da caixa escolar visava alterar uma realidade e possibilitar aquisições não só para o alunado, mas também para a escola” (SANTOS, 2019, p. 61). Podemos notar o mesmo acontecendo no sistema de ensino de Brasília, em que a caixa também é aplicada para além da assistência dos alunos pobres ou mesmo dos alunos em geral.

Temos posto então um sistema educativo baseado nas mais progressistas ideias, mas que contava com materiais de tão baixa qualidade que precisava ser substituído por outros adquiridos pela própria escola. Provavelmente em decorrência da necessidade do utensílio é que se resolveu usar os recursos que dispunha a caixa escolar, o que expõe a situação de que “a materialidade da escola e as disputas em torno dela permitem perceber como a escola e os projetos sociais e pedagógicos de educação da infância foram construídos discursivamente envolvendo diferentes sujeitos” (SOUZA; PERES, 2011, p. 46). O planejamento feito para o sistema educacional da nova capital se compunha de tudo o que havia de mais moderno e atual, porém na concretização das ideias a cultura material estava aquém do que outrora fora planejado, implicando na entrega, para as escolas, de materiais de tão baixa qualidade que eram inutilizáveis.

Não se passou muito tempo e a mesma situação volta às páginas do jornal. Nesta ocasião o jornalista responsável pela matéria a escreve praticamente como uma denúncia da situação em que se encontravam as escolas públicas de Brasília:

A conservação das escolas do Plano Piloto e cidades satélites é a pior possível, exceção feita às do Banco do Brasil, que são mantidas pelo próprio banco, como uma solução para o problema limpeza, ordem e boa estética. Nas demais, uma lástima. Persianas despencando, vidros quebrados, tacos soltos, sujeira nas paredes. Falta de verba. Agora, chegou à primeira das parcelas não se sabe quantas: Cr\$32.000,00 Trinta e dois mil cruzeiros. Não dá para nada. O material escolar está sendo adquirido pela caixa escolar. É que o fornecimento pelo Ministério era da pior qualidade. Para se citar, basta lembrar que o giz deveria ser molhado, levado ao forno, para poder escrever. Sem esta operação, apenas riscaria o quadro negro. (CUNHA, 1964c, p. 3)

Como se pode perceber a situação material da escola não melhorou mesmo depois da primeira notícia em que se falava da péssima qualidade dos materiais que o governo enviava as escolas, e que estas por sua vez estão dispendendo recursos das caixas escolares em virtude de tal situação. Agora o jornal torna a expor a situação pela qual as escolas do Distrito Federal têm passado. A primeira problemática que o jornalista aponta é a diferença entre as escolas que são mantidas pelo Banco do Brasil e as que não o são. A situação deixa claro que as escolas sustentadas pelo setor privado não apresentavam demandas urgentes quanto aquelas que dependiam do poder público, e que na realidade elas estavam sendo mantidas pelo Banco do Brasil

como uma solução ao desamparo nas questões de limpeza, ordem e estética. A matéria continua relatando que a verba para a compra e manutenção das escolas não está chegando até as instituições e quando chegam somam um valor ínfimo diante de tudo o que tem que ser feito, por fim aponta que os gastos com materiais e manutenção estão sendo cobertos pela caixa escolar.

Como os recursos da caixa eram os que estavam assistindo às escolas e garantindo que continuassem suas atividades, mais uma vez ratificamos a caixa escolar em Brasília como financiadora do próprio processo educativo como um todo. Assegurando os materiais mais básicos para o funcionamento das unidades escolares.

De acordo com Souza e Peres (2011), a partir da relação que se estabelece entre os recursos materiais da escola e os sujeitos do processo educativo (professores e alunos) é possível vislumbrar “projetos pedagógicos de escolarização da infância, métodos de ensino, dispositivos educativos, intenções educacionais, entre outros aspectos” (SOUZA; PERES, 2011, p.54). Como consequência disso, depreende-se das notícias que a comunidade escolar defendia o projeto educacional a ponto de se mobilizar em prol da causa, não permitindo, por eles próprios, a falta dos recursos materiais, recorrendo aos próprios meios para a manutenção dos prédios.

Ao mesmo tempo que entrevemos a caixa escolar se tornar uma prática indispensável dentro do sistema educativa do DF, podemos inferir que o estado ou negligenciava suas obrigações como financiador deste sistema educativo ou delegava implicitamente essa incumbência para os professores e pais das respectivas escolas. A situação em Brasília acaba por muito se assemelhar ao que acontecia do grupo escolar Júlio Bueno Brandão entre 1911 e 1930, em que “o Estado mineiro parecia ter instituído a caixa escolar para amenizar problemas financeiros da escola pública com base no apoio da sociedade civil, instada a contribuir para a causa da educação” (SANTOS, 2019, p. 62).

As mesmas situações continuam ocorrendo e o jornal noticia: “para que essas escolas funcionem, é preciso que as professoras retirem dinheiro da caixa escolar, que é contribuição dos pais, para comprar material, inclusive giz.” (CUNHA, 1964d, p.3). No artigo se fala das escolas da rede pública como um todo, o que deixa claro a

situação da falta geral de material pela qual o sistema educacional de Brasília atravessava. Mais uma vez, em mais uma notícia, a caixa escolar é apontada como a responsável por suprir as instituições escolares de materiais utilitários que se encontravam em falta.

Em todas as ocorrências que trataram dos usos da caixa escolar até aqui, o giz enquanto material essencial para o professor, à época, no exercício de função docente foi mencionado. O giz estava sendo fornecido pela caixa escolar, ou por estar em falta nas instituições ou porque os fornecidos a elas não eram adequados ao uso. Nesse contexto é possível inferir que o material em questão se apresenta como uma parte importante da cultura material escolar, sem o qual a prática docente ficaria senão impossibilitada, ao menos prejudicada. O que conseqüentemente afetaria diretamente o processo de ensino aprendizagem dentro das escolas, e como que em efeito dominó, o projeto pedagógico recém-implementado fundamentado nas ideias progressistas de Anísio Teixeira. Segundo Souza (2007):

A forma pela qual ao longo dos dois últimos séculos os professores e profissionais da educação estabeleceram a imprescindibilidade dos materiais escolares para a concretização das práticas educativas, justificando-os como condição do sucesso ou das dificuldades do trabalho docente, relacionando-os às efetivas possibilidades de renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional, é suficiente para perceber que a cultura material escolar não constitui tão-somente um construto do historiador, mas está enraizada na própria forma escolar de educação. Basta, para exemplificar, considerar alguns dispositivos definidores da escola como o quadro-negro, o caderno, o livro didático, a carteira ou as edificações escolares como várias salas de aula. (SOUZA, 2007, p.174).

Podemos considerar o giz, no contexto desta pesquisa, como um dispositivo definidor da escola, que de fundamental importância estava sendo propiciado pela caixa escolar.

Não só os matérias escolares fornecidos pela caixa permitiam que as escolas continuassem funcionando e tentando alcançar seus objetivos pedagógicos, outro fator também se fez essencial: a conservação dos espaços escolares. De acordo com Escolano (2001), “a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância” (ESCOLANO, 2001, p.26). Sendo assim também os espaços escolares estão imbricados das inovações pedagógicas e de escolhas

ideológicas. As escolas, mais especificamente seus espaços, devem ser considerados “como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p.26).

Conforme o Plano de Construções Escolares de Brasília, a preocupação com os edifícios e espaços escolares era significativa, pois que deveriam proporcionar todas as experiências necessárias a educação progressista traçada por Anísio Teixeira. Já no início do documento que norteou o sistema educativo é pontuado a importância da cultura material escolar para o projeto que nasceria:

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país.

Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem obrigações à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano consiste - em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário, como hoje já se está êste a chamar - num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social. (TEIXEIRA, 1961, p.195).

A cultura material escolar é então chamada a atender as particularidades com que o novo ensino seria dotado na capital. Porém logo que posto em funcionamento percebe-se que o que outrora fora planejado e escrito na prática encontrava obstáculos para se concretizar. Em notícia aqui já discutida no capítulo anterior, observamos que a comunidade escolar incluiu nas funções da caixa escolar a de “conservação da escola” (CUNHA, 1964a, p. 3). Adiciona-se, então, mais um emprego a ser feito dos recursos da caixa, que por ventura não se enquadram diretamente nem na categoria de atendimento ao aluno pobre, nem como algum tipo de emergência da instituição, que foram os usos que o secretário teria conferido à caixa escolar.

Em outra matéria, também aqui já discutida carregando diferente perspectiva, a jornalista ressalta que as caixas escolares em geral têm atendido a demanda de auxílio ao ensino, ajudando na conservação do prédio em que funcionavam as atividades escolares (JEAN, 1964, p.9). Até mesmo na prestigiada Escola Parque de Brasília, a caixa escolar era abastecida para também auxiliar a manutenção do prédio escolar, o que pudemos testemunhar através de um anúncio em que um filme seria ali exibido em nome da caixa e que já teria destino certo: concertos no auditório

(DISNEY HOJE NA ESCOLA PARQUE, 1967, p. 8). O uso feito do dinheiro da caixa escolar com a manutenção nos edifícios não escapou nem mesmo da menina dos olhos do plano de construções escolares, afinal, a Escola Parque em sua magnificência “ocupa uma área de 20544 m², com um conjunto arquitetônico de três edificações: o bloco principal, conhecido como o Pavilhão de salas de aula, o bloco do auditório e do das oficinas” (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.166).

De acordo com Pereira e Rocha (2011), “a estrutura material de que dispunha a Escola Parque, aliada à competência profissional dos seus professores, criou as condições necessárias para o desenvolvimento de um currículo ‘de participação’” (PEREIRA; ROCHA, 2011, p.171). Pode-se dizer então que a caixa escolar colaborou, no sentido do uso feito de seus recursos, para que o processo de escolarização fundamentado nos princípios pelos quais foi planejado se materializasse. O que fortalece o princípio de que se deve conceber de maneira articulada a escola e materialidade, se fazendo inviável a compreensão da escola, seus saberes e práticas, desconectados da cultura material (SOUZA; PERES, 2011).

Por fim, fica notório que a caixa escolar, em Brasília, esteve empregada na compra de materiais diversos de utilidade prática na escola, tal como material de limpeza e de secretaria, assim como também foi um recurso indispensável para a manutenção dos espaços escolares.

Porém, tais gastos não se enquadram como sendo de assistência ao aluno sem recursos materiais, e é de se colocar em dúvida que foram empregues na categoria de situações de emergência. A não ser que por situações de emergência as autoridades educacionais responsáveis pelo financiamento tanto dos materiais de uso cotidiano como para manutenção dos prédios, já contassem com esse recurso para cobrir despesas que eram de sua alçada. Esse fato, exposto no inovador sistema educacional de Brasília, corresponde em alguns aspectos ao cenário educacional do século XIX, quando revelado em pesquisa de França e Garcia (2021) que apesar da escola pública ser mantida pelo poder público, sua materialidade se fazia responsabilidade do professor (FRANÇA; GARCIA, 2021). No caso das escolas brasilienses, além dos professores os pais também contribuíram e ajudavam a administrar as caixas escolares, empenhando-se em abastecê-la. Talvez porque perceberam que necessitariam desses recursos para a manutenção de um bom ensino de seus alunos e filhos, o que resultou em muitos desvios para a aquisição de

materiais essenciais do dia a dia, como também em restaurações dos prédios escolares.

No entanto, a caixa escolar serviu a mais de um interesse, continuaremos a analisá-los, mas, agora, direcionando a atenção de seus usos feitos em função do lanche escolar e dos utensílios necessários para a sua preparação.

3.2 Caixa escolar aplicada para proporcionar a merenda escolar

Atualmente é bastante conhecida a expressão 'lanche escolar' no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal, porém nem sempre foi assim. No contexto da pesquisa (1960 – 1971) a alimentação fornecida pela escola era representada como 'merenda escolar' e assim retratada em todas as menções do jornal Correio Braziliense.

A oferta da merenda escolar entrou no cenário brasileiro apenas a partir do começo do século XX, de acordo com Pinho (2015), quando empreendeu uma investigação sobre a história, adesão e representações sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PINHO, 2015). Ainda em seu levantamento sobre o tema, pode constatar que foram as escolas de ensino profissionalizante as primeiras que receberam a merenda escolar financiada pelo governo federal, isso entre 1900 e 1930, em decorrência de uma comprovada relação, nessas instituições, entre o oferecimento da merenda e a melhoria nas condições de aprendizagem do público ali atendido (PINHO, 2015).

Em outra pesquisa empreendida por Besen (2017), que teve como objetivo a investigação de elementos da Campanha Nacional de Merenda Escolar nas escolas primárias do estado de Santa Catarina, revela que tal campanha foi criada em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura e que logo em seguida, em 1956, ela se tornou a Campanha Nacional de Merenda Escolar com abrangência de todo o território nacional (BESEN, 2017).

Stefanini (1998) soma à discussão e aponta que as primeiras manifestações da merenda escolar datam da década de 30 quando os estados ou municípios mais abastados foram se responsabilizando gradativamente do financiamento desta (STEFANINI, 1998). A investigadora do tema ainda aponta que

Na história da política nacional da alimentação, o que tivemos no Brasil, foi a apropriação pelo governo federal das experiências dos governos estaduais e municipais, bem como das próprias escolas através das Caixas, que custearam programas de merenda escolar desde o começo deste século. (STEFANINI, 1998, p.40).

Carvalho e Vieira (2008) revelam que há não muito tempo, a merenda dos alunos pobres era de responsabilidade da caixa escolar. Em quase todas as investigações sobre o trajeto histórico da merenda escolar no Brasil há alguma relação com a caixa escolar. Passemos, então, a investigar qual a relação estabelecida entre a caixa escolar e a merenda escolar em Brasília.

Na finalidade de estabelecer as práticas de financiamento da caixa escolar, foi possível observar a ocorrência de diversas matérias que relacionaram a caixa com a merenda, de ora em diante iremos nos aprofundar nos usos que foram feitos da caixa relacionados a alimentação oferecidas pelas escolas na capital.

A partir de 1960 já se tinha estabelecido no Brasil a Campanha Nacional da Merenda Escolar, que contava com o financiamento do governo federal assim como de municípios e estados, no entanto, o desenvolvimento do projeto não se deu de maneira linear e gradativa, houveram muitas discontinuidades em relação ao fornecimento da merenda às escolas (STEFANINI, 1998), evento que certamente atingira o novo Distrito Federal.

O sistema educacional de Brasília foi inaugurado juntamente com a nova capital, porém entrou em funcionamento bem antes, atendendo aos filhos dos candangos que vieram trabalhar na construção de Brasília. E mesmo assim em matéria de 1962 da coluna 'correio estudantil' é publicado que "a diretora, professora Maria Isaura de Albuquerque e Silva está satisfeita porque a merenda escolar, prometida de há muito, foi, finalmente, instalada este mês. É mantida pela Caixa Escolar" (JEAN, 1962, p. 6).

O acontecimento ocorrera na Escola Classe 106 e evidencia a fragilidade do sistema que mesmo após dois anos em funcionamento da data oficial de inauguração, não contados da data real em que as primeiras escolas foram estabelecidas em Brasília, ainda não se tinha uma política que garantisse a alimentação escolar de maneira regular e estável. É tanto que, segundo a diretora da escola, a implantação da merenda é um alívio, o que sugere que há tempos a comunidade ali estava lutando para que a alimentação escolar fosse instituída. É possível que os esforços

empreendidos fossem o de criar e manter a caixa escolar própria da instituição, e que a partir do momento em que se conseguiu estabilizar a caixa foi que a merenda escolar foi estabelecida e por ela continua sendo mantida.

Em outra notícia da mesma coluna, expõem-se que “todas as escolas classe que visitamos até agora já receberam açúcar da Fundação Educacional. Todas estão à espera de leite e farinhas diversas” (JEAN, 1962b, p. 9). No entanto, essa espera não poderia se prorrogar por muito tempo, uma vez que se assim acontecesse o dinheiro arrecadado para a caixa escolar nas organizações das festas juninas acabariam por serem empregues na compra de leite, desviando-se assim da sua finalidade original (JEAN, 1962b, p.9). A matéria continua e revela que “tratando-se de escolas que não podem ministrar ensino eficiente sem cuidar, antes, de uma alimentação mínima para seus alunos, pedimos que estas, pelo menos, recebam, desde já leite, nutrical, toddy etc” (JEAN, 1962b, p. 9). Com tais dizeres, o próprio jornal anuncia a importância da aquisição dos alimentos para a escola, uma vez que afirma que não é possível que um ensino bem-sucedido se efetive na falta de alimentação adequada aos estudantes.

A caixa escolar encontra, nas duas situações anteriormente expostas, lugar de destaque dentro do funcionamento diário das escolas: de proporcionar ou pelo menos de garantir que não lhes faltem a merenda escolar. É possível notar também, por detrás das notícias veiculadas pelo Correio Braziliense, o empenho e interesse social para que a merenda escolar se realizasse, isso pois que na primeira notícia a caixa escolar é posta como financiadora da merenda escolar na Escola Classe 106 e na segunda matéria ela não é a primeira responsável por garantir os insumos mas terá que o fazer se estes não chegarem, deixando de cumprir com outras de suas funções. Ora, por trás da caixa escolar temos os pais, professores e comunidade escolar em geral, se a caixa estava servindo como fonte para a aquisição dos lanches é porque havia uma concordância de que essa prática é primordial e essencial para o cotidiano da escola. Outro fator que deixa evidente a preocupação social com a merenda escolar, se dá pelo fato do próprio jornal – que apoiou por muitos anos o governo local e até federal (MORELLI, 2002), expor a situação de necessidade dos recursos e cobrar das autoridades responsáveis que cumpram seus deveres, elencando inclusive os itens mais essenciais.

Os recursos necessários à alimentação escolar são importantes elementos do cenário escolar assim como parte importante da cultura material, que por sua vez, consoante com Escolano Benito (2010), devem ser retratados como uma fonte imprescindível para a compreensão do passado das escolas em seus aspectos práticos e discursivos (ESCOLANO BENITO, 2010).

Intricada com a caixa escolar, a alimentação nas escolas compõe-se como prática e como tal é necessário elucidar que “não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência – um sentido inscrito nas palavras, nos gestos e nos ritos” (CHARTIER, 2004, p.18). Os esclarecimentos trazidos por Chartier (2014) abrangem perfeitamente a questão aqui discutida e mostram como a prática do uso da caixa escolar com a aquisição de insumos alimentícios emergem das representações que deram ensejo ao seu surgimento no cenário educacional de Brasília, quais sejam os de necessidade, de falta. Como não lembrar nessa situação da menina que desmaiou na Escola Classe 106 e foi levada as pressas ao hospital em que a causa do desmaio não era outra senão fome? Notícia marcante apresentada no primeiro capítulo. A prática do uso da caixa escolar na aquisição de alimentos ou de utensílios que facilitassem a preparação da merenda certamente tinham raízes nas representações da importância da alimentação nas escolas, e principalmente daqueles que só se alimentam no ambiente escolar, que foi o caso da menina que desmaiou o que explica a comoção social em torno de se realizar a merenda escolar.

Em outra circunstância e também em coluna diferente das notícias anteriormente investigadas, mas sobre o mesmo tema e em situações semelhantes, o periódico agora traz o seguinte cenário: o editorial do jornal recebeu um jornalzinho produzido pelas crianças da Escola Classe 308 denominado ‘candanguinho’ e então discute a atividade proposta, até que outro assunto emerge e a jornalista registra:

Quanto à voz da escola, que através de uma professora, explica com clareza o sentido do estudo, permitimo-nos um reparo, a propósito do pedido de colaboração à Caixa Econômica, que “está se responsabilizando pela merenda escolar até que cheguem gêneros do Ministério da Educação.” Está certo, evidentemente, que se procurem meios de dar a merenda que o MEC não dá. Porém, ultimamente, vemos, por toda parte, a Caixa empregada para fins que deveriam ser da Fundação Educacional e do MEC. E assim não sobra dinheiro para que esta caixa cumpra com suas funções básicas, ou seja, a ajuda àqueles que querem e não podem estudar em condições mínimas.

Não seria mais positivo lutar para obter as verbas que o governo deve, sem favor, às escolas-classes, mas lutar, mesmo, para poder dar cadernos, livros, sapatos e uniformes àqueles que, em algumas escolas, nem mais podem entrar porque chegam descalços, assim perdendo o ano de estudos essenciais sem que a culpa seja deles?

Muitos pais fazem esforços tremendos para pagar a mensalidade da Caixa que, nem sempre, é decidida por cada um em acordo com suas possibilidades individuais, tendo, certas escolas, decretado um mínimo que é preciso arranjar a qualquer maneira.

Não estamos falando da Escola 308 e sim de outras. À escola que publica o simpático “Candanguinho” só sugerimos a campanha em prol da entrega rápida de verba de merenda para que a Caixa possa cumprir e atender a finalidades outras que as que cabem ao MEC e assim resolver casos as vezes trágicos. (JEAN, 1968, p.6)

O primeiro argumento que daremos destaque é o de que provavelmente o jornal denominado ‘candanguinho’ distribuído pela escola esteja solicitando contribuições à caixa escolar, que na reportagem é primeiro mencionada como ‘caixa econômica’. Também, ao que parece, o jornal da escola explica a situação dizendo que a contribuição é necessária tendo em vista seu uso em prol da merenda escolar, que não está sendo fornecida, pelo menos não com regularidade, pelas autoridades competentes. Em decorrência desse evento a jornalista aproveita a questão para criticar a subversão do uso feito da caixa escolar de forma generalizada no sistema educacional da capital, deixando claro que ao invés da caixa estar sendo empregada na assistência dos alunos pobres, ela está sendo muito mais utilizada no financiamento de materiais que são de incumbência do governo.

É patente o emprego da caixa escolar na aquisição de insumos alimentícios, e que mesmo quando não era ela a principal financiadora da merenda cumpria, no mínimo, o papel de fundo reserva para eventuais necessidades, que não se deram se maneira tão eventuais assim. A reportagem volta a colocar em xeque a questão da negligência para com o financiamento dos recursos dentro do sistema educacional, comprovando novamente a importância do papel da caixa escolar em Brasília, mas também denunciando seu uso muitas vezes indiscriminado, não de forma intencional e sim em decorrência de como os eventos aconteceram no cenário educacional da capital.

Talvez que a regulamentação que o secretário anunciara, na prática não tivesse acontecido, pois que muitas faltas e necessidades se fizeram prementes, fazendo com que cada escola se constituísse como um caso diferente. Apesar das muitas insuficiências que as escolas tinham que complementar com os recursos da caixa escolar, é incontestável que os alunos mais necessitados fossem os maiores

beneficiados com tais usos. Isso porque eram esses recursos que, muitas vezes, não deixavam que faltassem alimentação e material. Em quase todas as matérias, mesmo que de maneira genérica, a responsabilidade da caixa com os alunos pobres é mencionada. Como quando a jornalista Yvonne Jean, em publicação feita na coluna 'correio estudantil', escreve esclarecendo que nas escolas primárias a caixa escolar ajuda não somente aos alunos pobres, mas também oferece móveis, fogão, louça entre outros às escolas (JEAN, 1965a, p. 9). Com a colocação: para além dos 'alunos necessitados', podemos entender que a caixa ainda tinha como objetivo principal a assistência dos alunos pobres, mas que para além desse dever era empregada com frequência na oferta de lanche e/ou de utensílios que tornassem possível sua preparação.

É incontestável que a caixa escolar possuía muitos encargos, o que nos faz problematizar se os recursos disponíveis eram suficientes para cumprir com todas as demandas apresentadas, sobre isso uma matéria informa:

Eis a questão. As diretoras não sabem se devem deixar as crianças sem a merenda escolar e dedicar a pequena verba ao material de ensino ou se deixam as crianças continuarem analfabetas, mas de barriga cheia...sim senhores porque a verba é uma só, e as senhoras diretoras que aquecem a inteligência para dividirem 1 por 2. Afinal são ou não são professoras? A merenda escolar que é fornecida pela Superintendência de Educação e Cultura do DF em convenio com o MEC limitaram ao leite em pó (que assim mesmo é dado pela Aliança do Progresso). O que quer dizer que açúcar, maisena, canjica, fubá outros produtos enlatados, bojões de gás, etc. tudo isso também deve ser providenciado pela diretora. (PROFESSORAS..., 1965, p. 2)

Conforme essa situação, a caixa escolar realmente estava sobrecarregada por ter que se dividir em muitas obrigações, em decorrência da falta de assistência governamental. Mais uma vez se verifica a responsabilidade pública ser lançada nas mãos de professoras, que em contrapartida promovem festas, bailes, eventos entre outros artifícios para manterem sempre as caixas escolares abastecidas para casos como estes. Ainda assim, para esta instituição faltavam recursos, e nem mesmo a caixa escola estava preparada para tantos gastos não programados.

Ainda que as escolas estivessem abastecidas com mantimentos destinados ao oferecimento da merenda escolar, a caixa escolar aparece intimamente relacionada com a viabilização da sua oferta. Tal relação permanecia em decorrência do

aproveitamento dos recursos da caixa para a compra de utensílios necessários à cantina, e como consequência necessários ao preparo da merenda escolar.

Exemplo dessa situação é a notícia divulgada pelo jornal afirmando que o presidente da caixa escolar da Escola Classe 114 havia levantado considerável quantia para a aquisição de utensílios como panelas, canecas, louça e talheres com o propósito de favorecer o preparo da merenda escolar naquela instituição (JEAN, 1962e, p. 9). É importante esclarecer que os utensílios aqui mencionados nos indicam como eram constituídas as cantinas das escolas, o que se precisava para o preparo da merenda, que não se distancia muito dos que são utilizados atualmente, mas também são reveladores das “relações sociais e como parte da cultura material atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas, o que confere aos objetos um significado humano” (SOUZA, 2007, p.169). Quando um pai de aluno, que também preside a caixa escolar, age em prol da aquisição de diversos materiais, até então inexistentes na escola, que são necessários ao preparo da merenda escolar, nos aponta o quão importante essa prática se apresentava no contexto delineado. Essa situação acaba reforçando a noção que é concebível fazer das representações sobre a alimentação das escolas, logo, também das práticas que se fizerem despontar para a garantia de tais recursos ao alunado.

Em outro episódio, a trama é a mesma: pais se organizam na promoção de eventos que resultem em recursos para a caixa escolar, os quais possibilitariam a compra, entre outras coisas, “de talheres e tudo que era necessário para servir um lunch diário simpático” (JEAN, 1962c, p. 9). A atuação da comunidade no esforço para munir a caixa escolar de recursos, os quais, em muitas ocasiões, seriam utilizados na compra de acessórios e utensílios que permitissem a preparação do lanche diário, demonstra claramente a relação humana com o mundo material, pois de acordo com Souza (2007) é importante que esse movimento se faça para que se atente para as representações, valores, significados e as apropriações feitas da cultura material.

Em Brasília, mesmo que o lanche e os utensílios necessários ao seu preparo constituíssem compromisso do governo (local ou federal) para com as escolas, quando esse não o fazia, faltando com sua obrigação, era a comunidade por meio da caixa escolar que garantiam o fornecimento dos insumos. Não que fosse fácil ou simples, pois conseguimos acompanhar a quantidade e diversidade de eventos promovidos pela comunidade escolar para que as caixas não ficassem

desamparadas. Sendo possível inferir que quando os recursos da caixa escolar eram desviados para outras finalidades não previstas, alguma lacuna se formava nas demandas do cotidiano escolar.

Outra questão que nos salta aos olhos é o oferecimento do lanche a toda comunidade escolar, sem distinção, nas escolas de ensino primário da rede pública do Distrito Federal. Prática que difere de outras caixas escolares, como por exemplo da caixa do grupo escolar Barão do Rio Branco (MG), que teve seu emprego investigado por Bahiense (2013b) e que observou a partir dos relatórios referente ao ano de 1915, em que revelava que uma das funções do aparato era o de fornecer merenda ao alunos notoriamente pobres. Em relação ao sistema educacional de Brasília não se encontrou nenhum indício de que a merenda fosse oferecida somente aos alunos mais necessitados, estendendo-se a toda a comunidade escolar, mesmo quando a alimentação dentro das escolas fosse totalmente promovida pela caixa escolar.

Por fim, pode-se constatar que a caixa escolar possibilitou tanto o preparo quanto a aquisição de insumos para o oferecimento da merenda diárias nas escolas primárias da capital.

Até aqui se pode perceber que as utilizações feitas da caixa escolar foram em favorecimento de toda a comunidade escolar, por assim dizer, pois empregada na manutenção de espaços escolares, aquisição de materiais utilitários, compra de insumos alimentícios e de utensílios para a constituição de cantinas escolares; todos os alunos eram beneficiados. A partir de agora, a utilização da caixa também contemplará os alunos em suas individualidades, portanto a fim de nos aproximarmos de todos os usos feitos da caixa escolar, regataremos e acrescentaremos matérias jornalísticas que comprovam o emprego dessa instituição na aquisição de uniformes e materiais didáticos.

3.3 Aquisição de materiais didáticos e uniformes por intermédio da caixa escolar

A aquisição de uniformes escolares para alunos desfavorecidos através da caixa escolar é uma ocorrência que aparece em todas as dissertações listadas sobre

o tema e também na tese identificada sobre o assunto. Fato esse que corrobora com Ribeiro e Silva (2012) quando apontam que a garantia do uniforme era tratada como um dos itens de maior importância dentre as estratégias de auxílio para a permanência de alunos na escola no decorrer de grande parte do século XX (RIBEIRO; SILVA, 2012).

O uniforme e os materiais didáticos como parte da cultura escolar se constituem, como bem aborda Escolano Benito (2010), em objetos que possuem um poder de relato e servem como materiais que por sua vez fundamenta a construção histórica. Assim sendo, converte-se em textos que podem ser interpretados de acordo com os conteúdos que se associam. Será essa empreitada que buscaremos alcançar, o liame entre a caixa escolar e o uso dos uniformes e também com relação a aquisição dos materiais didáticos, para assim nos aproximarmos da cultura, dos objetivos e das práticas que ocorriam em relação à educação nos anos em questão investigados.

Os uniformes pertencem a um sistema de representação que atravessa os sistemas de educação e como tal precisam ser examinados (RIBEIRO; SILVA, 2012). Em se tratando das instituições de ensino do Brasil, o estabelecimento do uso do uniforme se fez em íntima relação com a ampliação da rede educacional e se tornou componente essencial na constituição das instituições escolares que primavam pela igualdade de oportunidade (RIBEIRO; SILVA, 2012), o que certamente se fazia como meta no sistema educacional de Brasília.

Ainda de acordo com Riberio e Silva (2012), é com o estabelecimento da República que o uso do uniforme é estipulado e organizado com maior energia, pois acabaram se tornando uma marca de normatização necessária a um sistema educacional que se baseava na educação igualitária para todos (RIBEIRO; SILVA, 2012).

Em matéria do Correio Braziliense, a jornalista Yvonne Jean, ao discorrer sobre os objetivos aos quais serviriam o uso do uniforme, endossa o que até aqui foi discutido se utilizando das seguintes palavras:

O uniforme escolar foi adotado, nas escolas públicas e particulares, como um instrumento de democratização destinado a impedir as visíveis diferenciações sociais entre meninas ricas e playboys em potência, que variavam diariamente roupas luxuosas, e jovens cujo modéstia parecia, em comparação, extrema pobreza. Além do mais, o uniforme dá aos colegiais um espírito de classe e de equipe, ligando-os à escola e aos companheiros ao mesmo tempo que afasta muitos interesses extraescolares e prematuros. (JEAN, 1965a, p. 10).

Os argumentos utilizados pela jornalista demonstram que o uniforme em Brasília era percebido como uma forma de democratização, limitando as chances de que alunos e alunas fossem caracterizados por suas vestimentas. Apesar da lógica de igualdade e democratização que se apresentava na utilização do uniforme escolar, outras questões emergiam antagônicas a tais princípios. Isso porque quando sua utilização foi tomada como obrigatória, de acordo com Silva (2007), os uniformes se tornavam condição *sine qua non* para o acesso às escolas, o que muitas vezes obstava a entrada de crianças pobres que não tinham condição de comprá-lo (SILVA, 2007).

Mesmo que existissem as caixas escolares que assistissem aos estudantes pobres na compra de materiais e uniformes, muitos deles ainda ficavam desamparados pela falta de recursos que as caixas apresentavam (SILVA, 2007). Situação que fica registrada na pesquisa desenvolvida por Thomé (2017) em sua investigação sobre os professores e professoras do Grupo Escolar de Diamantina, Minas Gerais entre os anos de 1907 e 1909, nela a caixa escolar do grupo tinha seus gastos direcionados a compra de uniformes para o alunos pobres e também de materiais para as aulas, no entanto após cinco meses em funcionamento, o autor consegue identificar através da análise e tratamento de documentos relacionados a educação à época, que a caixa escolar não estava conseguindo fornecer aos alunos pobres (que eram a maioria) materiais como: papel, penas e tintas. Sendo assim, as autoridades locais passaram a prover recursos mensalmente à caixa escolar com o objetivo de adquirir roupas e materiais necessário aos alunos pobres (THOMÉ, 2017).

Em outra pesquisa, empreendida por Alves (2015), é exposto que na terceira reunião após a criação da caixa escolar das Escolas Reunidas Sant'Anna do Paranyba, Mato Grosso, que se deu em 1936, têm-se o registro de 44 alunos beneficiados pela caixa com uniformes e livros escolares, do total de aproximadamente 80 alunos (ALVES, 2015), demonstrando a elevada quantidade de alunos que necessitavam da assistência da caixa.

Desse modo, Silva (2007) afirma que “o uso dos uniformes escolares não realizava suas intenções, não igualava os ricos e os pobres. As escolas públicas exigiam o uso dos uniformes escolares e recebia somente as crianças cujas famílias

podiam pagá-los (...)" (SILVA, 2007, p.78). A autora ainda aponta que apesar da caixa escolar ajudar na aquisição desses materiais para os alunos pobres, ela muitas vezes tinha que selecionar entre eles quem iria ser beneficiado, pois não possuíam recursos para atender a todos aqueles que precisassem. Esse fato fez com que a conversão do uniforme como obrigatório provocasse a exclusão de muitos alunos sem recursos para a compra das vestimentas. Para além da exigência do uniforme, ainda se tinha a exigência de sapatos e também do material escolar que acabavam dificultando a presença das crianças menos favorecidas financeiramente nas escolas (SILVA, 2007).

Em Brasília, a situação não se deu de forma muito diferente e a realidade apresentada pode ser aqui testemunhada pelo jornal diário através da jornalista Yvonne Jean quando narra a situação de uma criança de origem humilde que fora advertida pela professora, que caso não fosse a escola devidamente uniformizada, esta por sua vez não poderia mais frequentá-la (JEAN, 1968), diante do caso a redatora se posiciona dizendo:

E pergunto a esta professora de um bairro pobre, que não cito hoje na esperança de que estas linhas captem sua intenção e talvez a façam mudar de atitude, pergunto a esta professora para que serve a caixa escolar. Não será umas das finalidades de toda caixa escolar de providenciar sapatos e uniformes para aqueles que deles precisam? Não terá a caixa escolar sido criada, em primeiro lugar para ajudar discretamente aqueles que não estão em condições de comprar roupas e cadernos essenciais? Digo discretamente porque se todos, sem exceção, devem contribuir, seja com 10 cruzeiros velhos, para que não haja discriminações, aqueles que precisam de ajuda devem ser apoiados também de modo a não diferenciá-los dos companheiros, com justiça, sim, mas também com tato.

Em vez de decretar, drasticamente que uma criança que quer e deve estudar, não entrará mais na escola por não possuir uniforme, é preciso, após o devido inquérito (e este comprovaria o quanto a criança em questão merece ajuda) dar-lhe este uniforme. E, até lá, não há mal nenhum em deixá-la entrar no prédio com seu vestidinho caseiro, há que, no caso, é limpo e decente. Uniforme foi feito para evitar shows de moda por parte dos mais afortunados e desleixo por parte dos mais necessitados. Só. Num caso como o que acabamos de descrever, o importante é encorajar quem faz questão de estudar, faz questão de dar sua contribuição à caixa escolar e, evidentemente, merece todo apoio. (JEAN, 1968, p. 6).

O caso assinala que verdadeiramente a caixa escolar não dava conta de assistir a todos aqueles que dela precisavam, apesar de como a notícia atesta todos para com ela contribuírem. A jornalista também deixa claro a função da caixa escolar

em Brasília de oferecer uniforme e sapatos aqueles que não tem condições de comprá-lo, e que esta seria sua atribuição mais importante. No entanto, na realidade constatada o previsto não estava sendo realizado, e na falta da assistência da caixa escolar o que se verificou foi a utilização do uniforme como elemento que poderia destituir o direito de a criança frequentar a escola.

Em outro caso, o jornal atesta a preocupação que a escola IAPFESP carregava de fornecer uniforme e material aos alunos através da caixa escolar, registrando que os recursos angariados através de um bazar seriam empregues na compra de sapatos e materiais para os alunos que deles necessitassem (JEAN, 1962b, p.9). Nesta ocasião se apresenta o fato de que tanto uniformes como materiais didáticos eram dirigidos apenas aqueles que por eles não podiam pagar. Diferentemente da forma com que se apresentou a disponibilização das merendas escolares, que não comportavam diferenciação, além também do emprego dos recursos da caixa escolar na preservação e manutenção dos prédios e aquisição de materiais necessários ao bom funcionamento das escolas, que, evidentemente, beneficiava a toda comunidade escolar. Tal indicação se assemelha com a bibliografia nacional sobre o tema, em que a caixa escolar usualmente subsidiava uniformes e materiais somente aos alunos pobres.

Em outra matéria, se torna notório o fornecimento individual dos materiais ora analisados, quando mencionam que “muitas organizam festas juninas no intuito de arrecadar dinheiro para a caixa escolar, para poder comprar estantes, livros e utensílios que lhe faltam e uniformes e material escolar para os alunos menos privilegiados” (JEAN, 1962b, p. 9). O oferecimento de uniformes e material escolar somente seria feito aos alunos em condições financeiras desfavoráveis e talvez nem a todos eles.

Na Escola Classe 114, a caixa escolar também estava servindo para proporcionar uniformes e materiais às crianças que deles precisassem (JEAN, 1962g, p. 9). Na Escola Classe nº1 da Vila Planalto acontecia o mesmo, a partir da arrecadação de eventos festivos, a caixa escolar facilitava a compra de uniformes, sapatos e materiais didáticos para os estudantes que não possuíam recursos para a aquisição de tais apetrechos (JEAN, 1962c, p.9).

Quando abordamos os materiais didáticos, nosso foco é redirecionado aos utensílios entre outros objetos que servem como suporte para as práticas que se deram no mundo escolar, mesmo que as vezes sejam vistos como naturais ao espaço, sem grande importância, são eles que servem de instrumentos intermediários da prática pedagógica e também se constituem como recursos basilares para o bom funcionamento das escolas (SOUZA, 2012).

Uma notícia sobre a Escola Classe nº 05 de Taguatinga consegue entregar um pouco de como se deu a forma de organização das atividades pedagógicas da instituição e sua relação com a caixa escolar. No periódico é narrado sobre um concurso de desenho e pintura na instituição com os alunos do ensino primário. Para que esse concurso fosse possível, a caixa escolar foi quem financiou os materiais para a confecção dos quadros artísticos. A matéria prossegue e revela que na instituição a caixa escolar possui fundos para subsidiar projetos e iniciativas como essa (ESCOLA-CLASSE Nº5, EM TAGUATINGA, PROMOVE COM ÊXITO CONCURSO DE DESENHO E PINTURA ENTRE OS SEUS ALUNOS, 1963, p. 11).

Os alunos do ensino primário de Taguatinga puderam, então, participar de um concurso de artes, construindo um quadro, para o qual certamente necessitariam de materiais como o próprio quadro, tintas, pincéis e/ou outros utensílios, que somente foi possível de acontecer em decorrência dos meios que a caixa escolar possuía. Neste cenário a caixa promove materiais didáticos específicos para um determinado projeto na escola e segundo o entendimento que se fez da matéria, os recursos foram proporcionados a todos os alunos. O redator ressalta que a caixa escolar daquela instituição já previa gastos com projetos dessa natureza, o que indica que naquela escola era uma prioridade que se tivesse dinheiro em caixa para proporcionar atividades pedagógicas específicas que envolvessem a compra de materiais didáticos singulares.

O termo material didático, aqui está empregado no sentido de designar materiais que utilizados por professores e alunos facilitam e apoiam o processo de ensino e aprendizagem, mais especificamente no contexto apresentado são os recursos endereçados aos alunos para um melhor desenvolvimento durante as aulas. O uso de recursos diversos dentro da sala de aula com o objetivo de tornar o processo

educativo mais palpável, mais eficaz e eficiente é uma inquietação que acompanhou o Brasil no decorrer de sua história educacional (FISCARELLI, 2007).

Vemos essa preocupação atravessar o sistema educacional primário de Brasília, formando uma ligação entre a caixa escolar e o provimento destes materiais que eram necessários, mas que não encontravam caminhos para chegar até as instituições escolares. De acordo com Fiscarelli (2007):

Historicamente, o uso de materiais diversificados nas salas de aula, alicerçado por um discurso de reforma educacional, passou a ser sinônimo de renovação pedagógica, progresso e mudança, criando uma expectativa quanto à prática docente, já que os professores ganharam o papel de efetivadores da utilização desses materiais, de maneira a conseguir bons resultados na aprendizagem de seus alunos (FISCARELLI, 2007, p.1)

Para Pereira e Rocha (2011), Anísio Teixeira deixava explícito que seu propósito com o sistema de ensino de Brasília era construí-lo de escolas ajustadas à sociedade moderna, se fazia necessário “uma escola comum para todos – a escola primária – para ensinar a ler, escrever e contar, conhecimentos esses que se tornaram imprescindíveis para o próprio trabalho” (PEREIRA, ROCHA, 2011, p. 36).

Somando os fatos tínhamos um projeto grandioso que contava como as escolas de ensino primário como elemento central, que por sua vez indubitavelmente necessitariam de recursos para cumprir com todas as representações construídas do sistema educativo da capital. Professores certamente preocupados e empenhados com a efetivação de uma educação de qualidade e progressista, buscando atingir bons rendimentos para com seus estudantes. No entanto, no decorrer do processo de implementação e desenvolvimento das atividades, as escolas primárias perceberam que para que fosse possível o desenvolvimento de diversas atividades, elas necessitariam de recursos, que em muitos casos foram encontrados na prática da caixa escolar.

Em determinada situação, já passado do início do ano letivo, os materiais escolares fornecidos pelo governo tardaram a chegar, o que fez as professoras da rede de ensino acharem que devido ao atraso, os materiais chegariam todos juntos, não foi o que aconteceu e o jornal condenando o descaso das autoridades discorre observando que os materiais para os alunos em geral está sendo feito com os

recursos da caixa escolar, além de serem complementados por recursos proveniente das próprias professoras (PROFESSORAS..., 1965, p. 2). A caixa escolar e as professoras estavam promovendo a compra de papéis em que são feitas provas e também cópias de atividades além de também estarem fornecendo materiais didáticos próprios do Método Global (metodologia utilizada para alfabetização) e outros recursos para o desenvolvimento da coordenação motora e audiovisual. (PROFESSORAS..., 1965, p. 2).

É nítido observar que as professoras em questão foram colocadas em posição de efetuar o processo de ensino aprendizagem nos termos propostos para o ensino de Brasília, porém sem lhes disponibilizarem os materiais suficientes e necessários a este processo. O sistema de ensino estava funcionando, as aulas acontecendo e as professoras dispostas a trabalhar. A falta dos materiais didáticos pode ter prejudicado, mas não inviabilizou a educação que acontecia nas escolas, uma vez que a caixa, mais uma vez, foi empregada para a promoção de materiais didáticos.

É relevante notarmos que a falta dos materiais didáticos poderia excluir as crianças sem condições de o adquirir da escola, corroborando com Silva (2007) quando afirma que não foi só a obrigação do uso dos uniformes que causou a supressão dos alunos pobres das escolas, mas também a exigência de sapatos, do material escolar e do transporte (SILVA, 2007). Podemos observar duas situações acontecendo em Brasília: a falta do material e uniforme individual e a falta de materiais gerais. A falta do material utilizado por todos é um empecilho para o desenvolvimento das aulas e do bom funcionamento da escola como um todo, porém chega a ser mais igualitário, pois quando falta para um, conseqüentemente falta para todos. No entanto quando falamos de uniformes, sapatos, materiais didáticos de uso individual, estes no momento em que estão em falta dão grande visibilidade aqueles que não os possuem.

Apesar da caixa escolar ter servido de grande auxílio em casos individuais, auxiliando alunos na compra de uniformes e materiais, foi possível constatar que a caixa contava com uma grande demanda o que pode ter prejudicado sua função de auxiliar em primeiro lugar os estudantes sem condições. Essa situação pode ser observada em uma longa matéria feita por Yvonne Jean na coluna “o ensino dia a dia” em que a jornalista começa a discussão colocando em xeque a questão do uso do

uniforme e prossegue fazendo observações sobre a exigência também de sapatos da cor preta:

OS SAPATOS PRETOS

O professor (ou a professora, minhas informações foram dadas por mães analfabetas e semianalfabetas e se garanto as grandes linhas não tenho muita certeza quando aos detalhes) de uma escola do Gama (que chamaram de 'grupo 4') deu um prazo – o dia 24 de maio- para que todos os alunos viessem com uniforme completo inclusive sapatos pretos. A maioria dessas crianças – acredito que seja a totalidade – só possui um par de sapatos. Ou pretos, ou marrom. Como exigir de pessoas modestíssimas a compra, aliás impossível, de um segundo par de sapatos em data determinada que nem é fim de mês? Nem falamos de todas as outras exigências.

REPAROS DA JORNALISTA

Espero que no intuito de ajudar pessoas que querem filhos mais instruídos de que elas não as prejudique! Notei que quando comecei a bombardear as mães encontradas por acaso, de perguntas e quando desconfiaram de que não se tratava tão somente de uma 'conversa fiada', fecharam-se, calaram-se, deixaram de cooperar com o evidente receio de prejudicar os filhos ou provocar sua transferência ou, até expulsão da escola onde tão penosamente conseguiram uma vaga! (JEAN, 1965a, p. 10).

O trecho trata de uma escola localizada no Gama, situada a aproximadamente 35 quilômetros do centro da capital. O que nos leva a lembrar que as regiões ao redor de Brasília foram formadas justamente por pessoas que não tinham condições de residir no centro, e por isso foram colocadas a sua margem. A jornalista que capta as informações na porta de um colégio conversa despretensiosamente com mães que por ali estavam e percebe a preocupação que carregavam na dúvida de como conseguiriam comprar o uniforme, ou talvez os sapatos, ou mesmo ambos para que seus filhos não ficassem impedidos de terem aula. De acordo com Silva (2007), de todo o traje escolar, o sapato era o que mais alto valor tinha, especialmente no início de 1930, pois o sapato era muito raro, no Brasil nem era costume da população rural utilizá-lo, até porque poucos lugares o fabricavam (SILVA, 2007). As professoras e/ou professores da escola em questão, com a orientação dada sobre o uso de uniformes e sapatos podem ter por ventura afastados alunos que não tivessem condições de adquirir o calçado e que também não foram atendidos pela caixa escolar, o que demonstra a fragilidade do incipiente sistema de ensino. Outra questão que chama atenção é o receio que as mães das crianças sentiram quando perceberam estar

sobre uma espécie de investigação, receio este que a jornalista diz poder partir do medo de perder a vaga da filha ou filho, que ao que parece não foi nada fácil de conseguir.

Essa sequência de fatos expõe que o sistema de ensino estava acomodando com dificuldades os alunos em suas escolas, e que depois da difícil batalha para se conseguir uma vaga na instituição, certo empecilhos apareciam como que para impedir, principalmente, as crianças de origens pobres de estudar, exigindo-lhes condições que não poderiam arcar, e sem lhes oferecer algum auxílio para isso.

À guisa de conclusão podemos juntar algumas peças do quebra-cabeça que foram os usos que a caixa escolar adquiriu em Brasília, concluindo que em parte muito se assemelhou aos usos empregados em muitas outras cidades brasileiras durante o século XIX e XX. Como de acordo com a bibliografia sobre o assunto, a caixa escolar na capital tinha como principal função, que foi repetidamente escrito nas páginas do jornal, a de amparar os alunos pobres, responsabilidade esta que foi ratificada pelo secretário de educação quando anunciou que 60% dos recursos da caixa escolar deveriam ser empregues na assistência de alunos ‘necessitados’ e os outros 40% em ‘emergências’.

Apesar de mais da metade dos recursos serem destinados à assistência direta aos alunos com menos condições, a ordenação e classificação das matérias jornalísticas expôs que praticamente todos eles pagavam a caixa (o que difere do restante dos estudos sobre a caixa no país). Porém nem todos eram atendidos, o que resultou em escolas divididas entre empregar os recursos que tinham na compra de merenda e ficarem sem material didático ou então adquirir os materiais didáticos necessários e deixarem as crianças de barriga vazia. Também aconteceu casos de crianças desmaiando na escola de fome, crianças chorando sem saber o que fazer para conseguir um uniforme e não serem barrados na entrada da escola, mães e pais preocupados com a impossibilidade de adquirirem os sapatos requeridos por professores e professoras, enfim, inúmeras situações que demonstraram a vulnerabilidade do estudante de classe pobre.

Sobre o restante dos 40% da utilização da caixa com questões de ‘emergência’ é um pouco mais complexo de compreender, uma vez que em reiteradas ocasiões o

jornal denunciava o estado precário com que as escolas estavam funcionando e contavam com a caixa escolar para continuarem suas atividades. Essas situações foram observadas sobre o lanche, sobre utensílios para o preparo do lanche, sobre utensílios de uso corriqueiro pela instituição, também para o reparo e manutenção dos prédios escolares entre outras ocorrências.

Diferentemente das circunstâncias de outros estados, em que os jornais locais serviam como instrumento do governo para a sensibilização da população em prol da caixa escolar, o jornal *Correio Braziliense* cobrava energicamente soluções do estado a favor da população, condenando o desvio da caixa escolar para funções que não eram do seu alcance. Tal fato suscita a representação de que para a comunidade em geral não seriam essas as emergências em que a caixa deveria estar a serviço, mas que talvez, para o governo local, essas fossem exatamente as 'emergências' enunciadas pelo secretário de educação, tendo em vista seu conhecimento sobre o estado das coisas à época.

Santos (2019) afirma que o grupo escolar Júlio Bueno Brandão se consolidou na dependência da inter-relação do poder público com a iniciativa privada, uma vez que somente com o permanente diálogo com a comunidade o grupo conseguiu firmar condições materiais para o seu contínuo funcionamento, através da garantia de mobiliário, material didático entre outros (SANTOS, 2019). Pode-se traçar semelhanças entre o grupo escolar mineiro e o inovador e progressista sistema educacional de Brasília, visto que este último contou com muitas escolas que dependiam da caixa para alimentar seus alunos, dependiam da caixa para manter o prédio funcionando, dependiam da caixa para terem material didático em sala de aula e tantos outros recursos que asseguraram sua sobrevivência funcional.

É possível afirmar que a caixa escolar em Brasília foi responsável por proporcionar muitos materiais que tornaram o ensino possível, que por sua vez possibilitaram compreender a forma como que o processo de escolarização no ensino primário ocorreu na primeira década de funcionamento, ao menos em linhas gerais. Nos atentando sempre aos princípios de que "não há verdades nos documentos, não há histórias reais, há representações das vivências das experiências, dos acontecimentos sociais e culturais" (SOUZA; PERES, 2011, p.52)

Finalmente, a cultura material em Brasília, na década de 60, reafirma a pesquisa empreendida a respeito da materialidade escolar em cinco diferentes estados brasileiros, em que fica manifesto a seguinte conclusão:

Do discursos da necessidade de um aparato material moderno e suficiente, de responsabilidade do Estado, à inexistência e precariedade desses materiais largamente anunciadas nos documentos pesquisados, a cultura material esteve no cerne da institucionalização da escola brasileira e foi cenário no qual coexistem esses dois discursos de aparente contradição: por um lado, anunciava-se a imperativa necessidade de dotar as escolas dos melhores e mais atualizados objetos materiais, sem os quais o projeto de escolarização da população estava ameaçado; por outro, o discursos – via de regra advindo de pessoas ligadas diretamente à escola, diretores e professores – da ausência, da insuficiência ou da precariedade desses materiais (SOUZA; PERES, 2011, p.62 – 63).

Na capital ficou comprovada a existência do discurso da necessidade de materiais e de prédios modernos que amparassem o processo de ensino aprendizagem, que se daria em tempo e de forma integral com o objetivo de capacitar o educando para o trabalho e para a vida em sociedade. No entanto, a falta de diversos recursos necessários ao êxito do projeto colocou em evidência a dualidade em que o sistema de ensino de Brasília se construiu: discurso, planejamento *versus* concretização e prática. A cultura material proporcionada pela caixa escolar foi um elemento essencial para a compreensão do modo como se deu a formação e avanço deste sistema de ensino.

CAPÍTULO 4 – A CAIXA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO EM BRÁSILIA SOB PERSPECTIVA HISTÓRICA – UM MINICURSO

Após os esforços empreendidos em favor de elucidações a respeito da caixa escolar nos seus primórdios em Brasília, verificou-se a necessidade da propagação do conhecimento obtido, principalmente na área da educação. Dessa forma o produto técnico desta pesquisa será um minicurso sobre a caixa escolar do ensino primário na capital entre os anos de 1960 e 1971, com carga horária de 10 horas, a ser ministrado em três encontros presenciais. O público alvo serão professores de educação fundamental I da secretaria de educação do Distrito Federal. A proposta está apresentada a seguir:

Título do Minicurso:

A caixa escolar no ensino primário em Brasília sob perspectiva histórica.

Resumo da proposta:

Pretende-se, por meio deste minicurso, dialogar sobre o percurso histórico da caixa escolar na primeira década de funcionamento do sistema de ensino de Brasília; discutir os conceitos de representação e prática; e apresentar os contextos de emergência, de financiamento e dos usos feitos da caixa escolar a partir das notícias veiculadas no jornal diário Correio Braziliense entre 1960 e 1971.

Justificativa:

Faz-se necessário a difusão dos saberes históricos sobre as práticas educativas que aconteceram em Brasília. Apesar da caixa escolar ter sido adotada ainda no período imperial, de ter sido empregue largamente na República e de preceder diversas práticas que acontecem ainda nos dias atuais; no universo da educação ainda é pouco discutida. Exemplo claro desse fato é o de que não há investigações sobre a caixa dentro do sistema de ensino de Brasília, o que resulta em uma lacuna que começa a ser preenchida.

A caixa escolar é um aparato criado para, principalmente, subvencionar a permanência de estudantes pobres dentro da escola e sua configuração se adapta a

diferentes espaços e a diferentes períodos. É um dispositivo que surgiu ainda no Império e utilizou-se de modelos europeus. Foi resgatado no início da República como ferramenta inovadora para garantir o projeto de educação e de nação do Estado (BAHIENSE, 2014). O funcionamento das caixas ocorria da seguinte maneira: geralmente regulamentada pelos estados e a partir da comoção da sociedade em prol da universalização da educação primária no País, doações e mensalidades seriam pagas às escolas que constituindo a caixa escolar garantiriam vestuário, materiais e em alguns casos merenda, entre outras necessidades das instituições.

De acordo com a historiografia recente, as caixas escolares são comumente caracterizadas como uma associação escolar e a despeito das modificações sofridas até mesmo em torno da nomenclatura usada, persistem no tempo e no espaço até os dias atuais. No Distrito Federal esse mecanismo se desdobrou nas Associações de Pais e Mestres (APM), reconhecida como um órgão de integração entre as escolas e comunidade.

Com isso, é imperioso que a presente pesquisa seja levada para conhecimento dos próprios professores que hoje constituem o que ontem fora o inovador e inédito sistema de educação, planejado por Anísio Teixeira, para uma capital que nascia com pretensões nunca antes vistas para o país. De acordo com Galvão e Lopes (2010):

O estudo da história proporciona uma experiência semelhante àquela que obtemos quando viajamos para um lugar que ainda não conhecemos. Nos dois casos, deparamos com o “outro”, algo distante de nós no tempo e no espaço. Esse encontro nem sempre causa uma mudança no olhar do estudioso da história ou do viajante – tornando-o menos etnocêntrico, por exemplo. No entanto, o contato com o que é diferente pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compressão de si e da própria cultura. Ele nos mostra o quanto somos universais e, ao mesmo tempo, particulares. (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 11).

Assim é importante discutir e compreender práticas que antecederam as atuais, posto que elas podem provocar uma percepção mais abrangente e consciente, visto que as Associações de Pais e Mestres (APM), hoje em funcionamento nas escolas públicas de Brasília, muitas vezes, opera e desenvolve suas atividades de forma bastante similar ao que aconteceu com a caixa escolar nos primeiros anos da cidade.

O desvelamento sobre as origens, motivos pelos quais foram empregadas, os usos feitos e até mesmo as práticas de financiamento envolvidas na configuração da caixa escolar podem esclarecer e levar a uma maior compreensão da totalidade do cenário educacional. Ocasionalmente, por vezes, similitudes e rupturas. Alguns conceitos importantes perpassam o estudo empreendido, como o de representações, práticas e também o de cultura material. A compreensão de tais noções contribuirá para um melhor entendimento da cultura escolar local.

A forma com que seu deu a configuração da caixa escolar em Brasília foi analisada e interpretada a partir das matérias jornalísticas que a contemplavam, uma vez que a fonte eleita para a pesquisa foi o jornal diário Correio Braziliense, é significativo compreender que:

Para o historiador, um testemunho das diversas fatias de que se compunham as realidades do passado em que essa imprensa foi produzida, dentre elas, a do mundo da escola. Trata-se, mais uma vez, de fonte originada fora da sala de aula, mas que, ainda assim, permite aproximar-nos desse "jardim secreto" e das práticas de educação ali realizadas' (ANJOS, 2016, p. 107).

Os aspectos e pormenores apresentados pelos jornais propiciaram uma análise efetiva das caixas escolares no ensino primário de Brasília. Não foram pura e simplesmente reproduzidas, mas categorizadas, analisadas e interpretadas para que então, o estudo competente desse mecanismo proporcionasse este minicurso, que por sua vez é um pontapé inicial para maiores e posteriores aprofundamentos sobre a temática proposta.

Ementa:

O minicurso abordará a contextualização da caixa escolar no cenário educacional nacional, os contextos de emergência do mecanismo em Brasília, assim como as formas de financiamento e usos empregados. Os princípios e objetivos da construção da capital assim como os fundamentos que ensejaram o sistema educacional também serão tratados, atravessados pelos conceitos de representação, prática e cultura material.

Objetivos:

- Conhecer os princípios e fundamentos do planejamento do sistema de ensino de Brasília;
- Dialogar sobre os conceitos de representação, prática e cultura material;
- Apresentar os contextos de emergência que deram origem a prática da caixa escolar;
- Discutir sobre as formas de financiamento utilizadas para angariar recursos para as caixas escolares;
- Analisar os usos feitos dos recursos das caixas escolares.

Perfil dos participantes:

Professores e professoras do ensino fundamental I da rede pública de educação do Distrito Federal.

Metodologia:

O minicurso se desenvolverá por meio de aulas expositivas e dialogadas. Das 10 horas totais do curso, 9h serão de encontros presenciais e 1 hora dedicada as leituras que fundamentarão as discussões.

Conteúdo do minicurso:

Na primeira aula, será ministrado o conteúdo correspondente a conceituação e contextualização no cenário brasileiro do mecanismo: caixa escolar. Serão apresentados dados sobre os estudos empreendidos da caixa escolar em outros estados brasileiros. Logo após adentraremos a concepção em que foi baseada a construção de Brasília, a figura de Anísio Teixeira no sistema educacional da cidade, assim como os princípios que caracterizaram seu planejamento. Também serão discutidos os conceitos de práticas e representações fundamentados em Chartier (2002). A partir dessa apresentação geral, pretende-se alcançar o entendimento sobre como se deu a prática da caixa escolar no começo da República e qual o contexto em que fora planejado e implementado o sistema de educação da nova capital.

Na segunda aula, será apresentado os contextos os quais deram origem a prática da caixa escolar. Para isso dialogaremos com as matérias jornalísticas sobre a educação nos primeiros anos de Brasília. Estabelecido as correspondências pertinentes entre a realidade e a adoção da caixa escolar como importante prática

dentro das escolas públicas brasilienses, será o momento de discussão das práticas de financiamento da caixa. O objetivo para a aula será dialogar com os conceitos de representação e práticas apreendidas na aula anterior com a realidade posta do ensino primário de Brasília, sob a perspectiva da caixa escolar.

Na terceira aula, no primeiro momento será discutido o conceito de cultura material sob uma compreensão histórica. Logo em seguida, será feito o levantamento dos usos empregados dos recursos das caixas escolares, que estarão divididos em: manutenção dos prédios escolares e aquisição de material utilitário à escola, merenda e por fim a aquisição de material didático e uniformes. A finalidade da aula será alcançada na medida em que a discussão trouxer esclarecimentos e compreensão sobre o conceito e importância da cultura material escolar e sobre os usos feitos da caixa escolar, estabelecendo continuidades e rupturas com os usos feitos em outras regiões do Brasil.

Avaliação:

Ao final da primeira aula serão entregues duas questões discursivas abordando o conceito de representações e práticas com base em Chatier (2002). Na conclusão da segunda aula será entregue uma avaliação com três notícias do jornal Correio Braziliense para que os professores façam uma relação entre as notícias e a adoção da caixa escolar na capital. E, por fim, para o encerramento da terceira aula, a turma será dividida em três grupos, cada grupo ficará responsável por apresentar um resumo sobre um tópico sorteado, que poderá ser sobre: conceituação e contexto de emergência da caixa escolar, as formas de financiamento da caixa escolar e os usos feitos com os recursos por ela arrecadados.

Referências:

ANJOS, Juarez José Tuchinski. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. In: SILVA, Eliane Paganini; SILVA, Sandra Arlete de Camargo. (Org.). **Metodologia da pesquisa científica em educação**: dos desafios emergentes a resultados eminentes. 1aed. Curitiba: Ithala, 2016, p. 100-113.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. Não basta fornecer o mestre: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911 – 1918). **Interfaces Científicas – Educação**, v. 2, p. 48-58, 2014.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002, p 13-28.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

Referências sugeridas:

ALVES, Rosimar Pires. **Biblioteca escolar das escolas reunidas Sant'anna do Parahyba/MT (1936-1945): contribuições para o estudo de sua história**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. O jornal “Correio Braziliense” como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN, Tânia Regina (org.). **Fontes históricas em perspectivas situadas: limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 37-54.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. “A preencher cabalmente os fins a que foi creada”: formulação e constituição da caixa escolar em Minas Gerais (1879 – 1911). In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Mato Grosso, 2013. **Anais [...]**. Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. **A fim de “arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres”**: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. (1892-1911). (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira**: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v.16/2, p. 141-158, 2011/2012.

CHAHIN, Samira Bueno **Cidade nova, escolas novas?** Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 244 p.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.16, p. 179-192, 1995.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001.

MARCANTONIO, Marcela Sanches; FONSECA, Sérgio César da. A Legião Brasileira de Assistência e o processo de interiorização das políticas assistenciais em espaço escolar. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais [...]**.

PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, 348 p.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MULLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018.

PORTES Êcio Antônio. A Caixa dos Pobres – a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais (UMG): 1932-1935. **Cadernos de História da Educação**, v.2. 20 mar. 2008.

RODRIGUES, Bruno Rossi. "**Facilitar aos pobresinhos o material indispensável para que possam eles receber os benefícios inapreciáveis da instrução**": a constituição das Caixas Escolares no Paraná (1892-1928). Orientadora: Gizele de Souza. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Paraná, 2019.

SANTOS, Mileide Mateus dos. **O Grupo Escolar Bueno Brandão como expressão republicana no município de Uberabinha, MG - 1915 a 1930**. 2019. 137 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SOUZA, Gizele de; PERES, Eliane; Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos**. São Luís: EDUFMA/Café e Lápis, 2011, p. 43-68.

SOUZA, Rosa Fátima de. Vestígios da cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 2 [14], p. 11-14, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.

THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2017.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. **Custeio da Educação Pública na era Vargas: a caixa escolar do Ceará (1930-1945)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

VEIGA, Cyntia Greive. Crianças Pobres como Grupo Outsider e a Participação da Escola. **Educação & Realidade**, vol. 42, núm. 4, p. 1239-1256, 2017.

ZONIN, Sélia Ana. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZONIN, Sélia Ana.; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. e007, 20 mar. 2018

CONCLUSÃO

Com a intenção de contribuir para a historiografia brasileira, mais especificamente do Distrito Federal, a presente pesquisa teve o objetivo geral de analisar o funcionamento (contexto de emergência, financiamento e usos) da caixa escolar em Brasília, entre os anos de 1960 a 1971, isto é, da inauguração do sistema educacional até a promulgação da reforma de ensino por meio da Lei nº 5692, no ensino primário da nova capital. Sem pesquisas sobre o tema no âmbito do Distrito Federal a investigação, a partir do levantamento e tratamento das notícias catalogadas do jornal Correio Braziliense, alcançou a finalidade prevista.

No primeiro capítulo foram investigadas situações em que expunham insuficiências do sistema de ensino para com os estudantes e a teia de relações envolvidas. Ficou evidente que o diálogo entre o projeto educacional democrático e moderno e o financiamento deste pareciam descer ladeira abaixo. Apesar do Ministério da Educação estar com a responsabilidade pelo financiamento da educação de Brasília, isso não necessariamente implicaria o comprometimento e empenho dos seus técnicos com o sistema que ali se iniciava, e aos poucos o Distrito Federal foi incumbido pela educação primária (CHAHIN, 2018). A própria Fundação Educacional do Distrito Federal não consentia com o alto custo que o Plano de Educação demandava para manter o novo sistema educacional (CHAHIN, 2018).

Com o descompasso entre o projeto e o executado, entre os apoiadores do plano e os recursos necessários, ações foram surgindo para que o sistema continuasse funcionando. Arrecadações, festas, reivindicações, reuniões, círculo de pais entre tantos outros artifícios foram utilizados para que as escolas continuassem funcionando e para que as crianças fossem bem atendidas durante o período que lá permaneciam. É a união de todos esses fatores que delineiam o contexto de emergência da prática da caixa escolar, assim como as representações sobre as necessidades educacionais que deram ensejo ao seu surgimento, objetivo específico traçado para o primeiro capítulo.

A caixa escolar é então adotada amplamente no ensino primário da capital, sendo assunto recorrente nas páginas do jornal Correio Braziliense. A maior

quantidade de notícias foi encontrada em relação as formas de financiamento da caixa, que se relaciona diretamente com o segundo objetivo específico da pesquisa: a investigação e análise das práticas de financiamento da caixa escolar. A princípio a principal e maior fonte de renda da caixa escolar era composta pelo que denominamos: práticas ordinárias, isso porque eram arrecadações periódicas e fixas. Enviadas pelos pais todo mês e em alguns casos também pagas no começo de cada ano letivo, essa forma de financiamento se tornou parte do cotidiano do ensino primário brasiliense. Era motivo de satisfações para aquele que com ela contribuía tanto que diversas vezes foi encontrado no jornal menções honrosas ao seu pagamento. Um fato constatado e que diferencia a prática de arrecadação para a caixa em Brasília da maioria de outras regiões, é o de que mesmo as famílias sem recursos contribuía de acordo com percentual referentes aos seus ganhos.

Apesar de em diversas notícias, os diretores/diretoras e professores/professoras afirmarem que não havia discriminação com aqueles que não podiam contribuir para com a caixa escolar, a prática no dia a dia permite-nos inferir que todos contribuía, posto que havia reuniões em que se estabeleciam os valores a depender da escola, mas geralmente relativos aos ganhos das famílias.

Outra forma bastante difundida em Brasília para a arrecadação de recursos que compunham a caixa escolar contava com a promoção de eventos e festas. Sobre esse assunto dois momentos marcaram o jornal. Num primeiro momento havia a propagando das festas mencionando que o destino era a caixa escolar cujo objetivo era assistir os alunos pobres, mais necessitados, entre outros termos empregados pelos jornalistas à época. Em um segundo momento, após severas críticas da jornalista Yvonne Jean na coluna “Ensino dia a dia”, repreendendo aqueles que divulgavam as festas e eventos expondo a assistência àqueles alunos com faltas materiais e evocando os princípios de igualdade que o sistema de ensino de Brasília tinha como base, as matérias começaram a somente descrever o evento limitando-se a informar que os recursos arrecadados comporiam a caixa escolar da instituição.

Ficou bastante evidente o quanto os professores eram responsáveis pela promoção e concretização de tais eventos, visto que eles eram aqueles que conviviam e tinham o maior conhecimento do que a falta de recursos da caixa poderia acarretar.

Outro fato que se destacou em relação a uma comparação entre a prática exercida em Brasília e aquela de outros lugares, foi o da utilização do jornal a favor das escolas em enfrentamento direto com as autoridades que não enviavam recursos às instituições. Nas pesquisas realizadas, principalmente em Minas Gerais, os jornais serviram ao estado convocando a população a contribuir com as caixas escolares como estratégia do estado e dever do cidadão. Em Brasília, o jornal Correio Braziliense também promove o chamamento da população para que compareça as festas e eventos em benefício da caixa escolar, recorrendo ao espírito de solidariedade da população, porém evidencia as faltas e negligências do governo local para com o fornecimento de mantimentos e de verbas para com as escolas que deram ensejo as iniciativas dos eventos promovidos.

Também houve a identificação de outras formas de se conseguir recursos para a caixa escolar, os quais denominamos de práticas distintas. Diferentemente do que foi verificado por Rodrigues (2019) na investigação das caixas escolares do Paraná, em que estas se mantinham com tal tranquilidade que podiam utilizar seus recursos na compra de doces e bombons para seus alunos, as caixas escolares de Brasília tinham dificuldade em se manter abastecidas. Em decorrência dessa situação, além da contribuição mensal de responsabilidade dos pais, também das taxas pagas no início do ano e dos recursos arrecadados em festas e eventos, foi necessário colocar em prática outras formas de angariar recursos, o que demonstra a grande demanda material dessas escolas. Essas práticas incluíram a arrecadação da bilheteria de um torneio de futebol, de iniciativa da Fundação Educacional para abastecer as caixas escolares em geral. E também a polêmica taxa de visitação dos turistas da Escola Parque.

O objetivo específico seguinte foi alcançado ao longo do terceiro capítulo, que consistiu em investigar as práticas de uso da caixa escolar no ensino primário de Brasília. Os usos puderam ser dispostos em três categorias: uso feito para a manutenção dos prédios e aquisição de materiais de uso utilitário pelas instituições escolares, o uso empregado na subvenção da merenda escolar, tanto em insumos necessários quanto em utensílios que favoreceram a produção da própria merenda. E por último a utilização dos recursos na aquisição de uniformes e materiais didáticos.

Em relação as duas primeiras categorias, verificou-se que como a caixa escolar era financiada, em sua maior parte, pelo pais dos alunos em sua totalidade, e não só por aqueles mais abastados, a sua utilização também se processou num âmbito genérico, em que todos os estudantes eram beneficiados. Na bibliografia levantada sobre a caixa, a assistência com a merenda, por exemplo, era destinada somente as crianças pobres. Em Brasília, o financiamento da merenda ocorreu de forma abrangente, sendo beneficiados todos os alunos, sem distinções. A diferenciação foi constatada apenas no custeio de uniformes, os quais quase sempre aparecem nas notícias jornalísticas endereçados àquelas crianças que não puderam adquiri-lo. Já os materiais didáticos, na maioria das vezes, ficam restritos apenas aos alunos sem maiores recursos em decorrência da caixa escolar não possuir meios suficientes para beneficiar a todos. A análise dos usos feitos foi realizada sob a ótica da cultura material, abrangendo os materiais tidos como necessários à prática escolar, intimamente relacionados com o contexto da época e associados diretamente aos sujeitos que compunham o cenário educacional como um todo.

É importante ressaltar que não raro as instituições se encontravam em posição de um difícil impasse. Isso porque os recursos, como indicado anteriormente, eram escassos, logo muitas delas eram obrigadas a fazer escolhas sobre como empregá-los: se com alimentação necessária ao bom desempenho das crianças ou em recursos indispensáveis às práticas pedagógicas da escola.

Por fim, o ultimo objetivo específico traçado para a pesquisa delineou a proposição de um minicurso sobre a história da caixa escolar em Brasília, como importante forma de propagação do conhecimento histórico sobre a educação na capital e como ferramenta para maior compreensão da cultura escolar em âmbito geral.

Considera-se que os resultados obtidos através da presente pesquisa poderão impulsionar outras investigações sobre o tema na capital federal. Algumas possibilidades de pesquisas serão indicadas como forma de dar sequência e maior importância ao tema e também com o intuito de desvelar e melhor compreender a história da educação do Distrito Federal.

A localização, identificação e seleção de fontes e acervos dentro das primeiras escolas inauguradas em Brasília, poderão corroborar e ampliar o campo de análise da caixa escolar. É possível que outras formas de financiamentos e diferentes usos de seus recursos venham à tona, conferindo maior fidelidade ao funcionamento das caixas nas primeiras décadas de implementação do sistema de ensino brasileiro.

Outro importante empreendimento que poderá ser feito a respeito do tema, ora tratado, é a busca nos cartórios do plano piloto de regimentos e regulamentos que possam dispor sobre a caixa escolar. Esses documentos são fontes importantes para o conhecimento da cultura escolar e das práticas que evoluíram a caixa no início do sistema de ensino de Brasília. Para a continuidade da constituição da história local, as investigações também precisam avançar alcançando outros níveis de ensino, como a educação infantil e ensino médio que não foram contemplados por nenhum outro movimento de pesquisa que tivesse como objeto de estudo a caixa escolar.

Além dos aspectos anteriores, uma investigação a respeito do financiamento do sistema de ensino público da capital se faz importante. Isso porque ficou notório que a caixa escolar fora empregada no ensino primário, em muitos casos, para subvencionar obrigações do governo. Em várias ocasiões o fato de o poder público não atender a todas as necessidades apresentadas pelas escolas resultou na naturalização da caixa escolar, com o emprego dos seus recursos em situações e também na aquisição de recursos que não eram previamente de sua competência.

Assim, a investigação das caixas escolares em Brasília busca enfatizar a importância da pesquisa em história da educação, tendo em consideração os arquivos e acervos escolares que ainda não foram encontrados e analisados, tão importantes e imprescindíveis para a compreensão da história que acompanhou o nascimento e implementação de um sistema de ensino planejado para ser um modelo a ser seguido pelo resto do país.

FONTES:

AÇÃO SOCIAL promove 'noite dos namorados'. **Correio Braziliense**. Brasília, 28 mai.1965, p.9.

AJUDA AO ESTUDANTE DE BRASÍLIA. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 dez.1961, p.7

AS MIL FACES DA MISÉRIA. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jan. 1969, p.9.

CAMPANHA AJUDE UM ESTUDANTE. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 dez. 1961, p.9.

CAMPANHAS MANTÊM ESCOLA CLASSE QUE SE ACHA CAINDO AOS PEDAÇOS. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jun. 1966, p.19.

CONVITE ESCOLA CLASSE N.1 DE TAGUATINGA. Brasília. Museu da Educação do Distrito Federal, [196-]. Foto. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/1956/docimage/original-e1a16d4bc5940e412b8991291cfd7d1e.pdf>. Acesso em 28 abr. 2022.

CUNHA, Ary. Visto, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 set. 1964a, p. 3.

CUNHA, Ary. Visto, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 maio 1964b, p. 3.

CUNHA, Ary. Visto, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 ago. 1964c, p. 3.

CUNHA, Ary. Visto, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 set. 1964d, p. 3.

CUNHA, Ary. Visto, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 nov. 1969, p.3.

DEBUTANTES de Planaltina. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 out. 1971, p. 15.

DIRETOR DA CASA DA CRIANÇA PEDE APOIO DAS AUTORIDADES. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 set. 1962, p. 8.

DISNEY HOJE NA E. PARQUE. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jun. 1967, p. 8.

ENSINO E CULTURA. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 out. 1971, p. 11.

Entrevista concedida às professoras Wanda Cozetti, Jeanina Daher e Vera Catalão. ESCOLA- CLASSE Nº5, EM TAGUATINGA, PROMOVE COM ÊXITO CONCURSO DE DESENHO E PINTURA ENTRE OS SEUS ALUNOS. **Correio Braziliense**. Brasília, 6 de jun. 1963, p. 11.

ESCOLA COTA MIL. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 out. 1963, p. 9.

ESCOLA JÚLIA KUBITSCHK. Brasília: Museu da Educação do Distrito Federal, 1959. Foto. Disponível em:

<http://samudex.museudaeducacao.com.br/photos/22/photoshow>. Acesso em 10 nov. 2022.

ESCOLAS DE ACAMPAMENTO. Brasília: Museu da Educação do Distrito Federal, [196-]. Foto. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/photos/547/photoshow>. Acesso em 10 nov. 2022.

ESTUDANTES e primavera têm rainhas. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 out. 1963, p. 6.

FESTIVAL DE ASSISTÊNCIA À CAIXA ESCOLAR. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 mar. 1963, p. 12.

FESTIVAL DE CINEMA NA EPB. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 out. 1962, p. 7.

FONTENELLE, Mário. **Escola Classe 308 sul.** Brasília: Museu da Educação do Distrito Federal, 1959. Foto. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/photos/604/photoshow>. Acesso em 20 de out. de 2021.

FOTOBRÁS. **Vista Externa da Escola Parque 308 sul.** Brasília: Museu da Educação do Distrito Federal, 1960. Foto. Disponível em: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/photos/231/photoshow>. Acesso em 10 nov. 2022.

FUNCIONANDO em condições precárias a Escola Classe da superquadra 304. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 set. 1964, p. 8.

INDÚSTRIAS AMEAÇAM ABANDONAR O GAMA. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 jul. 1963, p. 8.

JEAN, Yvonne Correio Estudantil – Ensino primário. **Correio Braziliense**. Brasília, 27 maio 1962, p. 6.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 maio 1962, p.5.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil – Ensino Primário. **Correio Braziliense**. Brasília, 9 de jun. 1962a, p. 9.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jun. 1962b, p.9.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil – Pais de Vila Planalto. **Correio Braziliense**. Brasília, 2 de dez. 1962c, p. 9.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 out. 1962d, p.9.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil - Festas juninas. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jun. 1962e, p.9

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil - Escola 308. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 jul. 1962f, p.9.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 jun. 1962h, p.9.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jun. 1965, p.8.

JEAN, Yvonne. O Ensino dia a dia. **Correio Braziliense**. Brasília, 29 de jan. 1965a, p. 9.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 maio 1965a, p. 10.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 03 jul. 1965b, p.10.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 04 set. 1965c, p.10.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 out. 1965d, p.10.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília – da feira das indústrias à escola 114. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jan. 1967, p. 9.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jul. 1968, p.14.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 abr. 1968a, p.6.

JEAN, Yvonne. Esquina de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 29 maio 1968b, p. 6.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 ago. 1964, p.7.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 jan. 1965, p.9.

KATUCHA. Sociais de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 out. 1965, p.11.

KATUCHA. Sociais de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 ago. 1964, p. 11.

KATUCHA. Sociais de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 dez. 1961, p.9.

KATUCHA. Sociais de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mai. 1961, p.7.

LEAL. “Nossa Opinião”. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 abr. 1962, p. 12.

MANUTENÇÃO das escolas. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 abr.1967, p. 10.

MELHORAMENTO para a cidade e êxito do “baile das rosas”. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mai.1963, p. 8.

MORANDO na rodoviária três famílias na miséria. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 out. 1963, p.8.

MORRONE, Ivonilde de Faria. **Memórias da Educação no DF**: Brasília: SEEDF, 29 ago. 1990. Entrevista concedida às professoras Vera Margarida Lessa Catalão e Wanda Cozetti Marinho no âmbito da pesquisa “Memória da Educação”.

MÚSICOS da GP alegraram o jardim de infância. **Correio Braziliense**. Brasília, 23 de jun. 1962, p.8.

NATAL INSPIRA CAMPANHA. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 de dez.1969, p. 11. O ESPETÁCULO CONTINUA... Ajuda ao estudante de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 22 set.1965, p.5.

PREFEITURA E NOVACAP, ESTABILIDADE DO SERVIDOR DA NOVACAP. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 mai. 1961, p.8.

PROFESSORAS... **Correio Braziliense**. Brasília, 28 abr. 1965, p. 2.

PROVÁVEL este mês torneio relâmpago. **Correio Braziliense**, Brasília. 15 abr.1962, p. 12.

SECRETÁRIO ESCLARECE taxa escolar. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jan. 1965, n 1435, p. 1.

TAXA DE TURISMO É PARA LIMPEZA. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jun. 1965, p.9.

TURISTAS FORAM BARRADO NA ESCOLA CLASSE: cobram taxa. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 maio 1995, p.9.

VÁRIAS de Taguatinga. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 out. 1969, p. 16.

VÁRIAS de Taguatinga. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 out. 1969, p. 24.

VIEIRA, Alita. **Memórias da Educação no DF**: Brasília: SEEDF, 13 jan. 1990.

VILA DO IAPI: mundo de misérias esquecido pelos poderes públicos. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 abr. 1961, p.8.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Rosimar Pires. **Biblioteca escolar das escolas reunidas Sant'anna do Parahyba/MT (1936-1945):** contribuições para o estudo de sua história. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015.

AMARAL, Clara Ramthum do. A formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964): memórias de uma utopia possível. *In: PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (orgs.). Anísio Teixeira e o seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória.* Brasília: Universidade de Brasília, 2018, p. 71- 114.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. Desfiles cívicos escolares no Estado Novo: uma interpretação pelas fotografias. **Acta Scientiarum. Education**, v. 37, n. 3, p. 269-276, 1 jul. 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. O jornal “Correio Braziliense” como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). *In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN, Tânia Regina (org.). Fontes históricas em perspectivas situadas: limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 37-54.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. *In: SILVA, Eliane Paganini; SILVA, Sandra Arlete de Camargo. (Org.). Metodologia da pesquisa científica em educação: dos desafios emergentes a resultados eminentes.* 1aed. Curitiba: Ithala, 2016, p. 100-113.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. “A preencher cabalmente os fins a que foi creada”: formulação e constituição da caixa escolar em Minas Gerais (1879 – 1911). *In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Mato Grosso, 2013. Anais [...].* Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013a.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. **A fim de “arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres”:** as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013b.

BAHIENSE, Priscilla Nogueira. Não basta fornecer o mestre: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911 – 1918). **Interfaces Científicas – Educação**, v. 2, p. 48-58, 2014.

BARBOSA, Etienne Baldez L. Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. **Espacio, tempo y educacion**. V.3, n.1, jan-jul, 2016.

BATISTA, Carmyra Oliveira; COSTA, Edilene Simões; SOUZA, Mônica Menezes de; CARVALHO, Rosália Policarpo F. de. A Matemática Moderna na década de 1960: relatos de professores pioneiros. *In*: PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (orgs.). **Anísio Teixeira e o seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018, p. 171- 190.

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Frequência escolar e políticas de escolarização em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas**. (1892-1911). (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. **Promoção da frequência escolar na instrução pública mineira: organização, implementação e representações da caixa escolar (1911-1913)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BESEN, Danielly Samara. Lembranças do Fazer Docente: a merenda como estratégia para assegurar a frequência escolar. *In*: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa, 2017.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, 2012, p. 157-168.

BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, abr. 2020.

BRASIL. **Constituição (1937)** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 15 abr. 2015.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A modernização da instrução pública de Minas Gerais a partir do grupo escolar dr. João Pinheiro, no Serro/MG (1908-1918). **Arquivo Brasileiro de Educação**, v. 8, n. 17, p. 405-433, 3 nov. 2020.

BUFFA, Ester. Os 30 anos do GT de História da Educação: sua contribuição para a constituição do campo. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, n. 4, p. 393-419, 2016.

BURKE, Peter. Fotografias e retratos. *In*: **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 35 – 54.

BURKE, Peter. Iconografia e iconologia. In: **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 55 – 72.

BURKE, Peter. Introdução: O testemunho das imagens. In: BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 17-33.

CAMPOS, Raquel. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.11, 2012.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. e021016, 24 abr. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015, p. 114-136.

CARVALHO, Pedro Mesquita. O primeiro ano letivo da nova capital nas páginas do Correio Braziliense. In: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p.315-338.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v.16/2, p. 141-158, 2011.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina. A Caixa Escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Katiene Nogueira. A produção histórico educacional – elementos e comparação. ENCONTRO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO COMPARADA, 6. **Anais...** Porto Alegre, 2014.

CHAHIN, Samira Bueno **Cidade nova, escolas novas?** Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. 244 p.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.16, p. 179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002, p 13-28.

CHARTIER, Roger. Preâmbulo. In: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Trad. de Álvaro Lorencine. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.7- 20.

CHARTIER, Roger. Prólogo a la edición española. In: **El mundo como representación**. Estudios sobre História Cultural. Barcelona: Gedisa, 1992, p.1-12.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, PUC, no 35, 2007, p. 253-270.

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-41, jan./jun., 2018.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13 - 28, 2010.

ESCOLANO, Agustin. Arquitetura como programa, espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Vinao. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19- 57.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONCALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves and PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educ. Pesqui.** [online]. 2004, vol.30, n.1, pp.139-159.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. Material didático e prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 2, n. 1, 2007, p.31-39

FONSECA, Sérgio César da; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, Santa Maria, v. 20, n. 49, ago. 2016, p. 123-141.

FRANÇA, Franciele Ferreira; GARCIA, Gecia Aline. Incumbências da “Boa Guarda” material: a responsabilidade do professor sobre a instalação, provisão e manutenção de sua escola na segunda metade do Século XIX. In: Andréa Bezerra Cordeiro; Gecia Aline Garcia; Ana Paula de Souza Kincheski; Júlia Naomi Kanazawa. (Org.). **A teia das coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede [recurso eletrônico]. 1ed. Curitiba: NEPIE/UFPR, 2021, v. 1, p. 306-321.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MORAES, Dislane Zerbinatti; GONDRA, José Gonçalves; BICCAS, Maurilane de Souza. Difusão, apropriação e produção do saber histórico. **A Revista Brasileira de História da Educação**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 16, jan./abr. 2008.

GIL, Natália de Lacerda. Escolarização de meninas pobres em porto alegre. *In*: 31º **Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169 – 178.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001.

MARCANTONIO, Marcela Sanches; FONSECA, Sérgio César da. A Legião Brasileira de Assistência e o processo de interiorização das políticas assistenciais em espaço escolar. *In*: XXIX Simpósio Nacional de História. **Anais** [...]Brasília, 2017.

MARTINS, Alice Fátima. O ensino de artes nas Escolas Parque. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 1231-251.

MORELLI, Ana Lúcia Façanha. **Correio Braziliense: 40 anos – do pioneirismo à consolidação**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PEREIRA, Eva Wairos. As raízes pragmatistas da educação do Distrito Federal. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 47-62.

PEREIRA, Eva Wairos; CARVALHO, Pedro Mesquita. Fontes de pesquisa para a história da educação de Brasília. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 17- 35.

PEREIRA, Eva Wairos; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega. Escola Júlia Kubitschek – A primeira escola pública do Distrito Federal. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 145-159.

PEREIRA, Eva Wairos; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 161-178.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. **MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: marcas da história na adesão e nas representações sociais**. Orientadora: Silvia Alicia Martínez. 2015. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MULLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, nr.18, 2001, p.13-28.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, 2012.

RICARDO, Luciana de Maya. Do ideário pedagógico de Anísio Teixeira para Brasília: às escolas parque contemporânea. *In*: PEREIRA, Eva Wairos (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 215-238.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Um edifício adequado para a educação da infância: o espaço escolar nas prescrições higiênicas. *In*: CORDEIRO, Andréa Bezerra *et al* (org.). **A Teia das coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede [recurso eletrônico]. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021, p. 87 – 97.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca; ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. Anísio Teixeira: educação integral e formação para o trabalho. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 81- 101.

RODRIGUES, Bruno Rossi. **"Facilitar aos pobresinhos o material indispensável para que possam eles receber os benefícios inapreciáveis da instrução"**: a constituição das Caixas Escolares no Paraná (1892-1928). Orientadora: Gizele de Souza. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Paraná, 2019.

RODRIGUES, Maria Alexandra Militão. Como Brasília aprendeu a ler e a escrever em seus primórdios: o protagonismo da professora Ivonilde Morrone. *In*: PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (orgs.). **Anísio Teixeira e o seu legado à educação do Distrito Federal**: história e memória. Brasília: Universidade de Brasília, 2018, p. 161- 169.

SANTOS, Mileide Mateus dos. **O Grupo Escolar Bueno Brandão como expressão republicana no município de Uberabinha, MG - 1915 a 1930**. 2019. 137 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SANTOS, Patrícia Batista dos; FERRONATO, Cristiano. Revelações de saberes e práticas educativas nas comemorações escolares no estado de Sergipe do século XX: uma leitura a partir dos jornais. *In: 12º Encontro internacional de formação de professores*, 2021.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

SILVA, Katiene Nogueira. 'Criança Calçada, Criança Sadial!': Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). *DOBRAS (BARUERI, SP)*, v. 1, 2007, p. 74-81.

SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. CASEB e Elefante Branco: experimentalismo e inovação no ensino médio. *In: PEREIRA et al (org.). Nas asas de Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 203-227.

SOUZA, Gizele de. **Memorial para promoção à Professora Titular**. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2022.

SOUZA, Gizele de; PERES, Eliane. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. *In: CASTRO, César Augusto (org.). Cultura material escolar: a escola e seus artefatos*. São Luís: EDUFMA/Café e Lápis, 2011, p. 43-68.

SOUZA, Rosa Fátima de. Vestígios da cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 7, n. 2 [14], 2012, p. 11-14.

SOUZA, Rosa Fátima. História da Cultura Material Escolar: um avanço inicial. *In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1998. Tese (Doutorado em Nutrição) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.

THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2017.

VAGO, Eliete Aparecida Locatelli; SCHWARTZ, Cleonara Maria. O ensino primário na década de 1960: considerações acerca do Brasil, do Espírito Santo e de Santa Teresa. *Revista Ágora*, n. 18, 2014.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. **Custeio da Educação Pública na era Vargas: a caixa escolar do Ceará (1930-1945)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

VASCONCELOS, Maria Paula de Almeida. A utopia de Brasília: urbanidade cosmopolítica. *In*: PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 121-141.

VASCONCELOS, Rosylane Doris de. A formação humana integral: o processo de construção de Brasília e a educação. *In*: PEREIRA, Eva Wairos (org.). **Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: história e memória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, p. 303- 320.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. **Hist. Educ.** [online]. 2017a, vol.21, n.53, pp.158-181.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). **Perspectiva**. n.3, v.37. p.767-790. Florianópolis, 2019.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças Pobres como Grupo Outsider e a Participação da Escola. **Educação & Realidade**, vol. 42, núm. 4, p. 1239-1256, 2017b.

YVONNE, Jean. **Arquivo Público do Distrito Federal**, 2017.

ZONIN, Sélia Ana. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZONIN, Sélia Ana.; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: a caixa escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. e007, 20 mar. 2018.